



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR- MPPGAV

DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO

**AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS DE FISIOTERAPIA**

JOÃO PESSOA- PB
2020

DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO

**AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS DE FISIOTERAPIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior como requisito para obtenção de diploma de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho.

JOÃO PESSOA- PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S192a Sampaio, Danielle Dorand Amorim.

Avaliação da formação acadêmica na perspectiva dos egressos de Fisioterapia / Danielle Dorand Amorim Sampaio. - João Pessoa, 2020.
153 f.

Orientação: Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Avaliação da Educação Superior. 2. Formação Acadêmica. 3. Egressos. 4. Fisioterapia. 5. SINAES. I. Cavalcanti Filho, Paulo Fernando de Moura Bezerra. II. Título.

UFPB/BC

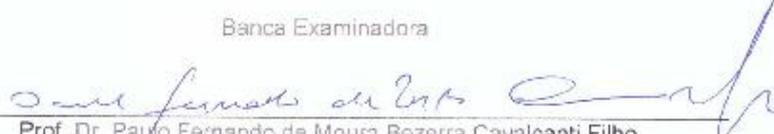
DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO

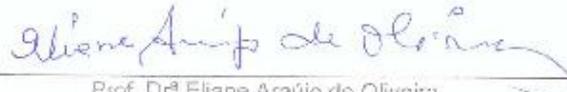
**AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS DE FISIOTERAPIA**

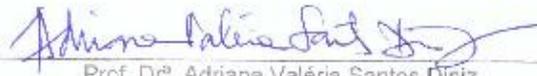
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) da Universidade Federal da Paraíba – UFPB como requisito para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior.

Data da Aprovação: 28 / FEVEREIRO / 2020

Banca Examinadora


Prof. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho
(Orientador – MPPGAV)


Prof. Dr^a Eliane Araújo de Oliveira
Membro Externo (PPGFIS – UFPB)


Prof. Dr^a Adriana Valéria Santos Diniz
Membro Interno (MPPGAV)

JOÃO PESSOA - PB

2020

AGRADECIMENTOS

À Deus, a quem destino todas as vitórias da minha vida.

Ao meu esposo, Diogo, fiel companheiro pelo apoio e carinho ao longo deste processo. Sempre atento e disponível a ajudar. Obrigada por estar sempre ao meu lado.

A minha Isabella, filha amada, pelos sorrisos e olhar sensível que me renova a cada dia.

A minha mãe, Martha, fonte de amor e cuidado em minha vida.

Ao grupo GARRA (Grupo de Apoio, Resistência, Resiliência e Amizade), por compartilhar comigo esta aventura, minimizando as tristezas e partilhando alegrias.

A todos os docentes do MPPGAV que fizeram parte desta caminhada, ao meu orientador Prof. Paulo Fernando, à Prof^a Eliane Araújo e a Prof^a Adriana Muniz pelas contribuições neste trabalho.

Aos egressos de Fisioterapia por dividirem suas opiniões, inquietações e desejos acerca da formação acadêmica e atuação profissional.

À Mayane, Fisioterapeuta e amiga querida, pela ajuda com a Análise Estatística, pelas conversas e sorrisos.

E a todos que de alguma forma fizeram parte desta etapa tão importante, meu muito obrigada.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo compreender como os egressos de Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) avaliam a formação acadêmica recebida no curso. Desde sua regulamentação a Fisioterapia passou por várias mudanças, uma delas ocorreu após a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) determinando transformações em seu modelo de formação. Estas mudanças concorrem para o fortalecimento do processo de avaliação da educação superior no Brasil. Em 2004 foi regulamentado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e uma de suas inovações diz respeito ao acompanhamento dos egressos que deve ser parte integrante das práticas educacionais, uma vez que possibilita a reavaliação das políticas institucionais objetivando a melhoria da qualidade dos cursos. Pode ser utilizado como forma de subsidiar mudanças na formação profissional e readequações do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. Para dar embasamento teórico à pesquisa foi discutido sobre a formação e institucionalização da Fisioterapia no Brasil e na Paraíba, bem como a formação no curso de Fisioterapia da UFPB, tendo como base os estudos de Vieira (2007) e Almeida (2012). Além de abordar a educação superior e seus processos de avaliação, enfatizando o acompanhamento de egressos como tratado nas pesquisas de Câmara (2006), Shiwa (2015) e Figueiredo (2015). Em termos metodológicos, esta pesquisa apresentou uma abordagem quanti e qualitativa, de natureza aplicada, a partir de um estudo de caso. A coleta de dados foi realizada a partir de questionário online do *Google Forms*. Para a análise dos dados foram utilizados recursos estatísticos através do Programa SPSS versão 20.0 para Windows e a técnica de categorização presente na análise de conteúdo. Concluiu-se que os egressos fazem uma boa avaliação da formação acadêmica do curso, respondendo às DCN de Fisioterapia e ao PPC no que diz respeito ao modelo pedagógico utilizado. Tendo como destaque a qualificação dos docentes, os estágios supervisionados, a capacidade de exercer a profissão de forma articulada ao contexto social, vivência prática e participação de projetos ao longo do curso. Entretanto, é necessário observar alguns pontos que parecem dificultar a formação e atuação profissional, como a estrutura física e de materiais, a metodologia de ensino por parte de alguns docentes, a atualização de conteúdos curriculares de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade e aprimoramento em gestão de negócios. Ao final da pesquisa foram propostas diretrizes para a integração e avaliação contínua dos egressos de Fisioterapia da UFPB tendo como base uma cultura de avaliação, o desenvolvimento de uma pesquisa de caráter longitudinal e a constituição de um vínculo efetivo do egresso.

Palavras-chave: Avaliação da Educação Superior. Formação Acadêmica. Egressos. Fisioterapia. SINAES.

ABSTRACT

This research aimed to understand how graduates of Physiotherapy at the Federal University of Paraíba (UFPB) evaluate an academic training received in the course. Since its activation in Physiotherapy it has undergone several changes, one of which occurred after the implementation of the National Curricular Guidelines (DCN), determining changes in its training model. These changes contribute to the strengthening of the higher education evaluation process in Brazil. In 2004, it was regulated by the National Higher Education Assessment System (SINAES) and one of its innovations concerns the monitoring of students, which should be an integral part of educational practices, since it allows an assessment of institutional policies aimed at improving quality of courses. It can be used as a form of subsidiary changes in professional training and readjustments of the Pedagogical Course Project (PPC), according to the needs of the job market. For the theoretical basis of the research, the formation and institutionalization of Physiotherapy in Brazil and Paraíba was discussed, as well as the formation in the Physiotherapy course at UFPB, based on the studies by Vieira (2007) and Almeida (2012). In addition to addressing higher education and its assessment processes, emphasizing or accompanying treatment procedures such as research in the chambers (2006), Shiwa (2015) and Figueiredo (2015). In methodological terms, this research shows a quantitative and qualitative approach, of an applied nature, from a case study. Data collection was performed using an online questionnaire on Google Forms. For data analysis, statistical resources were used through the SPSS Program version 20.0 for Windows and the categorization technique present in the content analysis. It was concluded that the graduates make a good evaluation of the academic formation of the course, responding to the Physical Therapy DCN and to the PPC regarding the pedagogical model used. Highlighting the qualification of teachers, supervised internships, the ability to exercise the profession in an articulated manner to the social context, practical experience and participation in projects throughout the course. However, it is necessary to observe some points that seem to hinder professional training and performance, such as the physical and material structure, the teaching methodology on the part of some teachers, the updating of curricular content according to the changes that have occurred in society and improvement in business management. At the end of the research, guidelines were proposed for the integration and continuous evaluation of UFPB Physiotherapy graduates based on an evaluation culture, the development of a longitudinal research and the establishment of an effective bond of the graduate.

Keywords: Higher Education Assessment. Academic training. Graduates. Physiotherapy. SINAES.

LISTA DE SIGLAS

- ABBR-** Associação Beneficente de Reabilitação
- APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCS** - Centro de Ciências da Saúde
- CEA** - Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior
- CLT** - Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CNEC/IESA** – Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo
- CNES** - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
- COFFITO** - Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
- CONAES** – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- CPA** – Comissão Própria de Avaliação
- CRA** - Coeficiente de Rendimento Acadêmico
- CREFITO** - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
- DCN** – Diretrizes Curriculares Nacionais
- ENADE** – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
- ENC** – Exame Nacional de Cursos
- FACISA** – Faculdade de Ciências de Saúde do Trairi
- FAQ-** Perguntas e respostas sobre dúvidas frequentes
- FEA/RP** – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
- FMUSP** - Faculdade de Medicina Universidade de São Paulo
- FORGRAD** – Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras
- GERES** – Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior
- HULW** - Hospital Universitário Lauro Wanderley
- IAPS-** Institutos de Aposentadoria e Pensões
- IES** - Instituição de Educação Superior
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC** - Ministério da Educação
- MPPGAV** - Mestrado em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior
- MS** - Ministério da Saúde
- NDE** – Núcleo Docente Estruturante
- ODG** – Observatório de Dados da Graduação
- ONG** - Organização não-governamental
- PAIUB** – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
- PARU** - Programa de Avaliação da Reforma Universitária
- PIASS** - Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento
- PNE** - Plano Nacional da Educação
- PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional
- PNG** – Plano Nacional de Graduação
- PPC** – Projeto Pedagógico de Curso
- PPGFIS-** Programa de Pós-graduação em Fisioterapia
- PRG** – Pró-Reitoria de Graduação

RTM - Recursos Terapêuticos Manuais
SESU – Secretaria de Educação Superior
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINDESEP - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde
SINDESS - Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde da Paraíba
SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
SUS - Sistema Único de Saúde
TCLE - Termo de consentimento livre e esclarecido
UAM - Universidade Anhembi Morumbi
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UPE - Universidade de Pernambuco
URNE - Universidade Regional do Nordeste
USP – Universidade de São Paulo
UTI - Unidade de Terapia Intensiva

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Primeiras Instituições Públicas com serviço de fisioterapia na Paraíba.....	42
Quadro 2- Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de graduação presencial de Fisioterapia na Paraíba.....	43
Quadro 3 - Organização dos Instrumentos de Avaliação Externa de Credenciamento e Recredenciamento segundo Eixos e Indicadores – 2017.....	62
Quadro 4- Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos	67
Quadro 5- Percepção dos egressos acerca da estrutura do curso.....	88
Quadro 6- Percepção dos egressos acerca das competências e habilidades desenvolvidas durante a graduação.	91
Quadro 7 - Associação entre renda e tempo de formação dos egressos de Fisioterapia/UFPB.	102
Quadro 8 - Associação entre renda e CRA dos egressos de Fisioterapia/UFPB	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Componentes do SINAES.....	59
Figura 2- Eixos e respectivas dimensões do SINAES.....	61
Figura 3 - Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos e sua relação com o SINAES.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição percentual dos egressos quanto à satisfação com a atuação profissional.	97
Gráfico 2 - Distribuição percentual quanto ao tempo de inserção na vida profissional.	98
Gráfico 3 - Distribuição do local de atuação dos egressos.....	99
Gráfico 4- Distribuição percentual quanto à área de atuação profissional dos egressos.	100
Gráfico 5- Distribuição percentual quanto ao tipo de contrato dos egressos.	101
Gráfico 6 - Distribuição percentual quanto ao tipo de contato com os egressos durante a graduação.	116
Gráfico 7 - Tipo de contato com a instituição após a graduação.....	117

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS.....	24
1.1.1 Objetivo Geral	24
1.1.2 Objetivos Específicos.....	24
2 OS CAMINHOS DA PESQUISA – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	26
2.2 SUJEITOS DA PESQUISA	29
2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	29
2.3.1 Pré-teste.....	31
2.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	31
2.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	32
2.6 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA	34
3 FORMAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO BRASIL	35
3.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO E ESPECIALIDADES DA FISIOTERAPIA	40
3.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA PARAÍBA	41
3.2.1 O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional na Paraíba	44
3.3 O CURSO DE FISIOTERAPIA DA UFPB.....	45
3.3.1 Sobre a formação acadêmica do curso de Fisioterapia da UFPB.....	48
4 EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEUS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NO BRASIL	52
4.1 A ATUAL POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	53
4.1.1 Aspectos operacionais do SINAES	57
4.2 OS EGRESSOS NO ÂMBITO DO SINAES.....	64
5 O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS: IMPORTÂNCIA PARA A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	71
5.1 PESQUISAS COM EGRESSOS DA GRADUAÇÃO: EXEMPLOS PRESENTES NA LITERATURA	73
5.1.1 Estudos sobre os egressos de Fisioterapia	78
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	83
6.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS EGRESSOS DE FISIOTERAPIA/UFPB	83
6.2 CONHECENDO A TRAJETÓRIA FORMATIVA DOS EGRESSOS DE FISIOTERAPIA/UFPB	85

6.3 ENTENDENDO COMO OS EGRESSOS AVALIAM OS ASPECTOS ESTRUTURAIS E PEDAGÓGICOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA/UFPB	87
6.4 CARACTERIZANDO A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DE FISIOTERAPIA	96
6.4.1 Aspectos da formação acadêmica que facilitaram a atuação profissional..	104
6.4.2 Aspectos da formação que dificultaram a atuação profissional	108
6.5 AVALIAÇÃO SOBRE O NÍVEL DE ENVOLVIMENTO COM A INSTITUIÇÃO E CURSO	115
6.6 PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA INTEGRAÇÃO E AVALIAÇÃO CONTÍNUA DOS EGRESSOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA/UFPB.....	120
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	145
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.	150
ANEXO	151

1 INTRODUÇÃO

Em abril de 2016 consegui minha tão esperada redistribuição da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FACISA/UFRN) para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Após os trâmites previstos fui lotada como fisioterapeuta na Clínica-Escola de Fisioterapia. Trabalhar na Universidade e especialmente na Clínica foi uma imensa alegria, pois foi nesta instituição que realizei minha graduação e onde aprendi a importância do cuidado, considerando que o cuidar vai além de tratar a doença, também significa dialogar e motivar o outro, observando o paciente como um todo. Durante os 5 anos de formação adquiri um grande aprendizado, amadureci e cresci não só profissionalmente, mas como pessoa.

Estar de volta para a UFPB, agora como servidora fez surgir uma mistura de sentimentos: ansiedade por iniciar um novo ciclo e gratidão pela oportunidade de chegar até aqui. Fisioterapeuta na Clínica-Escola!! Pode parecer contraditório, mas a clínica não possuía em seu corpo clínico nenhum profissional nesta função. Logo na minha chegada fui recebida e acolhida por todos: docentes, técnicos administrativos e prestadores de serviços, muitos dos quais convivi enquanto aluna do curso.

Iniciada esta nova etapa comecei a exercer a função de preceptora de estágio, especificamente do Estágio Supervisionado III, e a colaborar em projetos de pesquisa e extensão. Durante este tempo tive a oportunidade de conviver com diversos alunos, a maioria deles na reta final da graduação planejando e sonhando com sua atuação profissional. Pude, então, presenciar e muitas vezes participar de discussões importantes acerca da formação do fisioterapeuta. Era comum perceber nos alunos algum tipo de inquietação, tanto em relação às dúvidas e inseguranças do processo ensino-aprendizagem quanto às expectativas frente ao mercado de trabalho o qual estavam prestes a entrar. Comecei a perceber que este tipo de debate era cada vez mais frequente nas diversas turmas que passavam pela clínica. E à medida que o tempo passava comecei a me questionar como e onde estariam aqueles alunos. Quais dificuldades encontraram no mercado de trabalho? Conseguiram se inserir profissionalmente? A formação acadêmica recebida foi satisfatória?

Neste período, em 2018, iniciei meus estudos no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pelo Centro de Educação da UFPB. Participei de diversas discussões sobre a educação superior no Brasil, sua história, as mudanças ocorridas nos últimos anos passando por temas de políticas públicas, Universidade e sociedade, planejamento, gestão, entre outros. Entretanto, aquela que mais tomou minha atenção foi a avaliação da educação superior.

Aos poucos fui entendendo a importância deste processo de avaliação no ensino superior e como vem se consolidando no Brasil. Um dos aspectos relevantes desta área de estudo diz respeito ao acompanhamento de egressos, o que estimulou a busca por pesquisas sobre o tema. Percebi, então, a importância do planejamento e desenvolvimento de sistemas de acompanhamento de egressos como um dos mecanismos capaz de promover uma melhora da qualidade do curso, particularmente do processo de ensino-aprendizagem.

Para Lousada e Martins (2005), as rápidas mudanças ocorridas na sociedade como, por exemplo, os avanços tecnológicos, o crescimento da oferta de cursos superiores e as novas exigências do mercado de trabalho com relação à preparação dos profissionais, exigem que as Instituições de Ensino Superior (IES) formem profissionais além das capacidades técnicas, com uma visão multidisciplinar, ultrapassando a complexidade do conhecimento científico. Desta forma, é fundamental saber como os egressos avaliam a formação recebida, quais facilidades e dificuldades na inserção profissional possibilitando assim uma reflexão crítica sobre a formação e sua relação com as necessidades do mercado de trabalho.

Foi neste momento que vi a oportunidade de conectar meu lócus profissional junto aos alunos em fase de conclusão no curso de Fisioterapia com os estudos do mestrado. Assim, tomei como tema da dissertação a avaliação da formação acadêmica sob a perspectiva dos egressos de Fisioterapia da UFPB.

Para me aprofundar no tema foi necessário pesquisar acerca da formação do fisioterapeuta, especialmente daqueles graduados pela UFPB, sobre as políticas públicas e o processo de avaliação da educação superior no Brasil.

O fisioterapeuta é o profissional da área da saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas utilizando recursos naturais e de terapia manual (BRASIL, 201-?). Considerada uma das profissões mais novas do país, teve seu reconhecimento a partir do Decreto-Lei nº 938/1969 o que representou um marco importante na história da profissão. É um profissional capacitado para atuar nas diversas áreas como: ortopedia, neurologia, pediatria, ergonomia e terapia intensiva. O fisioterapeuta está apto a atuar nos diversos níveis da saúde, trabalhando em hospitais, centros de reabilitação, clínicas e empresas. Desde sua regulamentação a fisioterapia tem passado por várias mudanças no seu ensino e em seus modelos de formação.

Uma das mudanças ocorridas na formação do fisioterapeuta, bem como dos cursos de nível superior foi decorrente da elaboração do Plano Nacional de Graduação (PNG). O PNG foi formulado e aprovado em 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (FORGRAD), o qual buscava o estabelecimento de diretrizes curriculares para a elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e currículos, o que representou uma mudança de paradigma para o desenvolvimento do ensino superior. Neste sentido, as IES deveriam reformular suas políticas de graduação procurando:

superar as práticas vigentes derivadas da rigidez dos currículos mínimos, traduzida em cursos com elevadíssima carga horária, número excessivo de disciplinas encadeadas em sistema rígido de pré-requisitos, em cursos estruturados mais na visão corporativa das profissões do que nas perspectivas da atenção para com o contexto científico-histórico das áreas do conhecimento, do atendimento às demandas existentes e da indução de novas demandas mais adequadas à sociedade (FORGRAD, 1999).

Assim, em 2002 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) em Fisioterapia a serem observadas na organização curricular das IES do País. As DCN definiram os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de fisioterapeutas para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos PPC em Fisioterapia das IES. Desta forma, os cursos de Fisioterapia de todo o país iniciaram um processo de discussão e debates acerca da elaboração de novos PPC que estivessem de acordo com as DCN (CNE, 2002).

De acordo com as diretrizes, os cursos de Fisioterapia devem proporcionar ao egresso uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitando-o a atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual com uma visão ampla e global, respeitando os princípios éticos, bioéticos e culturais do indivíduo e da coletividade.

O texto aprovado interrompia com a lógica segmentada e centrada na reabilitação e se baseava no conceito de saúde ampliado e integrado, superando o biologicismo e o modelo clínico hegemônico na orientação da formação do fisioterapeuta com ênfase no nível curativo e na atuação centrada no hospital e no corpo dividido em partes. No lugar de uma formação voltada para a especialização e no atendimento privado, as novas diretrizes deixavam claro que a formação do fisioterapeuta deveria atender ao sistema de saúde vigente no país, o Sistema Único de Saúde (SUS) (BISPO JR, 2009).

De acordo com Silva e Santana (2015) para que ocorra uma transformação do modelo de atenção em saúde no Brasil e consolidação do SUS é necessária uma estrutura curricular que propicie a compreensão dos aspectos subjetivos da saúde do ser humano e que a formação profissional represente o cotidiano das práticas e serviços de saúde. Além disso, o professor deixa de ser o centro para ser um facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Atividades como a extensão universitária passam a ser encorajadas e há um incentivo para que o aluno seja inserido no contexto e na realidade da comunidade local, tendo a atenção primária como um importante campo de atuação profissional.

O curso de Fisioterapia da UFPB foi criado através da Resolução N° 09 do CONSUNI em 04/01/1980. Suas atividades acadêmicas foram iniciadas no segundo semestre deste mesmo ano e sua estrutura curricular inicial foi ajustada de acordo com a resolução N° 21/84 do CONSEPE/UFPB. E desde então sofreu algumas modificações, acompanhando as mudanças presentes no cenário político e educacional do país (UFPB, 2016).

Como resposta às DCN/FISIO, o curso implantou através da Resolução CONSEPE N° 12/2005 o novo PPC, sendo implantado no período letivo 2005.1. A partir deste momento, o curso passou por algumas mudanças como o aumento da carga horária passando a integralizar 4500 horas/aula através da organização do currículo por área de conhecimento, como previsto nas DCN:

Eixo I: Formação Biológica; Eixo II: Formação Social e Humana; Eixo III: Formação Instrumental Pré-Profissional e Eixo IV: Formação profissional. Além disso, o novo modelo pedagógico do curso se propõe a oferecer uma formação generalista atuando na prevenção e promoção e reabilitação da saúde individual e coletiva, formando profissional com perfil de comunicação e liderança junto à equipe multiprofissional.

De acordo com a Resolução CONSEPE N° 12/2005, o curso de Fisioterapia deveria realizar uma avaliação periódica na qual deveria incluir uma avaliação qualitativa, semestral, e uma avaliação quantitativa bienal utilizando instrumentos definidos pelo Colegiado do Curso de Fisioterapia. Estas avaliações seriam coordenadas pela Comissão Pedagógica do Curso de Fisioterapia e apreciadas a cada dois anos pelo Colegiado do Curso podendo sugerir ajustes no Projeto Político Pedagógico original. As alterações seriam vedadas num prazo inferior a 10 (dez) períodos letivos, ressalvados os casos de adaptação às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), do CONSEPE e às emergências, a juízo do CONSEPE. Entretanto, não há registros oficiais e documentados de que esta avaliação periódica programada no PPC tenha sido realizada continuamente¹ (UFPB, 2005).

Estas mudanças fazem refletir acerca da importância do processo de avaliação da educação superior que vem se fortalecendo no Brasil nos últimos anos considerando o crescente interesse em sistematizar a avaliação como meio de monitoramento e implementação de políticas no ensino superior. É também considerada uma prática que possibilita a transparência das realizações institucionais tanto para a comunidade universitária como para a sociedade.

Em 2004, através da Lei n° 10.861 de 14 de abril, foi implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como documento norteador que aponta os princípios e critérios da avaliação superior e leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa e extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente.

De acordo com o artigo 1° da Portaria MEC n° 2051/04 que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES temos que:

1 Informação dada segundo depoimento de um ex-coordenador do curso de Fisioterapia/ UFPB que estava envolvido neste processo de transição curricular.

O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004b).

Assim, o SINAES deve efetivamente constituir-se em uma ampliação dos objetos, procedimentos e instrumentos de avaliação para além dos até então praticados, buscando assegurar a integração, participação, globalidade, relevância científica e social, a articulação da regulação com a emancipação, do institucional com o sistêmico. Na busca pela responsabilidade social e científica das IES propriamente dita, o SINAES propõe-se a incorporar ao processo avaliativo todos os agentes, todas as dimensões e instâncias das IES, sempre respeitando os papéis específicos dos participantes, a identidade e a missão de cada um deles (BRASIL, 2003).

O SINAES reúne informações acerca da avaliação institucional, dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes. E deverá assegurar uma avaliação institucional, interna e externa, o caráter público de todo o processo avaliativo, o respeito à identidade e à diversidade das instituições e cursos e a participação de toda a comunidade universitária e da sociedade civil (BRASIL, 2004).

Uma das inovações trazidas pelo SINAES diz respeito ao acompanhamento dos egressos². Nenhum projeto de avaliação da educação superior anterior considerou os egressos como elemento importante no processo de avaliação e de planejamento das IES.

Os documentos de base e de orientações do SINAES já sinalizavam a importância do acompanhamento dos egressos na avaliação institucional. O documento intitulado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Bases para uma Nova proposta da Educação Superior (2003) apresenta uma síntese dos estudos realizados pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA) com o intuito de propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da

² De acordo com o Glossário dos Instrumentos de Avaliação externa (2019), entende-se como egresso o aluno que concluiu um curso ou nível de ensino.

Educação Superior e desenvolver uma revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados. O documento traz um roteiro básico para avaliação institucional. O indicador relacionado ao corpo discente relata ser importante conhecer a realidade dos ex-alunos e as questões da formação profissional, para propor soluções. Pontua que é necessário identificar e avaliar as medidas institucionais para incentivar a participação dos egressos na vida da instituição. Ademais, relata a necessidade de “Examinar criticamente a situação de trabalho dos egressos e eventuais interferências disso nas atividades institucionais” (BRASIL, 2003, p. 88).

O Roteiro da Autoavaliação Institucional (2004) destinou-se às Comissões Próprias de Avaliação (CPA) e à comunidade acadêmica das IES com objetivo de orientar e sugerir o roteiro da avaliação interna que integra o processo de avaliação institucional. Uma das dimensões a serem analisadas durante a autoavaliação é a das políticas de atendimento a estudantes e egressos. O roteiro considera ser de importância as informações acerca da inserção profissional dos egressos e a participação deles na vida da IES, bem como a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição e se ela é levada para revisar o plano e os programas acadêmicos.

O documento intitulado SINAES: da concepção à regulamentação (2009) reúne informações dos procedimentos adotados para a implementação do atual sistema de avaliação. Anuncia as políticas de atendimento aos discentes tendo como um de seus indicadores o acompanhamento de egressos e a criação de oportunidades de formação continuada como aspecto importante do processo avaliativo. Relata que:

Quando existem mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos (BRASIL, 2009, p. 142.).

O acompanhamento dos egressos deve ser parte integrante das práticas educacionais, uma vez que este acompanhamento possibilita a reavaliação das políticas educacionais e institucionais objetivando a melhora da qualidade dos cursos e programas. Conseqüentemente, todo estudo que se dedica à pesquisa sobre os egressos é produto da avaliação institucional, pois são

esses atores que levarão a marca das instituições (MELO FILHO; ALVES, 2015).

São os egressos que inserem no contexto da sua atuação profissional e no mercado de trabalho as teorias discutidas e debatidas no âmbito das universidades. Assim Machado (2001) destaca:

Cabe à empresa, à sociedade e especialmente aos egressos, realimentarem a escola com as informações necessárias para análise dos currículos, tendências do mercado, desenvolvimento de tecnologia, métodos e processos de trabalho, novos equipamentos, etc., de modo a facultar à Instituição Escolar o pleno atendimento das necessidades desse importante segmento da sociedade (MACHADO, 2001, p. 37).

Conhecer a trajetória profissional dos egressos é um modo de analisar, compreender e refletir sobre as questões relativas ao ensino superior e às características pertinentes ao mercado de trabalho. Através do enfrentamento no seu cotidiano de trabalho, em situações complexas, o egresso é capaz de confrontar as capacidades desenvolvidas durante a graduação. E a partir de então são capazes de avaliar a estrutura pedagógica recebida, assim como sugerir mudanças que possam modificar a formação acadêmica. Assim, podem favorecer para a formação de um profissional capaz de responder às mais diversas demandas do dia a dia em seu ambiente de trabalho. (MEIRA; KURCGANT, 2008; COLENCI; BERTI, 2012).

Conhecer a opinião dos egressos e o acompanhamento de sua trajetória profissional é importante para as IES e para sociedade de uma forma geral na medida em que a qualidade da inserção do egresso no mercado de trabalho pode ser vista como uma variável correlacionada com a qualidade da formação desse egresso da instituição. Pretende-se, desta forma, contribuir para o fortalecimento da avaliação institucional e da avaliação da educação superior. As informações produzidas por esses sujeitos são elaborações do seu arcabouço teórico adquirido quando da sua formação. Além disso, as informações avaliativas podem contribuir para uma constante readequação das estruturas curriculares de acordo com as necessidades do mercado de trabalho (LOUSADA; MARTINS, 2005; MELO FILHO; ALVES, 2015).

Um dos problemas mais frequentes em estudos com egressos diz respeito ao baixo índice de devolução do instrumento de pesquisa, causado tanto por problema de localização quanto pela falta de interesse do egresso em

contribuir. Nessa perspectiva, percebe-se a necessidade de se criar uma cultura de avaliação, no que diz respeito aos egressos. De acordo com Lousada e Martins (2005),

Essa cultura deve começar a ser formada nos primeiros anos em que os alunos ingressam no curso. A prática sistemática do acompanhamento de egressos nas IES requer uma mudança de mentalidade, uma nova cultura voltada para a eficiência, para a qualidade e para a relevância social dos resultados. Só, assim, se poderá aprender com os erros cometidos, corrigir as falhas, melhorar o desempenho institucional (LOUSADA; MARTINS, 2005, p.12).

Apesar de a opinião dos egressos com relação à profissão ser, segundo o SINAES, um aspecto obrigatório para o processo de avaliação institucional e primordial para a adequação das propostas curriculares, estas informações são pouco abordadas na literatura como indicadores das avaliações institucionais. (LOUSADA; MARTINS, 2005).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente na UFPB, o acompanhamento dos egressos da graduação é realizado pela Pró Reitoria de Graduação (PRG) por meio do Observatório de Dados da Graduação (ODG) no tocante à inserção ocupacional dos formandos no mercado de trabalho e à variação salarial. Ademais, a PRG tem realizado reuniões com os departamentos para discutir e apresentar alguns dados específicos de cada um: o seu perfil de aluno, evasão, retenção e diplomação, perfil do egresso e sobre a avaliação pelo discente (autoavaliação, docentes, disciplinas e cursos). Os dados relativos aos egressos são apresentados numa perspectiva quantitativa.

Com a finalidade de aprimorar as condições de acolhimento, permanência e de formação dos estudantes, a PRG enviou em abril de 2019 orientações para os colegiados departamentais, colegiados de cursos de graduação e núcleos docentes estruturantes, orientações sobre procedimentos acadêmicos e administrativos. O objetivo destas orientações é otimizar a qualidade dos cursos, baseadas naqueles dados específicos de cada departamento. As deliberações e os encaminhamentos feitos pelos departamentos devem ser implementados e pactuados entre as instâncias acadêmicas e administrativas e em trabalho coletivo. Uma das finalidades destas ações preconizadas pela PRG é avaliar permanentemente a qualidade dos cursos e, conseqüentemente, a formação profissional dos estudantes e

egressos. Observa-se, desta forma o interesse da Instituição em estruturar a avaliação da formação profissional e dos egressos através dos cursos de graduação (UFPB, 2019).

Uma interação sistematizada e contínua entre a instituição e seus egressos pode auxiliar no planejamento e revisão dos PPC, na avaliação de métodos, didática e conteúdos utilizados no processo ensino-aprendizagem, contribuindo, desta forma, para a formação profissional. Além de promover um maior envolvimento dos egressos com o curso e com a comunidade acadêmica da instituição.

Deste modo, considerando a importância do egresso no processo avaliativo de cursos e instituições, bem como a necessidade de avaliação das práticas pedagógicas e estrutura curricular dos cursos, aliado a experiência profissional junto aos alunos de Fisioterapia que apresentam dúvidas em relação a sua formação e ao seu futuro profissional, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Como os egressos de Fisioterapia da UFPB avaliam a sua formação acadêmica?

Para investigar a problemática levantada, a próxima sessão apresentará os objetivos que se pretende alcançar.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Compreender como os egressos de Fisioterapia da UFPB avaliam a formação acadêmica recebida no curso.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Traçar o perfil socioeconômico dos egressos de Fisioterapia /UFPB;
- Conhecer a trajetória formativa dos egressos de Fisioterapia/UFPB;
- Entender como os egressos avaliam os aspectos estruturais e pedagógicos do curso de Fisioterapia/UFPB;
- Caracterizar a atuação profissional dos egressos de Fisioterapia/UFPB;

- Propor diretrizes para a integração e avaliação contínua dos egressos do curso de Fisioterapia/UFPB.

No que diz respeito à estrutura, esta dissertação foi dividida em sete capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo, apresentam-se os caminhos da pesquisa e os procedimentos metodológicos que foram realizados para a concretização desta dissertação. A parte teórica, que sustenta a pesquisa, está inserida nos três capítulos seguintes: o capítulo três traz uma discussão sobre a formação e institucionalização da Fisioterapia no Brasil e na Paraíba, bem como a formação no curso de Fisioterapia da UFPB. O quarto capítulo apresenta uma abordagem sobre a educação superior e seus processos de avaliação no Brasil. Para completar o aporte teórico, o capítulo cinco discorre sobre a importância do acompanhamento de egressos na avaliação da educação superior e as pesquisas com egressos da graduação, especialmente de Fisioterapia. No capítulo seis, apresentam-se a análise e discussão dos resultados, de acordo com os objetivos específicos pretendidos. Por fim, o capítulo sete apresenta as considerações finais desta dissertação.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entendendo a pesquisa como uma práxis social, por meio da qual, a ciência questiona e reconstrói a realidade, a metodologia constitui-se no caminho do pensamento e na prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2003). Portanto, diz respeito não apenas aos instrumentos, métodos e técnicas de investigação que o pesquisador utiliza para atingir seus objetivos, mas compreende a sua visão de mundo, que se encontra alicerçada nas concepções teóricas que ele abraça.

A metodologia, além de permitir a realização da pesquisa, fornece a esta o fio que tece e constrói a coerência lógica interna da mesma. Desta forma, uma boa metodologia deve expressar, de forma clara e precisa, a natureza e o tipo da pesquisa, o recorte empírico e os sujeitos/atores da investigação, os instrumentos de coleta e os métodos e técnicas de análise dos dados (GIL, 2008).

Este capítulo informa os caminhos da pesquisa e seus procedimentos metodológicos nos quais a pesquisadora se apoiou a fim de tornar a pesquisa viável de modo a possibilitar o alcance do objetivo geral que é compreender como os egressos do curso de Fisioterapia da UFPB avaliam sua formação acadêmica. A metodologia aqui apresentada está dividida em seis momentos: a caracterização da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, instrumento de coleta de dados utilizado, procedimentos para coleta de dados, procedimentos para análise dos dados e os aspectos éticos e legais da pesquisa.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à natureza, esta pesquisa é considerada aplicada, a qual tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está mais voltada para a aplicação imediata numa realidade circunstancial do que ao desenvolvimento de teorias de valor universal (GIL, 2008). Nesta pesquisa há o interesse de compreender a avaliação que os egressos de Fisioterapia fazem acerca da formação acadêmica recebida no intuito de prover o curso de informações que possam dar subsídios para a avaliação do processo ensino-

aprendizagem e para o planejamento e revisão do seu PPC contribuindo, desta forma, para a formação profissional. Ademais, será possível promover maior relação dos egressos com o curso e com a comunidade acadêmica da UFPB.

A presente pesquisa configura-se como do tipo descritiva, uma vez que busca retratar um cenário de como se encontra estruturado e qual é a forma de funcionamento de um grupo, instituição ou organização em relação a uma questão específica, no caso aqui proposto, a compreensão dos sujeitos sobre a formação acadêmica recebida no curso. Assim segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013) os estudos descritivos almejam “medir ou coletar informações de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem”.

No que se refere à forma de abordagem da realidade, a pesquisa aqui proposta, pode ser classificada como quanti-qualitativa. Uma pesquisa quantitativa pretende generalizar os resultados encontrados em um grupo (amostra) para uma coletividade maior (população) através de técnicas de estatísticas desde as mais simples às mais complexas. Estudos quantitativos tentam explicar e prever os fenômenos pesquisados, buscando regularidades e relações causais entre os elementos. Os dados gerados a partir de uma pesquisa quantitativa possuem um padrão de validade e confiabilidade e seus resultados irão contribuir para gerar conhecimento (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

É considerada qualitativa, pois pretende compreender as percepções, crenças, valores e ideias dos atores sociais, que servem de motivações para suas ações (GIL, 2008). Refletindo sobre a pesquisa qualitativa na área educacional, Triviños (1992) relata como característica principal deste tipo de pesquisa, a descrição dos fenômenos tomados de significados e subjetivos. Para Minayo (2003), os sujeitos envolvidos em pesquisas qualitativas devem ser entendidos como um conjunto de atores sociais, que apontam dados percebidos como modelos culturais interiorizados e pontos de vista específicos. Ademais, a autora afirma que a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. O cruzamento das perspectivas da pesquisa quantitativa e qualitativa possibilita ao pesquisador uma integração de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são frutos de um procedimento específico (GOLDENBERG, 2005).

O presente estudo engloba, quanto aos tipos de pesquisa, a aplicação de três métodos: análise bibliográfica, documental e estudo de caso.

Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é construída a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A grande vantagem de se utilizar a pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de diversos fenômenos muito mais amplos do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Neste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico, através da busca de artigos científicos, monografias, dissertações de Mestrado, teses de Doutorado, publicações em revistas e livros que abordavam temas como: avaliação da educação superior, egressos, formação acadêmica e atuação profissional.

A pesquisa documental assemelha-se com a pesquisa bibliográfica, diferenciando-se pela natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza essencialmente de fontes secundárias, a pesquisa documental se utiliza de fontes primárias. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica (GIL, 2008). Para Marconi e Lakatos (2019):

A característica da pesquisa documental é tornar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se chama de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI; LAKATOS, 2019, p. 190).

De acordo com Gil (2008), existem os documentos considerados de primeira mão, que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, etc. E existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, a exemplo de relatórios de pesquisas e tabelas estatísticas. Especificamente neste estudo, tomou-se como documentos para análise a Lei do SINAES, decretos federais, portarias, notas técnicas, roteiros institucionais, o PDI da UFPB, as DCN/FISIOTERAPIA e o PPC do curso de Fisioterapia / UFPB.

Tendo como campo empírico da pesquisa a UFPB, mais especificamente o curso de Fisioterapia, como um recorte da realidade que se quer estudar, a presente dissertação trata-se de um estudo de caso, este é entendido por Yin (2001) como uma importante estratégia metodológica dada a

possibilidade de se aprofundar a análise do objeto escolhido, a partir da percepção mais próxima que o pesquisador terá do fenômeno.

2.2 SUJEITOS DA PESQUISA

A população da pesquisa foi composta pelos egressos de Fisioterapia da UFPB que ingressaram no curso a partir de 2006 e se formaram até 2018.1. A opção por investigar os sujeitos que ingressaram em 2006 foi devida a mudança ocorrida no projeto pedagógico do curso e estrutura curricular no ano de 2005, após as recomendações das DCN/FISIOTERAPIA em 2002. Ademais, o período final de 2018.1 foi escolhido porque, ao final da coleta dos dados, os egressos deste semestre teriam completado seis meses de formados. Este período após a conclusão do curso foi considerado como tempo mínimo necessário para o estabelecimento dos sujeitos no mercado de trabalho, agregando assim maior confiabilidade às informações, de acordo com os critérios utilizados por Lima e Andriola (2018).

De acordo com dados fornecidos pela instituição, tem-se 406 egressos formados no período compreendido por esta pesquisa constituindo-se assim na população do estudo. A instituição forneceu os dados de todos os egressos (nomes e emails). Em posse destas informações foi possível contatá-los, obtendo retorno de 177 respondentes, determinando uma amostra de 43% da população do estudo.

2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Visando refletir sobre como os egressos de Fisioterapia da UFPB avaliam a formação acadêmica recebida foi utilizado o questionário como o instrumento de coleta de dados. De acordo com Gil (2008), questionário:

é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (GIL, 2008, p. 121).

Afirma que, basicamente, construir um questionário é traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões

é que irão permitir encontrar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses construídas durante a pesquisa. Sua elaboração necessita de uma série de cuidados, tais como: determinação da forma e conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário.

O questionário, composto por 30 questões, sendo 26 fechadas e 4 questões abertas (Ver Apêndice A), foi construído utilizando o aplicativo *Google Forms* ferramenta *online* que permite sua utilização em qualquer local, a partir do acesso à internet. Desta forma, pretendeu-se facilitar o acesso por parte dos sujeitos que puderam acessar e responder o questionário em local e o horário mais apropriado. O questionário foi concebido a partir de instrumentos elaborados em pesquisas com fins semelhantes (CÂMARA, 2006; MEIRA, 2007; MEIRA, 2012; FIGUEIREDO, 2015) e do PPC do curso de Fisioterapia/UFPB com o propósito de contemplar os aspectos necessários para compreender como os egressos do curso avaliam a formação acadêmica recebida, de modo a alcançar os objetivos da pesquisa. Assim, foi estruturado em quatro tópicos, sendo eles:

1. Perfil socioeconômico dos egressos: buscando apreender o maior número de informações para tipificação da amostra (sexo, idade, estado civil, residência atual e renda mensal recebida);
2. Trajetória formativa: investigando desde as atividades realizadas na graduação (projetos de pesquisa, extensão e monitoria) até os estudos após a conclusão, através da educação continuada (Cursos de aprimoramento, *lato sensu e stricto sensu*);
3. Atuação profissional: buscando conhecer o perfil profissional através de dados acerca da inserção, área e local de atuação e tipo de contratação;
4. Avaliação do curso de Fisioterapia/UFPB: com o objetivo de analisar o nível de qualidade do curso, através da avaliação de aspectos estruturais e pedagógicos;
5. Avaliação sobre o nível de envolvimento com a Instituição e curso após a graduação.

2.3.1 Pré-teste

Com o objetivo de avaliar o questionário proposto para aplicação com os egressos foi realizado um pré-teste, a fim de evidenciar possíveis falhas, tais como: inconsistência ou complexidade das questões, ambiguidade ou linguagem inacessível, perguntas supérfluas ou que causassem embaraço. (GIL, 2008; MARCONI; LAKATOS, 2019).

O pré-teste aplicado contou com a colaboração de 5 (cinco) egressos de Fisioterapia da UFPB, não participantes da nossa população, segundo Marconi e Lakatos (2019). A partir deste, foi possível realinhar o questionário com o intuito facilitar o entendimento dos respondentes. O retorno do pré-teste foi realizado pessoalmente. Foi solicitada a análise do instrumento nos seguintes quesitos:

- 1- A clareza na formulação das questões e adequação de opções de respostas;
- 2- Facilidades, dificuldades e dúvidas suscitadas;
- 3- Adequação da sequência e transição dos blocos temáticos;
- 4- Tempo estimado para preenchimento do instrumento.

2.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

O questionário foi aplicado no mês de novembro de 2019. A busca primária por participantes para a pesquisa ocorreu por meio de contato via e-mail. Esta estratégia de busca não foi satisfatória já que houve pouco retorno dos egressos aos e-mails enviados. Além disso, alguns sujeitos estavam sem contato ou com os dados desatualizados. Sendo assim, iniciou-se outra forma de busca concomitante, através de contatos telefônicos, busca ativa nas redes sociais e contato de amigos o que permitiu um alcance maior do número de sujeitos.

Desta forma, a amostragem da pesquisa não teve um critério probabilístico e foi realizada por acessibilidade aos sujeitos, conforme Gil (2008, p. 94) a amostragem por acessibilidade ou por conveniência “é destituída de qualquer rigor estatístico, [...] o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma,

representar o universo”, o que está em concordância com estudo de cunho qualitativo.

Apesar da amostra da pesquisa ter sido feita por acessibilidade foi possível enviar o questionário para a maioria dos sujeitos da pesquisa, obtendo resposta de 177 egressos.

2.5 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Os dados da pesquisa foram tratados de forma quantitativa e qualitativa e criteriosamente analisados. Os dados quantitativos foram enviados pelo Google Forms para uma planilha eletrônica (Excel 2010) e posteriormente foram transportados para análise estatística no programa SPSS for Windows (Statistical Package for the Social Sciences) versão 20.0. Foram utilizadas técnicas de estatística descritiva com medidas de frequência absoluta e relativa para variáveis categóricas, média e desvio padrão para variáveis numéricas. Para análise de associação entre as variáveis foi utilizado o teste Qui-quadrado com nível de significância de 0,05. Os resultados foram apresentados em tabelas, quadros e gráficos.

Os dados qualitativos desta pesquisa foram obtidos a partir das respostas dos egressos às quatro questões abertas do questionário. A análise das respostas foi realizada a partir da técnica de categorização presente na análise de conteúdo. Segundo Minayo (2003), categoria refere-se a elementos com característica comuns ou que se relacionam entre si. Desta forma, trabalhar com categorias significa agrupar elementos, ideias, pensamentos em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Para Gil (2008), análise de conteúdo é uma metodologia de análise a qual investiga de forma sistematizada o conteúdo manifesto nas comunicações, e tem por finalidade a interpretação do que está por trás destes conteúdos. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo caracteriza-se por:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.42)

Na presente pesquisa a análise do conteúdo das respostas dos egressos contemplou as seguintes etapas:

- Pré-análise dos dados: etapa inicial de organização do material propriamente dita. Fez-se necessária a leitura exaustiva das respostas de cada uma das 4 questões abertas. Teve por objetivo sistematizar as ideias iniciais e registrar as impressões sobre as respostas;
- Isolamento dos elementos: etapa de classificação dos elementos ou unidades de significado mais relevantes em cada resposta;
- Categorização dos elementos: parte em que os elementos classificados na etapa anterior foram agrupados conforme suas características em comum, em função dos objetivos do estudo;
- Interpretação dos dados: etapa final em que foi desvendado o conteúdo manifestado pelos egressos.

Através das análises estatísticas e dos dados coletados a partir da técnica de categorização presente na análise de conteúdo foi possível dar voz aos egressos de Fisioterapia da UFPB de modo a responder ao objetivo geral desta pesquisa acerca da avaliação que eles fazem da formação acadêmica recebida pelo curso.

Pela característica própria do instrumento de coleta dos dados, construído a partir do *Google Forms*, à medida que o questionário ia sendo respondido ia sendo criando um arquivo Excel com todos os dados. Desta forma, ao analisar as informações dos egressos, foram atribuídos códigos para cada questionário na ordem em que iam sendo respondidos. Assim, os códigos seguem uma ordem alfanumérica crescente, “E1” que significa Egresso 1, “E2” que significa Egresso 2 e assim sucessivamente até finalizar com o “E177”, Egresso 177. Para melhor visualizar as falas dos sujeitos durante a discussão dos dados optou-se por destacá-las em itálico.

2.6 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPB - CEP/UFPB, obtendo parecer favorável em: 29/10/2019, sob o parecer nº 3.667.697, com a coleta de dados iniciada somente após a sua aprovação. A aceitação dos egressos para participação na pesquisa foi obtida através da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado no apêndice B. Foram assegurados aos participantes, dessa maneira, o sigilo das informações e o direito à desistência de participação, sem qualquer tipo de prejuízo ou sanção.

3 FORMAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO BRASIL

Segundo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), fisioterapia é uma ciência da área da saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas. Suas ações são fundamentadas em mecanismos terapêuticos próprios, sistematizados pelos estudos da biologia, das ciências morfológicas, fisiologia, patologia, bioquímica, biofísica, da biomecânica, cinesioterapia, além das disciplinas sociais e comportamentais. (BRASIL, 201-?).

É considerada uma das profissões mais novas da área de saúde. Sua regulamentação como profissão no Brasil ocorreu através do Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969, concedendo ao fisioterapeuta, e ao terapeuta ocupacional, o exercício de suas profissões, sendo considerado um profissional diplomado por cursos reconhecidos e de nível superior (MARQUES, 2017).

A Fisioterapia teve sua origem especialmente na medicina que representa a profissão pioneira na intervenção do processo saúde-doença, mas também em outras profissões da saúde como enfermagem e educação física. Inicialmente a Fisioterapia representava um ramo da medicina, sendo chamada de medicina física. De acordo com Leitão (1967), a medicina física é a mais antiga das especialidades. Surgiu quando o homem pela primeira vez se expôs aos raios solares ou tomou banho de emersão.

A utilização de recursos naturais e de terapia manual é antiga, desde os povos arcaicos. Na antiguidade, no período compreendido entre 4.000 a.C. e 395 d.C, há indícios de que a massagem e a ginástica eram empregadas para fins terapêuticos. Com o surgimento do Renascentismo, há relatos de que em 1750 o Instituion Nationale dês Invalides, de Paris, utilizava estímulos elétricos para a recuperação de pessoas com paralisia. Publicações de 1780 enfatizavam técnicas de terapia manual para as mobilizações das articulações.

Com a chegada da industrialização e as exigências de trabalhos repetitivos e de longas jornadas de trabalho determinaram o aparecimento das primeiras doenças ocupacionais, como tendinites, bursites, epicondilites, dores crônicas, entre outras. Assim, passou-se a utilizar os recursos físicos e naturais em ação curativa e reabilitadora. Nos primeiros 50 anos do século XX, período

entre as grandes guerras, a reabilitação teve um papel fundamental e, assim, na consolidação da Fisioterapia como uma importante profissão (MARQUES, 2017).

Assim como outras profissões da área da saúde, a Fisioterapia conduziu a sua atuação profissional para as atividades reabilitadoras e curativas. Entretanto, os conhecimentos inerentes à profissão também podem contribuir para prevenção de doenças e sequelas, como também para a promoção de saúde, quando utilizados em outros níveis de atenção (MARQUES, 2017).

No Brasil, os primeiros procedimentos que atualmente são considerados como fisioterapêuticos começaram a ser utilizados entre 1879 a 1883. Com a industrialização e com o aumento do número de acidentes de trabalho passou-se a ter a utilização de recursos físicos voltados para a assistência curativa e reabilitadora. Assim, foram criados nessa época o serviço de hidroterapia no Rio de Janeiro, existente até os dias atuais, denominado “Casa das Duchas” e o serviço de eletricidade médica no Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (VIEIRA, 2012; MARQUES, 2017).

Os primeiros serviços de Fisioterapia no Brasil foram criados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, maiores centros industriais e populacionais do País. As instituições filantrópicas voltadas para o tratamento e reabilitação de pessoas com deficiências também tiveram participação importante na história da Fisioterapia no país. Podemos citar a Sociedade Pestalozzi do Brasil fundada em Belo Horizonte no ano de 1930, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na cidade do Rio de Janeiro em 1954 e a Associação Beneficente de Reabilitação (ABBR), também no Rio de Janeiro e em 1954.

Com relação ao avanço da industrialização brasileira surgiu a necessidade de criar ambientes para reabilitação dos trabalhadores, inicialmente a assistência era realizada através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Outro ponto que merece destaque para o desenvolvimento de centros de reabilitação no Brasil foi a epidemia de poliomielite que apresentava índices devastadores e deixou diversas sequelas nos indivíduos, estimulando uma atenção voltada para o processo de reabilitação dos pacientes acometidos pela doença.

Desta forma, observa-se que diversos acontecimentos concorreram para a realização das práticas fisioterapêuticas no país através de uma atuação reabilitadora da profissão.

A necessidade de se criarem centros de reabilitação bem como a carência por maiores e modernos serviços surgiram como resposta às demandas sanitárias existentes. Estes fatos levaram a criação em 1951 do primeiro curso técnico de Fisioterapia, chamado de curso Raphael de Barros que funcionou nas dependências do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. Criado pelo Dr. Waldo Rolim de Moraes, o curso tinha a duração de um ano, em período integral e era ministrado por médicos. O curso funcionou até 1957 e formou 52 técnicos em Fisioterapia (VIEIRA, 2012; MARQUES, 2017).

Em 1963, foi promulgado o parecer de nº 388 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que reconhece os cursos técnicos em fisioterapia. Foi o primeiro passo para a constituição do novo profissional da saúde no Brasil. Entretanto, no documento os profissionais eram considerados auxiliares médicos e executavam suas tarefas a partir das indicações dadas pelos médicos.

Através da Portaria Ministerial 511/64 o MEC estabeleceu o primeiro currículo dos cursos de Fisioterapia com seus conteúdos mínimos. A proposta curricular aprovada previa um curso com duração de três anos e um currículo visando à formação do profissional técnico que, de acordo com Teixeira, Muniz e Nazaré (2017), estava organizado em um sistema de disciplinas curriculares fechadas e inflexíveis, nas quais o que importava era meramente a transmissão de conhecimentos das habilidades técnicas.

Entretanto, no dia 13 de outubro de 1969, o Decreto-Lei nº 938 reconhece e regulamenta a Fisioterapia como uma profissão, representando um marco importante. De acordo com o Decreto-Lei “É atividade privativa do fisioterapeuta executar métodos e técnicas fisioterápicas com finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente”. Assim, a Fisioterapia inicia a construção de uma profissão com autonomia para o exercício profissional.

Dando prosseguimento para a formalização da profissão, em 17 de dezembro de 1975 foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo

Presidente da República a Lei no 6.316, que criou o COFFITO e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) que vieram a desempenhar um papel decisivo no crescimento da profissão. O Código de Ética de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que determina as normas e as responsabilidades para o exercício das duas profissões, foi aprovado pela Resolução COFFITO nº 10, em 3 de julho de 1978.

Apesar do reconhecimento, havia, entretanto, uma defasagem com relação à formação do fisioterapeuta. O currículo mínimo criado em 1964 para formação dos fisioterapeutas técnicos permaneceu o mesmo até 1983, quando o Conselho Federal de Educação estabeleceu um novo currículo mínimo para os cursos de graduação em Fisioterapia. Portanto, entre o ano de 1969 até 1983, correspondeu a um período de 14 anos formando fisioterapeutas com formação técnica para o exercício de uma profissão de nível superior.

Assim, em 1983 foi publicada pelo Conselho Federal de Educação, a Resolução 04/83, a qual criou o segundo currículo mínimo para os cursos de graduação em Fisioterapia, estabelecendo uma duração mínima de quatro anos. De acordo com a Resolução haveria 4 ciclos de aprendizado: I. Matérias Biológicas; II. Matérias de Formação Geral; III. Matérias Pré-profissionalizantes e IV. Matérias Profissionalizantes. Além disso, estabeleceu-se 3.240 horas como a carga horária mínima exigida. De acordo com Teixeira, Muniz e Nazaré (2017):

esse currículo, consolidou esse profissional com um perfil técnico, na perspectiva da formação profissional baseada principalmente no conhecimento das técnicas de tratamento e voltado para as especialidades, uma vez que, à época, era dada pouca importância à formação social e humana do profissional de saúde e em especial do fisioterapeuta (TEIXEIRA; MUNIZ; NAZARÉ, 2017, p.5).

A formação social e humana do fisioterapeuta ficava restrita às chamadas ciências do comportamento (Sociologia, Antropologia, Psicologia, Ética e Deontologia), as quais se encontravam dentro do ciclo das matérias de formação geral juntamente com Introdução à Saúde Humana e Metodologia da Pesquisa Científica, de acordo com a Resolução 04/83.

A Resolução 04/83 vigorou até 2002, quando foram aprovadas as DCN do Curso de Graduação em Fisioterapia, por meio da Resolução CNE/ CES 04, de 19 de fevereiro de 2002. As DCN para cursos de graduação foram estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), através da Lei nº 10.172,

no sentido de assegurar a “flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior”. As DCN constituem um padrão geral de orientação para a elaboração dos projetos político-pedagógicos e currículos pelas IES no Brasil (BRASIL, 2001).

Assim, as DCN em Fisioterapia definiram os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de fisioterapeutas. O Parecer CNE/CES 583/2001 definiu que as diretrizes deveriam contemplar: a) perfil do formado / egresso / profissional; b) competências / habilidades / atitudes; c) habilitação e ênfase (quando fosse o caso); d) conteúdos curriculares; e) organização do curso; f) estágios e atividades complementares e g) acompanhamento e avaliação.

As DCN para as profissões de saúde foram instituídas pelo MEC e o Ministério da Saúde (MS) com a intenção de contribuir para a consolidação do SUS no Brasil. O objetivo foi oferecer uma formação que possibilitasse a qualificação do cuidado da assistência à saúde, contemplando os princípios do SUS. E foram resultados de um processo que envolveu aspectos políticos, institucionais, culturais e educacionais. Neste momento, de acordo com Costa *et al* (2018):

a graduação foi entendida como um estágio do processo de formação, que deve ser contínuo para enfrentar a permanente mudança na produção de conhecimentos e uma formação que incorpore os processos de aprender a aprender e que busque atender às demandas da sociedade, além de priorizar uma formação de profissionais autônomos e flexíveis (Costa *et al*, 2018 p. 2)

O Parecer CNE/CES 1.210/2001 adotou esse modelo preconizado para a área da saúde nos cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, estabelecendo que era objeto das Diretrizes Curriculares:

permitir que os currículos propostos possam construir perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdos, dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinentes e compatíveis com referências nacionais e internacionais, capazes de atuar com qualidade, eficiência e resolutividade, no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando o processo da Reforma Sanitária Brasileira (BRASIL, 2001, p. 4).

Ademais, o mesmo parecer afirma que o objetivo das Diretrizes Curriculares é:

levar os alunos dos cursos de graduação em saúde a aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a capacitação de

profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades (BRASIL, 2001, p. 4).

De acordo com as DCN de Fisioterapia (2002) o curso deve proporcionar ao egresso uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitando-o a atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual e que seja detentor de uma visão ampla e global, respeitando os princípios éticos, bioéticos e culturais do indivíduo e da coletividade. Ademais, as DCN salientam, em seu art. 5º, que o futuro fisioterapeuta deverá ser capaz de atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente para a promoção da saúde. Neste sentido, Borges (2016) destaca que esta nova visão de formação em saúde, norteada pela integralidade e pautada na inter e transdisciplinariedade, visa não só a transmissão simples do conhecimento, mas sua transformação em capacidade de atuação profissional.

A partir deste momento, os cursos de graduação em Fisioterapia no Brasil deveriam revisar seus currículos e elaborar seus PPC de acordo com as atuais DCN.

3.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO E ESPECIALIDADES DA FISIOTERAPIA

Segundo o COFFITO, a atuação da Fisioterapia pode ser dividida em Fisioterapia Clínica, Saúde Coletiva, Educação e outras. Na fisioterapia clínica, o fisioterapeuta pode atuar em hospitais, ambulatórios, clínicas, centros de reabilitação como também no atendimento a domicílio. Na área da saúde coletiva, pode atuar em ações básicas de saúde, na fisioterapia do trabalho, em programas institucionais da vigilância sanitária, entre outros. De acordo com o COFFITO, são atribuições principais dessa área: educação, prevenção e assistência fisioterapêutica coletiva e atenção primária em saúde. Na área de educação, o fisioterapeuta pode atuar na docência, tanto em níveis secundário e superior, na direção e coordenação de cursos, em cursos de extensão e em pesquisas, além de exercer supervisão técnica e administrativa. Ademais, o

fisioterapeuta pode atuar no desenvolvimento de equipamentos e de produtos para a fisioterapia (BRASIL, 2017b).

Com o passar dos anos e à medida que os estudos em fisioterapia foram evoluindo, surgiram as especialidades da fisioterapia resultados do trabalho de órgãos regulamentadores com a proposta de qualificação do SUS e, conseqüentemente, a melhora dos serviços prestados à comunidade. Assim, o COFFITO já reconheceu quinze especialidades da fisioterapia até o momento, são elas: fisioterapia aquática, cardiovascular, dermatofuncional, esportiva, gerontologia, acupuntura, trabalho, neurofuncional, oncologia, respiratória, traumato--ortopédica, osteopatia, quiropraxia, saúde da mulher e terapia intensiva. Já a especialidade é uma certificação de cunho profissional que envolve tanto conhecimento científico, quanto técnico, treinamento e também a capacitação técnica. Para a concessão do título de especialista da fisioterapia em qualquer dessas áreas, é necessário prestar um exame realizado pelo COFFITO anualmente. Além da prova, é analisado o currículo, no qual é verificado a sua atuação na especialidade pretendida (MARQUES, 2017).

3.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA PARAÍBA

As práticas fisioterapêuticas na Paraíba se iniciaram antes da criação dos cursos de graduação, em diversas instituições de assistência à saúde do estado. O primeiro serviço em fisioterapia data de 1930, com a criação do gabinete de fisioterapia do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba para atender acidentados de trabalho e o atendimento hospitalar (VIEIRA, 2012). Durante o período de 1952 a 1962 destaca-se o serviço médico do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários, o qual possuía um ambulatório de fisioterapia. Outro serviço de evidência de fisioterapia no estado foi a APAE de João Pessoa, fundada em 1957 para o atendimento às pessoas com deficiência. O quadro 1 abaixo mostra os primeiros serviços e instituições públicas com atendimento fisioterapêutico que surgiram no estado da Paraíba:

Quadro 1- Primeiras Instituições Públicas com serviço de fisioterapia na Paraíba

ANO DE FUNDAÇÃO	INSTITUIÇÃO
1930	Santa Casa de Misericórdia da Paraíba
1952 a 1962	Serviço Médico de Aposentadoria e Pensão do Comercio
1957	APAE
1977	PESTALOZZI
1980	IPEP (Instituto de Previdência do Estado da Paraíba)
1989	FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência)
1989	Centro de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Previdência Social

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Vieira, 2012.

Os primeiros cursos de graduação na Paraíba surgiram no final de 1970 e início de 1980, período que apresentou um quadro epidemiológico e socioeconômico que justificava a formalização da profissão no Estado. O surto industrial durante os primeiros anos do regime militar contribuiu para o surgimento das preocupações com a saúde do trabalhador no Estado. A Paraíba também foi sofreu com o surto de poliomielite, a qual deixou vítimas com necessidade de reabilitação física. Ademais, neste período o país passava por uma mudança no perfil demográfico e epidemiológico. As causas de morbimortalidade das doenças parasitárias e infecciosas foram substituídas pelas doenças do sistema cardiovascular, neoplasias e causas externas levando os serviços de saúde a se adequarem as necessidades impostas por essa nova realidade (VIEIRA, 2012).

O primeiro curso de Fisioterapia criado foi o da Universidade Regional do Nordeste (URNE) em Campina Grande, por meio da Resolução de nº 028 do CONSEPE, em 29 de setembro de 1977. E através da Lei nº 4.977, de 11 de outubro de 1987, sancionada pelo então governador Tarcísio Burity, houve a transformação da URNE em Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). (UEPB, 2019). O segundo curso de Fisioterapia foi o da UFPB, criado em 04 de janeiro de 1980, através da resolução de nº 09/80 do CONSUNI. Em 1997, foi a vez do primeiro curso de Fisioterapia de uma instituição privada, o Instituto

Paraibano de Educação, atualmente Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), sendo a autorizado pela Resolução CONSUNI n° 03, de 11 de Novembro de 1977. O quadro 2 mostra a realidade atual da Paraíba em termos de cursos de graduação.

Quadro 2- Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de graduação presencial de Fisioterapia na Paraíba.

Instituição(IES)	Sigla	Modalidade	Vagas Autorizadas	Data início funcionamento	Data Ato de Criação	Situação
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	Presencial	80	01/03/1978	29/09/1977	Em Atividade
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	Presencial	90	04/01/1980	04/01/1980	Em Atividade
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	UNIPÊ	Presencial	360	02/02/1998	11/11/1997	Em Atividade
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA PARAÍBA	FCM-PB	Presencial	100	10/03/2003	15/10/2002	Em Atividade
INSTITUTO PARAIBANO DE ENSINO RENOVADO	INPER	Presencial	100	18/02/2003	31/12/2002	Em Atividade
FACULDADE DE CAMPINA GRANDE	FAC-CG	Presencial	225	10/05/2004	18/03/2004	Em Atividade
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACISA	UNIFACISA	Presencial	200	01/03/2005	26/01/2005	Em Atividade
FACULDADE SANTA MARIA	FSM	Presencial	100	14/02/2005	09/02/2005	Em Atividade
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS	UNIFIP	Presencial	120	07/08/2006	24/05/2006	Em Atividade
FACULDADE PARAÍBANA	FAP	Presencial	100	01/02/2010	27/11/2006	Em Atividade
CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE	UNINASSA U CPV	Presencial	250	02/02/2009	22/04/2009	Em Atividade
FACULDADE UNINASSAU JOÃO PESSOA	-	Presencial	240	18/02/2010	27/08/2010	Em Atividade
FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA	FPB	Presencial	120	24/12/2013	24/12/2013	Em Atividade
CENTRO UNIVERSITÁRIO	UNINASSA U CPV	Presencial	200	22/04/2009	30/11/2015	Em Atividade

MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPINA GRANDE						
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA	IESP	Presencial	100	11/02/2016	23/12/2015	Em Atividade
FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA	FACENE	Presencial	160	17/11/2016	28/09/2016	Em Atividade

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do E-mec, 2019.

O quadro acima mostra as instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação de Fisioterapia no Estado da Paraíba. Observa-se que existem atualmente 16 instituições que oferecem o curso, totalizando 2.545 vagas autorizadas por ano.

3.2.1 O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional na Paraíba

A fiscalização do exercício profissional na Paraíba é função do CREFITO-1 que foi o primeiro Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, criado pelo COFFITO em 15 de janeiro de 1978. Inicialmente, essa circunscrição abrangia toda a região Norte/Nordeste do país. Contudo, o CREFITO-1 passou por alguns desmembramentos para que os profissionais de Estados antes ligados a ele ganhassem autonomia para possuírem seus próprios conselhos. A configuração mais recente foi dada através da Resolução COFFITO 89/1987 a qual determinou a circunscrição do conselho abrangendo os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte com sede em Recife. Na Paraíba o CREFITO-1 possui delegacias na cidade de João Pessoa e Campina Grande (BRASIL, 201-?c).

Além de fiscalizar o exercício da profissão em defesa de uma assistência de qualidade à sociedade, o CREFITO-1 garante a sua atuação correta, através de fiscalizações e promove a valorização e a credibilidade dos profissionais. Ademais é função do conselho exercer o controle ético e social das atividades de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional e das empresas prestadoras de serviços assistenciais ao meio social, dentro da circunscrição.

O CREFITO-1 tem como visão ser uma instituição de excelência e inovação reconhecida socialmente na valorização da Fisioterapia e Terapia Ocupacional. E possui como valores os conceitos de ética, compromisso, respeito, responsabilidade e inovação.

3.3 O CURSO DE FISIOTERAPIA DA UFPB

As discussões para a criação do curso de Fisioterapia da UFPB tiveram início em debates e reuniões do Centro de Ciências da Saúde (CCS) no ano de 1979 e diversas justificativas foram dadas para a criação do curso, tais como: a crescente industrialização e o aumento das doenças ocupacionais, a implantação do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS) e a necessidade de formar profissionais para integrar a equipe de reabilitação (VIEIRA, 2012).

Assim, o curso criado através da Resolução Nº 09 do CONSUNI em 04/01/1980 de acordo com a Portaria Ministerial 511/64 o qual estabelecia um currículo visando à formação do profissional técnico em fisioterapia. Em 10 de agosto de 1981 foi estabelecida a primeira estrutura curricular através da Resolução CONSEPE nº 91/81 com uma carga horária de apenas 2.520horas/aula.

Em seu início o curso enfrentou grandes dificuldades para seu funcionamento e ficou próximo de ser extinto. A UFPB havia realizado um convênio com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas para a implantação do curso, através da vinda do Prof. José Américo da Silva. Entretanto, o professor ministrou algumas aulas e retornou ao seu estado de origem. Ademais, a ausência de estrutura física adequada, aliado aos interesses contrários na própria instituição se apresentou como obstáculos ao funcionamento do curso (ALMEIDA, 2007; VIEIRA, 2012).

Inicialmente o curso era ministrado apenas por professores médicos, quando da chegada do primeiro professor Fisioterapeuta Rogério Moreira Almeida. Apesar das inúmeras dificuldades encontradas, o Prof. Rogério assumiu a responsabilidade e iniciou sua trajetória dentro do curso de Fisioterapia da UFPB, o qual ainda faz parte até os dias de hoje.

Em 1982 foi criado, através da Resolução nº 73/82 do Conselho Universitário, o Departamento de Cultura Física e Reabilitação composto pelos cursos de Educação Física e Fisioterapia, respectivamente. E em 16 de julho de 1990 ele foi finalmente desmembrado para Departamento de Educação Física e Departamento de Fisioterapia. A partir de então o Departamento de Fisioterapia manteve seu nome e autonomia e passou por mudanças em sua estrutura física ao longo dos anos, com a criação de novos ambientes e serviços por este departamento, tais como: a Clínica-Escola de Fisioterapia, os Serviços de Fisioterapia e Fisioterapia Infantil do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) além de laboratórios de graduação e pós-graduação (ALMEIDA, 2007; CCS, 2019).

Em resposta à Resolução nº 4/83 do Conselho Federal de Educação, foi estabelecido, em 10 de setembro de 1984 por meio da resolução nº 21/84, o segundo currículo do curso de Fisioterapia da UFPB o qual possuía uma carga horária de 4215 horas/aula. O reconhecimento do curso ocorreu em 5 de novembro de 1985, através da portaria nº 872 do MEC.

Considerando as DCN dos Cursos de Graduação em Fisioterapia fixadas em 2002, o curso de Fisioterapia da UFPB teve seu projeto político pedagógico do curso aprovado em 2005. A partir deste momento, o curso passou a integralizar 4500 horas/aula e seus os componentes curriculares foram divididos em conteúdos básicos e complementares integrando o ensino, pesquisa e a extensão.

Os primeiros divididos em quatro eixos: Eixo I: Formação Biológica; Eixo II: Formação Social e Humana; Eixo III: Formação Instrumental Pré-Profissional e Eixo IV: Formação profissional. Os conteúdos complementares foram subdivididos em: I) complementares obrigatórios, II) complementares optativos e III) complementares flexíveis.

A operacionalização das disciplinas foi feita de forma que as atividades teóricas e práticas fossem contempladas nos eixos de formação pré-profissional e profissional. Assegurando, desta forma, uma vivência com a realidade prática profissional ao longo do curso. Casanova, Moraes e Ruiz-Moreno (2010) acreditam que o ensino das atividades práticas estimula o processo de ensino-aprendizagem. Diante de determinadas situações da

realidade, o aluno precisará buscar a integração dos aspectos teóricos e práticos necessários à compreensão ou à proposição de soluções.

De acordo com o que foi implantado no projeto pedagógico, o curso de Fisioterapia se propõe a:

Assegurar ao graduando em Fisioterapia, uma formação generalista, capacitando-o a atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com uma visão ampla e global, respeitando os princípios éticos e bioéticos, morais, religiosos, e socioculturais do indivíduo e da coletividade, com o objetivo de prevenir, preservar, promover, e reabilitar a saúde individual e coletiva. O curso tem o propósito, ainda, de formar um profissional dotado de capacidade de comunicação e liderança junto a equipe multiprofissional, com competências de administração e gerenciamento de serviços de saúde, e voltado ao desenvolvimento científico, capaz de adquirir por iniciativa própria, conhecimentos que garantam uma educação continuada e permanente (UFPB, 2005, p, 9).

O curso passou por diversas mudanças ao longo do tempo o que levou a reestruturação e ampliação de áreas para promoção da prática do ensino. Atualmente, o curso possui uma clínica-escola, um serviço de fisioterapia infantil ligado ao hospital universitário, além dos laboratórios de ensino (laboratório de cinesioterapia, de recursos terapêuticos manuais, de eletrotermo e fototerapia, de exercícios terapêuticos) e os laboratórios de pesquisa (laboratório de pesquisa básica, laboratório de análise do movimento humano, de estudo do equilíbrio, dinamometria e eletromiografia, de fotogrametria, de saúde coletiva, de estudos do envelhecimento humano, cardiopneumo funcional, e de doenças crônicas não transmissíveis e ergonomia). No momento, o curso oferece anualmente 80 vagas, possui 34 docentes efetivos e 3 professores substitutos.

De acordo com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), um dos pilares do SINAES, o curso de Fisioterapia da UFPB apresenta conceito 4. O exame realizado no ano de 2016 contou com a participação de 61 estudantes concluintes do curso e apresentou no resultado geral uma média de 44,9 pontos, situando-se acima da média apresentada pelos cursos de Fisioterapia da Paraíba (39,2) e do país (39,8) (BRASIL, 2016). No final de 2019, ocorreu mais um ciclo de avaliação para os cursos de Fisioterapia de todo o país, mas os resultados ainda não foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Recentemente, em 05 de setembro de 2018 foi aprovado, pela Comissão de Avaliação das Propostas de Cursos Novos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa de Pós-graduação em Fisioterapia da UFPB, nível mestrado- PPGFIS/UFPB. O programa conta com uma área de concentração: Processos de Avaliação e Intervenção em Fisioterapia e duas linhas de pesquisa: Avaliação e intervenção em Fisioterapia na coletividade e Avaliação e intervenção em fisioterapia na funcionalidade humana. O programa tem como objetivo promover a formação de pesquisadores com vocação para a docência, capacitados para a produção de conhecimento científico sólido, ético e embasado na Fisioterapia. O processo seletivo foi realizado entre os meses de março e maio de 2019 e as aulas tiveram início em agosto de 2019 (CCS, 2018).

O programa de mestrado na instituição representa uma conquista para o curso. Há alguns anos que os docentes estavam engajados para que ocorresse a aprovação junto a CAPES e poder dar um novo passo na história da Fisioterapia.

3.3.1 Sobre a formação acadêmica do curso de Fisioterapia da UFPB

Todos os cursos de graduação das IES do Brasil devem elaborar o PPC de acordo com os propósitos da instituição. E nesse ponto de vista, há necessidade de estar em sintonia com o PDI. Assim, cada curso dispõe de seu projeto pedagógico tendo em vista as especificidades da respectiva área de atuação. O PPC de Fisioterapia da UFPB tem como orientação básica as DCN em Fisioterapia e tem o currículo como um dos elementos constitutivos. Nesse documento ainda constam: a justificativa para a implantação do projeto pedagógico, o objeto e objetivos do curso, o perfil profissional que se busca formar, as competências, atitudes e os conhecimentos requeridos pelos egressos, a ementa dos componentes curriculares e a bibliografia a ser utilizada (UFPB, 2005).

O PPC analisado remete que, para sua formulação, foram considerados o compromisso do curso de graduação em fisioterapia com a qualidade da formação profissional, as mudanças socioeconômicas e políticas decorrentes da revolução informacional e suas implicações na formação profissional, as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996,

os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela avaliação institucional, as DCN dos Cursos de Graduação em Fisioterapia, fixadas através do Parecer CNE/CES 1210, de 12 de setembro de 2001 e da Resolução CNE/CES nº 04, de 19 de fevereiro de 2002, e a Resolução Nº 34/2004, do CONSEPE, que regulamenta a elaboração e reformulação dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação.

Desta forma, o perfil do egresso que o curso de Fisioterapia da UFPB se propõe a formar baseia-se em um fisioterapeuta:

com formação generalista, comprometido com a promoção e atenção em todos os níveis da saúde do homem e da coletividade, inserido no contexto político-social, científico e cultural da sociedade brasileira; Cidadão-Profissional com conhecimento do ser humano nos aspectos biopsico-sociais, com capacidade de interação interdisciplinar, dotado de visão ampla, crítica e global, respaldada nos princípios éticos e bioéticos do indivíduo e da coletividade; com competência para estudar o movimento humano em todas as suas formas de expressão e potencialidades, distinguindo as suas disfunções e repercussões psíquicas e orgânicas, no propósito de prevenir alterações, preservar, promover e restaurar a integridade de órgãos, sistemas e funções, englobando a capacitação para o diagnóstico cinético-funcional, a eleição, execução e avaliação dos procedimentos fisioterapêuticos necessários a cada caso. Profissional com potencialidades para desenvolver projetos nas áreas do ensino e pesquisa, prestar consultoria e assessoramento técnico-científico em sua área de atuação, gestão e gerenciamento direto e indireto de suas atividades profissionais em órgãos e instituições (UFPB, 2005, p. 5).

É importante destacar o marco teórico e a justificativa para as mudanças no novo PPC do curso. A Fisioterapia, como outras profissões da saúde, se estruturou a partir do modelo biomédico, o qual foi baseado no paradigma newtoniano-cartesiano, estabelecendo uma visão fragmentada do ser humano e da realidade. O modelo era baseado num paradigma essencialmente biológico e quase mecanicista para a interpretação dos fenômenos vitais o que proporcionou, por exemplo, o culto à doença e não à saúde, restringindo a compreensão que o profissional tem do ser humano e do processo saúde-doença, determinando sérias limitações à abordagem terapêutica. O rompimento deste paradigma no Brasil veio com o ordenamento jurídico-institucional de criação e implantação do SUS, posto que o modelo biomédico não respondia aos problemas da organização das ações e serviços de saúde de maneira a atender às necessidades de saúde da população (BISPO JR, 2010).

Outro aspecto evitado no novo PPC do curso de Fisioterapia é a concepção de educação, na qual o aluno é considerado um objeto no processo ensino-aprendizagem, funcionando como receptor e reproduzidor de conhecimentos. De acordo com as DCN dos cursos de Fisioterapia, o PPC deve estar centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. E deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através da articulação da tríade ensino, pesquisa e extensão. Para Freire (1996), em uma educação chamada libertadora não há uma separação rígida entre educador e educando, o processo de ensino e aprendizagem deve abrir espaço para o diálogo, a comunicação, o questionamento e reflexão sobre o estado atual de coisas e, acima de tudo, buscar a transformação. Assim, o PPC proposto propõe que:

O aluno seja sujeito no processo de construção do conhecimento, possibilitando a abordagem do ser humano inserido num contexto sócio-político-econômico, cultural e científico, instigará a busca de respostas aos problemas sociais, ao mesmo tempo em que facilitará o entendimento destes problemas e sua relação com o adoecer e morrer humanos, suas relações sociais, afetivas e ecológicas (BRASIL, 2005, p.4).

Destaca-se a importância da formação do aluno com a realidade social na qual ele está inserido, bem como a relevância de um trabalho democrático e interdisciplinar, com o intuito de aproximar o profissional que a universidade forma e aquele que a sociedade necessita.

Com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação dos cursos, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) criou o Núcleo Docente Estruturante (NDE), através da Portaria Nº 147, de 2 de fevereiro de 2007 a ser implantado pelos cursos de graduação. Algumas das atribuições do NDE são:

- I – Contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;
- II – Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades de graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

IV- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

O NDE tem um papel relevante no processo de formulação e implementação do projeto pedagógico do curso, bem como no desenvolvimento permanente objetivando sua consolidação. O curso de Fisioterapia da UFPB possui um NDE constituído por professores do quadro efetivo que no momento tem atuado em processos de atualização do seu PPC.

4 EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEUS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NO BRASIL

Os aspectos históricos das iniciativas de avaliação da educação superior se tornam imprescindíveis para compreender a atual política de avaliação. As primeiras iniciativas de promoção da avaliação da educação superior podem ser vistas no Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) de 1983. Embora o programa não tenha conseguido se estabelecer como um programa nacional de avaliação, ele apontava para uma (re) organização do sistema de educação superior a partir da coleta e análise de dados sobre a gestão das IES e a produção e disseminação de conhecimentos em face da reforma universitária instituída pela Lei nº 5.540/68.³ A avaliação, neste Programa, foi percebida como uma forma de conhecimento sobre a realidade, como uma estratégia de pesquisa que permitiria não apenas a obtenção dos dados, mas também permitia realizar “uma reflexão sobre a prática” (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

Em 1985, surgiu no MEC uma proposta de avaliação da Educação Superior através do Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES). Na concepção do GERES, os representantes dos órgãos governamentais seriam os principais atores do processo avaliativo e sua proposta de avaliação estaria fundamentada em uma concepção regulatória da educação superior, dando foco às dimensões individuais: do alunado, dos cursos e das instituições. (ZAINKO, 2008).

Em 1993 surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) o qual apoiava a construção de práticas avaliativas participativas, contínuas e sistemáticas, em conformidade com o debate público e com o papel social da educação superior no momento histórico. Assim, estabeleceu uma nova forma de relacionamento com o conhecimento e a formação através do diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade a partir de um processo de autoavaliação inicial sendo completado com uma avaliação externa, além de promover uma cultura de

³ Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

avaliação no interior das instituições, representando um marco na trajetória da avaliação superior (BRASIL, 2003, ZAINKO, 2008).

Através da Lei 9.131/95 é estabelecido o Exame Nacional de Cursos (ENC) que ficou popularmente conhecido como Provão. Diferentemente do PAIUB, o ENC destacou-se por sua ênfase em resultados, tais como a produtividade e eficiência o que estimulava os rankings das universidades (BRASIL, 2003; GOUVEIA *et al*, 2005).

Dentro da construção histórica do processo de avaliação do ensino superior no Brasil, surge em 2004 o SINAES que será apresentada a seguir.

4.1 A ATUAL POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A CEA, designada através de Portaria da Secretaria de Educação Superior (SESU) em 28 de abril de 2003, apresentou em 27 de agosto de 2003 a proposta original do SINAES. Este foi construído a partir de estudos realizados pela CEA com a finalidade de:

analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados. (BRASIL, 2003, p,7).

Após os estudos realizados, a CEA fez um breve relato acerca do processo de avaliação da época. Afirma que:

Na legislação mais recente (caso do Decreto nº 3.860, de julho de 2001), a avaliação é entendida e praticada sobretudo como verificação do atendimento de uma série de itens previamente definidos pelo MEC que conta, para isso, com a contribuição de membros da comunidade acadêmica. Deste modo, vem ocorrendo uma redução do conceito de avaliação, enfatizada na sua dimensão de supervisão, ou, ainda mais restritamente, de controle a partir de processos organizados e executados pelo próprio Ministério, com a colaboração das comissões. Cursos e instituições são “pacientes” de um processo externo de verificação que se desenvolve sem articulação com os processos internos ou auto-avaliação, nos quais eles são sujeitos. (BRASIL, 2003, p. 15)

Instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, o SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, de orientar a expansão da sua oferta, da sua efetividade acadêmica e social, de aumentar continuamente sua eficácia institucional e,

principalmente, de aprofundar seus compromissos e responsabilidades sociais. Apresenta a CONAES como órgão colegiado de coordenação e supervisão, a qual estabelece diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais de coordenação e supervisão do processo de avaliação da educação superior (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004c).

De acordo com Brasil (2004d) são os princípios fundamentais do SINAES:

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo (BRASIL, 2004d, p.8).

As principais características da nova proposta são: a avaliação institucional como centro do processo avaliativo; a integração de vários instrumentos baseados em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais. Estas características levam em conta a realidade e a missão de cada IES, destacando o que há de comum na educação superior e as particularidades das áreas do conhecimento.

A finalidade do SINAES é construtiva e formativa incluindo todas as instituições de educação superior em processo permanente. Desta forma, abrange toda a comunidade acadêmica, cria e desenvolve uma cultura de avaliação nas IES e no sistema de educação superior. Ao incluir os agentes da comunidade é possível que os mesmos participem do processo como sujeitos da avaliação e fiquem comprometidos com as transformações e mudanças de qualidade da educação superior (BRASIL, 2004c).

De acordo com Brasil (2004c):

A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. Tal ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. Nestes casos, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social. (BRASIL, 2004c, p. 10)

Como descrito em Brasil (2004c) o SINAES resgata as finalidades essenciais da avaliação à medida que extrapola a simples preocupação com

rendimentos e desempenhos estudantis, que tenta compreender os significados mais amplos da formação profissional, ao ultrapassar as verificações e mensurações, destacando as atividades institucionais quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos. Ademais, evidencia a responsabilidade social da Educação como um processo de construção, com participação acadêmica e social, e valoriza a solidariedade e a cooperação, em detrimento a competitividade e o sucesso individual.

Para Dias Sobrinho (1996), a avaliação institucional é “um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões.” A definição dada por Dias Sobrinho destaca a necessidade de superação da visão fragmentada ou pontual das atividades avaliativas.

A avaliação também deve ser compreendida como estrutura de poder que age sobre os indivíduos, instituições e os sistemas. Foi com este pensamento que a CEA procurou a articulação de um sistema de avaliação com autonomia, que é peculiar de processos educativo-emancipatórios, e com as funções de regulação, que são inerentes à supervisão estatal, para o fortalecimento das funções e compromissos educativos. Assim, o SINAES deve articular estas duas dimensões de maneira particular. A avaliação educativa, de natureza formativa, mais voltada à atribuição de juízos de valor e mérito com a finalidade de aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação e a avaliação regulatória com suas funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas de autorização, credenciamento, credenciamento, descredenciamento, transformação institucional que são funções próprias do Estado (BRASIL, 2004b; BRASIL, 2009). Neste sentido, o SINAES

busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação. O sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. Resguardadas as especificidades, os graus de autoridade e as responsabilidades de cada grupo de agentes, o sistema de avaliação é uma construção a ser assumida coletivamente, com funções de informação para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas (BRASIL, 2009, p. 93).

Uma das críticas mais recorrentes que se faz às práticas avaliativas anteriores ao SINAES se expressa no uso de instrumentos aplicados a objetos isolados levando a uma visão incompleta e fragmentada da realidade. Deste modo, não estariam dando conta da riqueza e da complexidade da educação superior, nem do sistema e sequer de uma instituição educativa. Diante do nível de complexidade da educação superior é necessária à utilização de diversos instrumentos e a combinação de várias metodologias sob diferentes perspectivas, de maneira combinada, complementar e de acordo com as necessidades de análise e julgamento (BRASIL, 2003; BRASIL, 2009). Conseqüentemente,

pelos diferentes práticas, os processos avaliativos em seu conjunto precisam instituir um sistema de avaliação em que as diversas dimensões da realidade avaliada – instituições, sistema, indivíduos, aprendizagem, ensino, pesquisa, administração, intervenção social, vinculação com a sociedade, etc. – sejam integradas em sínteses compreensivas. Obviamente, uma concepção central de avaliação deve assegurar a coerência conceitual, epistemológica e prática, bem como os objetivos dos diversos instrumentos e modalidades (BRASIL, 2009).

A proposta da CEA era conciliar as duas visões de avaliação institucional, a somativa e a formativa. Por uma visão formativa, Ribeiro (2015) compreende que é um modelo educativo que tem como objetivo principal desenvolver e aprimorar a qualidade do trabalho produzido pela instituição. Caracteriza-se pelo destaque em uma análise qualitativa, incentivando o envolvimento de toda comunidade acadêmica na construção e execução do processo, portanto é participativo e mais democrático. Para o autor, visão somativa é aquele modelo regulatório que tem como objetivo principal o cumprimento de regras que garanta a qualidade das ações desenvolvidas pela instituição. Caracteriza-se por enfatizar a análise quantitativa, sendo tecnocrático e centralizador. Deste modo, cabe:

enfatizar as diferenças destas duas concepções e práticas de avaliação na Educação Superior: uma comprometida com a transformação acadêmica, em uma perspectiva formativa/emancipatória; a outra mais vinculada ao controle de resultados e do valor de mercado, com visão regulatória (BRASIL, 2009, p. 30).

Apesar de a CEA ter como proposta conciliar estas duas visões para desenvolver um sistema capaz de atender à complexidade da educação

superior, o que acabou acontecendo foi a construção de um modelo híbrido e aberto a várias interpretações, ações e críticas. Diversas modificações foram implantadas, e continuam sendo, de forma que ao invés de articular as duas visões, o conceito formativo vem sendo substituído pelo somativo. (BUTTROS, 2016). Dias Sobrinho (2010) aponta que este processo teria sido iniciado ainda na elaboração da Lei do SINAES:

Entretanto, embora o Documento base houvesse rejeitado a prática de classificações das instituições, a própria Lei do SINAES (n 10.861, de 14 de abril de 2004) acabou fornecendo um argumento para a elaboração de *rankings*, ao prever a escala de cinco níveis para os cursos e para o desempenho dos estudantes no ENADE (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 215).

Nas palavras de Barreyro e Rothen (2006):

O SINAES é o resultado da cumulação e da metamorfose. Os três pilares que constituem o Sistema atualmente são derivados das experiências anteriores: a) a Avaliação Institucional do PAIUB, b) a Avaliação dos Cursos de Graduação, da Avaliação das Condições de Ensino e c) o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, do Provão. A cumulação dos mecanismos de avaliação foi realizada sem considerar que cada um deles é produto de valores e paradigmas divergentes: a visão formativa / emancipatória do PAIUB, fundada na participação e na autonomia institucional, a visão somativa da Avaliação das Condições de Ensino e o mecanismo de *ranking* do Provão (BARREYRO, ROTHEN, 2006, p.971).

O atual sistema de avaliação da educação superior é bastante complexo e tem passado por diversas modificações ao longo do tempo, desde sua implantação. O tópico a seguir irá abordar como o SINAES se estrutura em seus aspectos operacionais encaminhando a discussão da avaliação institucional de acordo com o previsto na lei e nas mudanças ocorridas no sistema através de portarias, notas técnicas, revisões e alterações nos instrumentos de avaliação.

4.1.1 Aspectos operacionais do SINAES

A Lei do SINAES, no seu artigo 3º, estabelece que a avaliação das instituições de educação superior tem como finalidade “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais” (BRASIL, 2004, p. 1). As dez dimensões relatadas na Lei são:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004, p. 1).

As dimensões do SINAES devem ser utilizadas, em cada IES de acordo com seu porte, especificidades e estrutura, como referencial para a análise crítica da qualidade da atuação acadêmica e social, com o objetivo de cumprir com sua missão.

O SINAES constitui-se em um sistema de avaliação global e integrada das atividades Acadêmicas e é composto por três componentes principais, como mostra a figura abaixo:

Figura 1- Componentes do SINAES



Fonte: Elaboração própria, 2019

Cada um dos componentes é desenvolvido em situações e momentos diferentes, utilizando instrumentos próprios, porém articulados entre si. Trabalham com dimensões e indicadores específicos com a finalidade de identificar as potencialidades e insuficiências dos cursos e das instituições. Assim, promovem a melhoria na qualidade, relevância e no aperfeiçoamento da formação acadêmica. Além dos resultados dos três componentes, são consideradas, na avaliação das Instituições, informações adicionais provenientes do Censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior, dos documentos de credenciamento e recredenciamento da IES, dos relatórios e conceitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os cursos de pós-graduação e outros considerados apropriados pela CONAES. (BRASIL, 2004b; BRASIL, 2004c).

A Avaliação Institucional divide-se em duas etapas, um processo de autoavaliação e uma avaliação externa. A primeira é coordenada pela CPA de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES. A segunda é realizada por comissões designadas pelo INEP e tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações. Os dois processos avaliativos devem estabelecer um sistema

que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada. (BRASIL, 2004c)

A avaliação dos cursos de graduação está baseada em três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Perfil do Corpo Docente e as Instalações Físicas. A avaliação do desempenho dos estudantes é realizada através do ENADE. Este é composto por questões relativas aos conteúdos programáticos definidos nas diretrizes curriculares dos cursos, bem como suas habilidades e competências. (BRASIL, 2004c)

É de responsabilidade do INEP a operacionalização das avaliações através de ciclos que foram definidos na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, conforme artigo citado a seguir:

Art. 33. O ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, as quais subsidiam, respectivamente, os atos de credenciamento e de renovação de reconhecimento. (BRASIL, 2007).

Para a implantação e execução da Lei do SINAES, foram desenvolvidos instrumentos de avaliação para cada componente do processo avaliativo. Desta forma, foram definidos os seguintes instrumentos que deveriam ser formulados pelo INEP: Instrumento de avaliação institucional externa (Credenciamento, Recredenciamento e Transformação de organização acadêmica), Instrumento de avaliação de cursos de graduação (Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento) e o ENADE.

É importante que as instituições de ensino superior definam em seus PDIs as ações e programas previstos na política de avaliação da educação superior e nos instrumentos de avaliação. É necessário que haja coerência entre o planejamento institucional, a avaliação externa e a avaliação interna (autoavaliação) para que seja possível identificar as potencialidades e fragilidades, carências e necessidades da instituição, para que se possa avançar na questão da melhoria institucional junto à comunidade acadêmica e à sociedade. (NUNES, DUARTE, PEREIRA, 2017).

Os instrumentos de avaliação externa, utilizados na avaliação institucional, sofreram modificações e revisões desde a criação da atual política de avaliação da educação superior. A revisão dos instrumentos visa o aprimoramento e adequação às novas demandas que se apresentam às

instituições, tanto no que se refere ao seu perfil e à sua atuação quanto no que se relaciona às condições de ensino oferecidas aos alunos. (BUTTROS, 2016).

Através da Nota Técnica nº 08 CGACGIES/DAES⁴ de 2013 foi sugerida a reformulação dos instrumentos de avaliação institucional externa com posterior aprovação por meio da Portaria MEC nº 92 de 2014. Com a modificação, passou-se a ser utilizado um instrumento único para credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial) e as 10 dimensões previstas no SINAES foram reorganizadas em cinco eixos, como mostradas a seguir:

Figura 2- Eixos e respectivas dimensões do SINAES



Fonte: Elaboração própria, a partir do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2014).

A estrutura mais recente dos instrumentos de avaliação externa foi apresentada através da Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES, que teve como objetivo:

⁴ Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior (CGACGIES) Diretoria de Avaliação de Educação Superior (DAES)

apresentar a lógica adotada para reelaboração dos instrumentos e descrever as principais alterações relativas à seção de contextualização dos instrumentos, à adequação da escala e de seus mecanismos, aos critérios para a inserção e modificação de indicadores, à forma de divulgação dos conceitos resultantes dos instrumentos de avaliação e à mudança no formulário eletrônico das IES na Fase INEP Avaliação (BRASIL, 2017, p. 1).

Uma das mudanças promovidas foi a divisão do instrumento de avaliação externa, um para credenciamento e outro para credenciamento e transformação da organização acadêmica. Ademais, realizou adequações dos indicadores dos instrumentos, através da apresentação dos elementos de avaliação e os respectivos critérios para sua análise e verificação. Os instrumentos de avaliação externa ficaram organizados como mostra o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Organização dos Instrumentos de Avaliação Externa de Credenciamento e Recredenciamento segundo Eixos e Indicadores – 2017

Nº	EIXO/INDICADOR
1	Eixo 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
1.1	Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional *
1.2	Projeto de autoavaliação institucional
1.3	Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica
1.4	Auto avaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados
1.5	Relatórios de autoavaliação *
2	Eixo 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2.1	Missão, objetivos, metas e valores institucionais
2.2	PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação
2.3	PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural
2.4	PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial
2.5	PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social
2.6	PDI e política institucional para a modalidade EaD *
2.7	Estudo para implantação de polos EaD
3	Eixo 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS
3.1.	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.
3.2	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> *
3.3	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> *
3.4	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural
3.5	Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão
3.6	Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente
3.7	Política institucional de acompanhamento dos egressos
3.8	Política institucional para internacionalização
3.9	Comunicação da IES com a comunidade externa

3.10	Comunicação da IES com a comunidade interna
3.11	Política de atendimento aos discentes
3.12	Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)
4	Eixo 4: POLÍTICAS DE GESTÃO
4.1	Titulação do corpo docente *
4.2	Política de capacitação docente e formação continuada
4.3	Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo
4.4	Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância
4.5	Processos de gestão institucional
4.6	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático
4.7	Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional
4.8	Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna
5	Eixo 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA
5.1	Instalações administrativas
5.2	Salas de aula
5.3	Auditório(s).
5.4	Sala(s) de professores
5.5	Espaços para atendimento aos alunos
5.6	Espaços de convivência e de alimentação
5.7	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física
5.8	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA
5.9	Bibliotecas: infraestrutura
5.10	Bibliotecas: plano de atualização do acervo
5.11	Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente
5.12	Instalações sanitárias
5.13	Estrutura dos polos EaD
5.14	Infraestrutura tecnológica
5.15	Infraestrutura de execução e suporte
5.16	Plano de expansão e atualização de equipamentos
5.17	Recursos de tecnologias de informação e comunicação
5.18	Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Instrumentos de Avaliação Externa para credenciamento e credenciamento (2017).

* Indicadores considerados apenas no processo de credenciamento.

Os indicadores dos instrumentos constituem-se em objeto de avaliação e mantém, como preconiza a Lei do SINAES, a divisão em conceitos que variam de 1 a 5. Cada um desses conceitos possui critérios de qualidade que devem ser verificados *in loco*. Os instrumentos tiveram seus critérios de análise estruturados de forma aditiva, considerando cada conceito do indicador. Desta forma, o conceito 3 caracteriza-se como “suficiente” no que diz respeito ao objeto de avaliação, os conceitos 1 e 2 apresentam ausências relativas ao critério de análise do conceito 3. Conseqüentemente, o conceito 4 apresenta critérios aditivos em relação ao conceito 3, e o mesmo ocorre com o conceito 5, em relação ao 4 (BRASIL, 2017).

Observa-se que a avaliação realizada é bem ampla, englobando diversos indicadores na construção de cada dimensão. O recorte para o

presente trabalho refere-se ao indicador ligado a política de acompanhamento de egressos, que será apresentado de forma mais detalhada na próxima seção.

4.2 OS EGRESSOS NO ÂMBITO DO SINAES

Uma das inovações trazidas pelo SINAES diz respeito ao acompanhamento dos egressos. Nenhum projeto de avaliação da educação superior anterior considerou os egressos como elemento importante no processo de avaliação e de planejamento das IES. As informações colhidas através de acompanhamento do egresso podem trazer implicitamente os valores de responsabilidade e compromisso social, eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e construção da identidade institucional (BUTTROS, 2016)

Muito mais do que um procedimento administrativo, o acompanhamento refere-se a uma tomada de consciência generalizada sobre a importante contribuição das informações colhidas pelos egressos para a estratégia de formação das IES. As pesquisas não podem ser consideradas apenas como dispositivos legais para satisfazerem as autoridades responsáveis, devem ser vistas como ferramentas essenciais para melhorar o desempenho do ensino superior (PAUL, 2015).

O acompanhamento de egressos está presente no SINAES desde sua instituição e integra a 9ª dimensão, a Política de Atendimento aos Estudantes. É possível localizá-los na avaliação institucional e na avaliação de cursos, mesmo que sob perspectivas diferentes. Ao analisar, na avaliação institucional, os instrumentos de avaliação externa que foram construídos e modificados ao longo do tempo, podemos observar a valorização da Política de Atendimento aos Estudantes na atual política de avaliação da educação superior, na qual está inserido o acompanhamento de egressos. E observar, também, como o indicador referente aos egressos se modificou ao longo dos anos.

A estrutura da primeira versão do instrumento de avaliação externa foi aprovada pela Portaria MEC nº 300, de 30 de janeiro de 2006 e organizada em dimensões, grupo de indicadores e indicadores. Nesta estrutura inicial, a

dimensão Política de Atendimento aos Estudantes apresentava Peso 5 e apresentava dentre seus grupos de indicadores os egressos. Estes eram apresentados de acordo com dois indicadores: a Política de acompanhamento do egresso e os programas de educação continuada voltados para o egresso.

Este instrumento foi modificado através da Portaria MEC nº 1.264, DE 17 de outubro de 2008 o qual ajustou o seu formato, redimensionando os indicadores da versão anterior. Ademais, realizou uma revisão no peso atribuído a algumas dimensões. A política de atendimento aos estudantes continuou com peso 5 na avaliação externa das IES tendo como um de seus indicadores o Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.

A Nota Técnica nº 08/ 2013/ CGACGIES/DAES que propôs a reformulação dos instrumentos de avaliação externa, ressaltou a importância do reforço mútuo entre a avaliação externa, a avaliação interna, e destacou que entre as modificações propostas, as políticas acadêmicas abordariam novos temas indutores de qualidade, sendo um deles a atuação do egresso. Aponta que “as políticas acadêmicas e de gestão abordam novos temas indutores de qualidade, como inovações tecnológicas, cooperação internacional, empreendedorismo e atuação dos egressos” (BRASIL, 2013, p. 3).

A reformulação foi aprovada através da Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014 e com isto as Políticas de atendimento aos egressos, passaram a integrar o Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) e teve seu peso aumentado dentro do processo de avaliação. Para os casos de credenciamento, o novo instrumento de avaliação passou a atribuir peso 20 e nos casos de credenciamento passou a atribuir peso 30, valorizando desta forma as políticas de atendimento aos estudantes. Esta valorização motivou as discussões da gestão acadêmica das IES e do setor da educação superior como um todo. Nesta nova configuração os egressos passam a compor dois indicadores: Política e ações de acompanhamento dos egressos e Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico (BUTTROS, 2016).

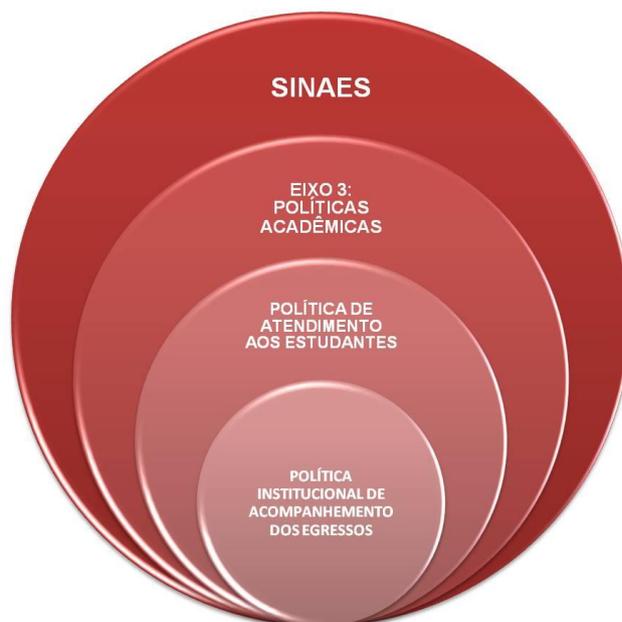
Na versão mais recente do instrumento de avaliação institucional externa, apresentada através da nota técnica nº 16/ 2017/CGACGIES/DAES, observamos uma manutenção do peso 20 atribuído às Políticas de atendimento aos estudantes no que se refere ao credenciamento e uma redução de 30 para

10 no credenciamento, em relação ao instrumento de avaliação externa anterior. De acordo com a nota técnica:

A distribuição dos pesos entre os eixos nos diferentes atos autorizativos para instituições (credenciamento, credenciamento e transformação de organização acadêmica) foi a mesma em três casos, variando no tocante aos eixos "Políticas Acadêmicas" e "Infraestrutura". Dado que as políticas acadêmicas, espelhadas no PDI, se concretizam no âmbito dos cursos e são objeto de avaliação no IACG, valorizou-se, nos atos de permanência, o papel da Infraestrutura, que deve suportar as condições institucionais para o atendimento aos diferentes segmentos da comunidade acadêmica (BRASIL, 2017, p. 5).

A nova redação dos critérios de análise, a presença de critérios aditivos e a adoção de novas métricas caracterizam as diferenças de maior impacto deste instrumento com relação ao anterior. O indicador relativo aos egressos passa a ser chamado de Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos, ganhando, desta forma, destaque na avaliação institucional. A figura a seguir representa a forma como a Política institucional de acompanhamento dos egressos está relacionada dentro do processo de avaliação atual da educação superior:

Figura 3 - Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos e sua relação com o SINAES



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Desta forma, podemos visualizar como a Política Institucional de acompanhamento dos egressos está inserida e como se articula dentro do atual sistema de avaliação da educação superior. A seguir mostramos como este indicador está atualmente disposto no Instrumento de Avaliação Institucional Externa:

Quadro 4- Política Institucional de Acompanhamento dos Egressos

Conceito	Critério de Análise
1	Não há política institucional de acompanhamento dos egressos.
2	A política institucional não possibilita mecanismo de acompanhamento de egressos.
3	A política institucional possibilita mecanismo de acompanhamento de egressos e a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional.
4	A política institucional possibilita mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional e prevê estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho.
5	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, prevê estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e propõe outras ações inovadoras.

Fonte: Elaboração própria, a partir do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (2017)

Observa-se no quadro anterior que ao incluir o acompanhamento de egressos nas Políticas de atendimento aos estudantes, o processo avaliativo redireciona sua preocupação com a retroalimentação do sistema a partir das informações adquirida pelos egressos. De posse destas informações é possível, portanto, subsidiar ações nos cursos e na instituição em função dos resultados e impacto socioeconômico que geraram. Para Buttros (2016),

Analisando o resultado da formação dos profissionais que colocou à disposição do mercado de trabalho, a descrição do indicador sugere uma preocupação com o egresso como produto final,

responsabilidade social da IES e sua participação no desenvolvimento socioeconômico da sociedade, bem como, com o próprio desenvolvimento institucional (BUTTROS, 2016, p. 58).

Os egressos também estão presentes na etapa de autoavaliação da avaliação institucional. Para orientar esta avaliação interna realizada por cada instituição, o INEP publicou o Roteiro da Autoavaliação Institucional (2004) com o objetivo de oferecer um roteiro de orientações gerais para a implementação do processo autoavaliativo, respeitando a identidade e as especificidades de cada instituição. O roteiro está organizado em núcleos da seguinte forma:

- 1) *Núcleo básico e comum* – contempla tópicos que devem integrar os processos de avaliação interna de todas as IES.
- 2) *Núcleo de temas optativos* – contém tópicos que podem ser ou não selecionados pelas IES para avaliação, conforme sejam considerados pertinentes à realidade e adequados ao projeto de avaliação institucional. Eles devem ser entendidos como *sugestões* para as reflexões e discussões da comunidade acadêmica e, para auxiliar as IES na tarefa de ampliar a compreensão sobre a instituição, bem como emitir juízos de valor e estabelecer ações de melhoramento, são apresentados tópicos em forma de perguntas.
- 3) *Núcleo de documentação, dados e indicadores* – são apresentados dados, indicadores e documentos que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e interpretações. Tais dados, indicadores e documentos (além da possibilidade de utilização de entrevistas e questionários) não são excludentes, mas complementares, sendo esperado da IES a seleção destas e/ou de outras estratégias para a coleta das informações que se mostrarem adequadas para, em procedimentos quantitativos e qualitativos, a avaliação ser realizada com bases concretas (BRASIL, 2004d).

O roteiro também valoriza a questão dos egressos, como importante indicador para a avaliação institucional. Para tanto, a temática em questão está elencada na avaliação interna apresentando-se como núcleo básico e comum, a inserção profissional dos egressos e a participação dos egressos na vida das IES e como núcleo de temas optativos sugerem-se vários questionamentos:

- Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são?
- Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação entre eles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida?
- Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição? Quais?
- É utilizada a opinião dos empregadores dos egressos para revisar o plano e os programas? Como é feita?
- Existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos? Quais?
- Há participação dos egressos na vida da instituição? Como?

- Que tipos de atividades desenvolvem os egressos? Que contribuições sociais têm trazido? (BRASIL, 2004d, p.31).

Mais uma vez podemos observar a preocupação do sistema de avaliação com o destino e inserção dos egressos no mercado de trabalho e com a participação deles na vida acadêmica. Isto demonstra a importância do processo de retroalimentação de informações dos egressos para a instituição, como forma de subsidiar mudanças e revisões na formação profissional, nos planos e programas e de identificar quais contribuições sociais eles têm trazido, confirmando o papel social exercido pelas Universidades.

A avaliação de cursos de graduação possui seus instrumentos avaliativos próprios de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de cursos de graduação presencial e a distância. E são estruturados sob três dimensões previstas no SINAES: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura.

Nesta avaliação o egresso aparece na perspectiva do seu perfil constante no PPC. Na dimensão organização didático-pedagógica, o perfil profissional do egresso deverá estar previsto no PPC, de acordo com as DCN (quando houver), expressar as competências a serem desenvolvidas pelos alunos articulado com as necessidades locais e regionais. Existindo, também, planejamento para a ampliação do perfil em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. A dimensão docente articula a titulação dos professores com o perfil do egresso proposto no PPC de cada curso, bem como os objetivos do curso e conteúdos curriculares. A cobrança realizada é que o perfil do egresso esteja alinhado com o PPC e com as DCN quando existirem (BRASIL, 2015). Assim, o SINAES não aponta o acompanhamento dos egressos como indicador específico na avaliação de cursos, diferentemente da avaliação institucional. Apesar de este questionar se existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida e se estas informações são utilizadas para revisar planos e programas.

Portanto, podemos observar que o egresso ocupa um papel de destaque no processo avaliativo da educação superior. É considerado como um novo tema indutor de qualidade, ao lado das inovações tecnológicas, cooperação internacional e empreendedorismo, o acompanhamento dos egressos passa a ser considerado como uma política institucional. Desta forma, temos sua

valorização como indicador da avaliação institucional sendo de fundamental importância o processo de retroalimentação de informações para subsidiar ações, mudanças e revisões dos programas e da formação profissional dos diversos cursos das IES.

A seguir será discutida a importância do acompanhamento de egressos para a avaliação da educação superior e alguns estudos realizados com egressos de cursos de graduação presentes na literatura.

5 O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS: IMPORTÂNCIA PARA A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Foi a partir da atual política nacional de avaliação da educação superior que os egressos foram incorporados no processo de avaliação institucional, identificando-os como importante fonte de informações para avaliação da qualidade das instituições. Assim sendo, convém destacar que vários estudos foram realizados com a finalidade de expressar a importância e os benefícios das IES desenvolverem o acompanhamento de egressos. Nesta seção apresentaremos alguns deles.

Meira e Kurcgant (2009) evidenciam o movimento crescente a favor de um ensino superior de qualidade, associado a um processo de avaliação capaz de desencadear as transformações demandadas pela sociedade. Destacam também a importância de se considerar a opinião dos egressos sobre sua formação recebida como um efetivo indicador para avaliação institucional, fundamental para a consolidação de um sistema avaliativo com características emancipatórias e transformadoras.

Michelan *et al* (2009) realizaram uma pesquisa visando identificar as potencialidades e possibilidades de gestão de egressos no contexto brasileiro. Relatam que o conhecimento, habilidades e competências adquiridas nas IES serão exigidos tanto pelo mercado de trabalho quanto pela sociedade. E que estas exigências podem servir de base para o planejamento do curso e definição das ementas das disciplinas ministradas. Através de ajustes constantes nos currículos é possível proporcionar aos profissionais formados estas exigências possibilitando-os na realização de atividades e funções em processos diferenciados. Tornando-os capazes de resolver problemas inerentes à sua área de formação e a outras áreas, e enfrentando as diversas situações de forma mais segura.

A partir das informações levantadas no estudo, os autores chegaram à conclusão de que as possibilidades e potencialidades da gestão de egressos estão relacionadas a quatro diferentes níveis de intensidade de interação da IES com o Egresso: Registro e acompanhamento do perfil do egresso; Avaliação da IES e do curso pelo egresso; Fatores de dificuldade e facilidade de inserção do egresso no mercado e Relacionamento com o egresso.

O uso da opinião dos egressos como ferramenta de avaliação de cursos é destaque no estudo realizado por Espartel (2009). Segundo o autor, os egressos possuem uma visão mais ampla do processo de ensino e capacidade de verificar a contribuição na sua formação pessoal e profissional. Acredita que a opinião dos egressos pode ser utilizada como ferramenta de gestão do ensino. Foram analisados 110 questionários respondidos por egressos de uma IES do estado de Santa Catarina. Os resultados indicam baixa competitividade e diferenciação entre as instituições e a qualificação dos professores como atributo mais importante. Por fim, o autor enfatiza a relevância de uma pesquisa de caráter longitudinal junto aos egressos. Além de proporcionar um acompanhamento da trajetória dos ex-alunos, é considerada uma importante ferramenta de controle, visto que são avaliados itens que podem ser utilizados como indicadores de desempenho os quais poderão ser utilizados para possíveis revisões e correções na estrutura e gestão do ensino.

Através da perspectiva dos egressos, como um indicador de avaliação institucional, Brandalise (2012) relata ser possível evidenciar a qualidade dos cursos e a efetividade da ação institucional como um todo. Acrescenta que:

O desafio de construí-lo numa perspectiva crítica aponta que, para além do domínio de fundamentos e técnicas de avaliação, há necessidade de posturas mais dialógicas e democráticas, e de uma preparação dos avaliadores para que adquiram certo domínio das condições de construção dinâmica de processos socioculturais, científicos e pedagógicos, considerando os múltiplos fatores que os interseccionam. (BRANDALISE, 2012, p. 7).

Assim, para a autora o desenvolvimento da avaliação dos cursos de graduação no ponto de vista dos egressos promoverá o reconhecimento das potencialidades e fragilidades da formação recebida, da trajetória profissional e a continuidade da qualificação em nível de pós-graduação após a conclusão do curso.

Neste sentido, Coelho e Oliveira (2012) acreditam numa permuta no diálogo entre universidade e sociedade através dos egressos, na medida em que estes poderão trazer informações para os colegiados dos cursos. Os autores reconhecem ser relevante avaliar a Universidade pelo lado da formação recebida, uma vez que o egresso tem condições de proporcionar informações acerca da qualidade do curso ofertado, condições de trabalho no processo de ensino - aprendizagem, dificuldades cognitivas vivenciadas no

processo de formação e os métodos utilizados para superá-las. Neste ponto de vista, o egresso pode opinar sobre a valorização do que foi vivenciado e aprendido, materializado no mundo do trabalho e na vida cotidiana. As autoras afirmam que:

Em geral a relação do mundo do trabalho com determinado curso superior leva em consideração, do ponto de vista de sua necessidade, o binômio curso/instituição formadora, a deferência manifesta pressupõe a qualidade acadêmica dos egressos e estes fatores são condicionantes de empregabilidade do ex-aluno (COELHO; TEIXEIRA, 2012, p. 9).

Por fim, estudos realizados como o de Lima e Andriola (2018) demonstram que acompanhar os egressos no mercado de trabalho evidencia o compromisso científico com a qualidade educacional da IES. Os autores destacam que a análise quanto às condições profissionais nas quais se encontram os egressos é determinante para avaliação crítica do curso, ou seja, se o curso possui um modelo pedagógico que seja adequado para preparar o aluno para os desafios de sua vida profissional. Além disso, acreditam que:

O acompanhamento da trajetória profissional dos graduados, por parte da IES, representa, portanto, aspecto fundamental para avaliar a eficácia da sua atuação e poder revê-la no que considerar necessário, podendo implementar políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino, de modo a atender às necessidades da sociedade. (LIMA; ANDRIOLA, 2018, p.7)

Desta forma, há um movimento crescente no interesse em estreitar as relações entre a universidade e sociedade. Através dos egressos, especificamente, pode-se ter um canal aberto para integração e comunicação, fundamental para troca de informações e experiências com objetivo de melhorar a qualidade do ensino superior no país. Na próxima seção abordaremos algumas pesquisas realizadas com egressos de cursos de graduação, bem como alguns estudos realizados com egressos de cursos de Fisioterapia.

5.1 PESQUISAS COM EGRESSOS DA GRADUAÇÃO: EXEMPLOS PRESENTES NA LITERATURA

Em 2006, Andriola averiguou a situação laboral dos egressos de 2003 e 2004 dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Tinha

como objetivos: verificar o grau de satisfação com a área de inserção laboral, mapear opiniões sobre a adequação curricular às expectativas e às demandas do mercado de trabalho e apurar a necessidade de aprimoramento da formação recebida na graduação. Sobre os egressos que estavam inseridos no mercado laboral, constatou-se que: 63,3% afirmaram que estavam satisfeitos com a área de atuação profissional; 51% ficaram insatisfeitos com os conteúdos abordados no currículo; 87,8% sentem a necessidade de aprimorar a formação recebida pela graduação. Sobre os egressos não inseridos no mercado laboral o estudo afirma que 60,4% consideraram o currículo do curso como inadequado, devido ao caráter excessivamente teórico das disciplinas, currículo dissociado da profissão, ausência de disciplinas e temáticas importante ao exercício da profissão e currículo desatualizado e fora da realidade do mercado de trabalho. Acerca da necessidade de aprimorar a formação acadêmica, 88% dos egressos responderam que necessitam buscar novos conhecimentos para enriquecer sua formação. Assim, o autor conclui afirmando que a formação profissional deve ser regularmente avaliada para que se possa refletir acerca da adequação às necessidades do mercado e sociedade, planejar e aprimorar a formação dos universitários.

Neste mesmo contexto, Meira (2007) pesquisou a percepção de egressos de um curso de graduação em enfermagem sobre a contribuição do currículo no processo de formação frente às demandas que vivenciam no seu cotidiano profissional. Foram entrevistados 32 egressos do ano de 2003 inseridos no mercado de trabalho. O estudo ressalta a importância de um ensino que reforce o desenvolvimento de competências ético-políticas e que esteja contextualizado com as políticas públicas de saúde do país através de projetos de pesquisas e de extensão atendendo às demandas da comunidade. Ademais, sugere a valorização da interdisciplinaridade, enfatizando a distribuição de conteúdos e de carga horária das disciplinas visando maior coerência e aplicabilidade à realidade profissional. Dentre as fragilidades encontradas destacam-se, nas falas dos egressos, a formação do sujeito crítico-reflexivo e um enfoque privilegiado da proposta educativa do curso no modelo assistencial hospitalocêntrico (com ênfase no nível curativo, atuação centrada no hospital e no corpo dividido em partes), em contraponto ao modelo assistencial preconizado pelas DCN, baseado na prevenção das doenças e na

promoção de saúde, como foco no doente e não da doença, observando o indivíduo como um todo.

Seguindo seus estudos sobre o tema, Meira (2012) realizou uma pesquisa com o objetivo de subsidiar a avaliação e, se necessárias, as transformações do currículo de um curso de graduação em enfermagem. Foram entrevistados 19 egressos graduados em 2007 e 15 gestores, empregadores dos egressos para a apreensão da percepção acerca do processo formativo em seus aspectos significativos. Realizou-se um Grupo Focal com docentes do NDE do curso, para a promoção da reflexão/ação junto ao corpo docente. A partir da percepção dos sujeitos avaliados e os pressupostos das DCN para os cursos de Enfermagem, foi possível avaliar o curso e construir um Plano de Ação indicando sugestões para aprimoramento do currículo relacionadas à flexibilização curricular, redimensionamento dos conteúdos; educação permanente; valorização da prática; adoção de metodologias ativas e a autonomia do estudante.

Andriola (2014) estudou 586 egressos de cursos de graduação da UFC dos anos de 2009, 2010 e 2011, através do uso de questionário *online*, para a obtenção de informações acerca da situação laboral, do grau de satisfação com a área de inserção laboral e com a remuneração, das opiniões a respeito da adequação do currículo às expectativas pessoais e às demandas do mercado de trabalho e da necessidade de aprimorar a formação recebida no âmbito da graduação. Os resultados constataram elevada proporção de egressos inseridos no mercado de trabalho, atuando na mesma área de formação e com renda mensal individual variando de 1,5 a três salários mínimos.

Ao final o autor enfatizou a relevância dos resultados para o planejamento acadêmico a partir do reconhecimento da maioria dos egressos quanto à qualidade da formação recebida, da gestão acadêmica do curso de graduação, do currículo para o adequado exercício profissional, do estágio curricular obrigatório e das salas de aula e dos espaços de convivência. Entretanto, houve reconhecimento de pontos inadequados e que são de grande importância para uma boa formação acadêmica, dentre os quais foram citados: bibliotecas setoriais, laboratórios e a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais.

Miranda, Pazello e Lima (2015) pesquisaram a formação e empregabilidade dos egressos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP). Avaliaram 47,7% dos 1520 egressos formados entre 1996 e 2012 dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Foram enviados questionários para caracterizar o desempenho dos egressos no mercado de trabalho e sua percepção sobre a formação.

De acordo com os resultados obtidos, parte importante dos egressos teve algum tipo de formação complementar após a graduação, destaque para especialização e mestrado. A taxa de empregabilidade entre os egressos é superior a 95%, com taxa de desemprego de 5%; com relação à área de atuação, 80% disseram atuar na sua área de formação, especialmente os egressos da Administração (90%); com relação à ocupação, a pesquisa apontou que a maior parte dos egressos está atuando na iniciativa privada (54%). Sobre a percepção sobre a formação alguns pontos que mereceram destaque foi o afastamento entre os conteúdos dados em aula e a realidade do mercado, a necessidade de maior interdisciplinaridade nas disciplinas do curso e a indicação da importância de serem criados mecanismos que permitam apoiar o aluno para seu início de carreira, principalmente com ações de apoio ao processo de escolha de possibilidades de atuação.

A pesquisa realizada por Figueiredo (2015) teve como objeto os egressos da FACISA-UFRN, com o intuito de conhecer o seu perfil e a sua inserção no mercado de trabalho. A pesquisa pretendeu contribuir para o atendimento à Lei do SINAES a partir da incorporação do egresso no processo de avaliação institucional, tido como importante fonte de informações para avaliação da qualidade das instituições. Foram aplicados questionários *online* aos egressos diplomados no período de 2011 a 2014.1, obtendo taxa de retorno de 79,27% dos questionários enviados.

Identificou-se que 67% estão trabalhando na área de formação enquanto que 11% exercem atividades profissionais fora da área, para estes os principais motivos de não estarem atuando na área são as poucas oportunidades de emprego no campo de formação e a baixa remuneração. E 22% dos egressos informaram que não estão trabalhando, sendo a causa principal o fato de estar estudando para concurso público em busca de melhores oportunidades. No

geral os egressos avaliaram de forma positiva a instituição e o curso ofertado pela IES, da mesma forma, a relação entre a formação recebida e as exigências do mercado obteve um percentual satisfatório na avaliação.

De acordo com os egressos da FACISA os principais fatores facilitadores na inserção profissional foram o reconhecimento da universidade na sociedade e os conhecimentos teóricos adquiridos. Quanto aos principais fatores dificultadores desta inserção foram: a remuneração não atraente, oportunidades de emprego escassas, a falta de experiência prática, falta de integração entre a Universidade e mercado e a falta de dinheiro para iniciar a carreira.

Francisco *et al* (2016), avaliaram a formação acadêmica de enfermeiros no intuito de possibilitar o acompanhamento dos egressos em relação à sua inserção no mercado de trabalho e à continuidade de sua formação. E desta forma, contribuir para a reflexão sobre as relações entre teoria e prática e entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho. Os sujeitos da pesquisa foram os egressos do curso de Enfermagem que se formaram entre os anos de 2007 e 2010, para isto foram aplicados questionários *online* com 46 participantes de um total de 144 profissionais que concluíram o curso no período analisado.

O estudo demonstra que os pressupostos curriculares estão presentes no cotidiano dos egressos e que as metodologias ativas de ensino-aprendizagem favorecem seu desenvolvimento profissional. A dificuldade de lidar com a proposta do curso em formar profissionais comprometidos com o SUS, a adaptação às metodologias de ensino empregadas, o *déficit* do aprendizado de procedimentos e pouco estímulo à pesquisa, foram apontadas pelos egressos como dificuldades durante a formação. Existindo a necessidade de planejamento de estratégias para superá-las, reafirmando o compromisso com a formação profissional e a qualidade de vida da população.

Outros estudos, como os de Crisóstomo (2009) e Ferreira e Abranches (2018) buscaram investigar, além do perfil, o sucesso profissional medido através da renda, correlacionando-a com o desempenho acadêmico. Entretanto, não evidenciaram correlação estatística direta com a renda, mas verificaram que a incidência de egressos com maiores salários é maior entre aqueles que tiveram coeficientes de rendimento mais elevados.

5.1.1 Estudos sobre os egressos de Fisioterapia

Além dos estudos abordados acima, faz-se relevante citar os estudos encontrados na literatura que pesquisaram sobre os egressos de cursos de Fisioterapia.

A pesquisa realizada por Câmara (2006) teve como foco os egressos do curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), buscando identificar e analisar a avaliação que fazem do curso, bem como de sua inserção no mercado de trabalho e as relações que possam ser estabelecidas entre ambos. Foram aplicados questionários a 92 egressos diplomados entre 1982 e 2005. Segundo a percepção dos egressos, o curso apresenta bom currículo, boa relação professor e aluno, entretanto é ruim no que se refere à relação entre a escola e o mercado de trabalho. O que caracteriza um curso mais teórico, com pouca vivência prática. A autora analisa o papel do docente, afirma que ao estar mais integrado ao mercado de trabalho, o docente tem condições de contextualizar o aprendizado teórico ao mercado de trabalho, proporcionando uma melhor relação entre a teoria e a prática, se aproximando mais com a realidade do mercado de trabalho.

Enfatiza que o curso de Fisioterapia analisado poderá conquistar um novo patamar de desenvolvimento, quando melhorar sua organização curricular, criando espaços interdisciplinares e inserindo desde o início do curso os estudantes em atividades práticas nos diversos campos profissionais. Ressalta também a importância de considerar o estudante como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Estas ações serão capazes de promover a formação de um fisioterapeuta mais autônomo e criativo, mais competente para enfrentar os desafios da vida profissional. Os resultados obtidos neste estudo têm contribuído no processo de reformulação curricular e no aprofundamento das discussões sobre o processo de formação e profissionalização do fisioterapeuta da UFMG. (CÂMARA, 2006).

Com o objetivo de conhecer o perfil dos profissionais egressos dos cursos de Fisioterapia do Distrito Federal, Medeiros e Gonçalves (2009) aplicaram questionários com 66 diplomados. Caracterizaram estes profissionais no mercado de trabalho através da conquista do primeiro emprego, situação empregatícia atual, área de atuação, grau de satisfação com a profissão,

jornada de trabalho, bem como qualidade da formação acadêmica, suas falhas e os pontos positivos.

Os resultados revelaram que 59,1% dos fisioterapeutas atuam como autônomo, 18,2% atuam como empregados, 13,6% são autônomos e empregados, enquanto 9,1% estão atuando fora da área. Apesar de a maioria estar satisfeita com a profissão, muitos relataram a sua insatisfação com o salário, devido ao não reconhecimento da profissão pela sociedade e por outros profissionais da área de saúde. Com relação à formação acadêmica, 68% apontaram como boa. A respeito das falhas da formação os egressos relataram que faltaram disciplinas para habilitá-lo no mercado de trabalho, que alguns professores não ensinaram direito e que faltou metodologia em sala de aula. Porém, declararam como pontos positivos na formação acadêmica ao entrar no mercado de trabalho: a existência de excelentes professores para aplicação da teoria nas diversas disciplinas e a qualidade dos estágios supervisionados. (MEDEIROS; GONÇALVES, 2009).

Thomas, Soares e Braun (2013) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar o perfil dos egressos de Fisioterapia do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (CNEC/IESA), bem como de seus percursos profissionais para propor ações e estratégias que aumentassem a qualidade de ensino. Para isso foram analisados 103 questionários de diplomados de 2005 a 2010. Concluiu-se que 45,6% dos egressos atuam em clínicas de Fisioterapia e que 45,7% estão satisfeitos com a profissão. Referente à atuação ou não na área da fisioterapia, observou-se que 80% dos egressos atuam na área. As justificativas da não atuação na área da Fisioterapia foram: não encontraram emprego na área, não formaram clientela, passaram em um concurso público, já trabalhavam em outra área, e outros motivos não especificados. Quanto à contribuição da formação para o mercado de trabalho, tem-se que 67% dos egressos afirmaram ser boa e 20,3%, ótima. Os resultados também mostraram uma boa avaliação a respeito do corpo docente e infraestrutura do curso.

O estudo realizado por Bueno e Nunes (2011) investigou a satisfação profissional dos fisioterapeutas egressos pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) de 2005 a 2010 através da aplicação de questionários. Quanto à realização profissional, 65,08% da amostra sente-se realizada profissionalmente. A maior proporção da amostra também se sente segura em

prestar assistência com o que aprendeu no ambiente universitário, mesmo que apresente dificuldade em aplicar seus conhecimentos e técnicas adquiridos.

Tendo como base a reestruturação nos currículos de graduação proporcionada após a implantação das DCN em Fisioterapia, Queiroz *et al* (2017) estudaram o perfil do egresso e a relação do processo de formação e profissional dos ex-alunos de Fisioterapia da Universidade de Pernambuco (UPE). Foram analisados os dados de 65 egressos que responderam a um questionário *online*. Os resultados encontrados foram que 80% da amostra atuam como fisioterapeuta, 71% refere estar satisfeito com o seu emprego, 63% obteve colocação imediata no mercado de trabalho, 93% consideraram que o curso forneceu experiências inovadoras, 93% afirmam que o curso formou profissionais cidadãos, entretanto 54% avaliaram negativamente as atividades práticas do curso.

Raymundo *et al* (2017) levantaram dados sobre os egressos de Fisioterapia da Universidade Anhembi Morumbi (UAM) para entender o mercado de trabalho, o seu perfil profissional, satisfação profissional e comparar com o que é esperado de acordo com as Leis e diretrizes da profissão. Um total de 72 egressos diplomados entre 2001 e 2016 respondeu a um questionário por meio do *Google Forms*. Sobre a formação acadêmica os autores encontraram que: 91% da amostra avalia o curso de Fisioterapia da UAM como ótimo ou bom, 90% dos egressos afirmam que sua formação contribuiu de forma ótima ou boa em relação ao mercado de trabalho; 96% avaliaram o corpo docente como ótimo ou bom, 96% afirmam que a UAM tem uma estrutura ótima ou boa. Com relação à satisfação com a profissão, 85% dos egressos declararam estarem satisfeitos ou muito satisfeitos.

Foram encontrados diversos estudos com o objetivo de caracterizar o perfil dos egressos de Fisioterapia (SHIWA, 2015; SANTOS *et al*, 2017; RAPOSO *et al*, 2018; SILVA, GRAZZIANO, CARRASCOSA, 2018) descrevendo suas características sociodemográficas, sua inserção no mercado de trabalho, jornada de trabalho, sua área de atuação, aprimoramento profissional, seus rendimentos e a satisfação profissional em trabalhar como fisioterapeuta. Entretanto, não investigaram qual a avaliação que os egressos fazem da formação acadêmica diante das exigências do mercado de trabalho. Apesar disto, estes estudos se fazem importantes para a temática desenvolvida

nesta pesquisa, pois como descrito no SINAES é relevante ter informações acerca da inserção, ocupação profissional e sobre o processo de educação continuada.

Neste contexto, Shiwa (2015) buscou conhecer o perfil dos Fisioterapeutas do Estado de São Paulo e dos egressos de Fisioterapia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Participaram da pesquisa 2323 fisioterapeutas, através da aplicação de questionário *online*. A autora conclui seu estudo indicando que a classe de fisioterapeutas do Estado de São Paulo é formada em sua maioria por mulheres jovens, graduadas após 2001 em uma IES privada, com pós-graduação *lato sensu*, autônoma, realizando atendimentos domiciliares, com renda mensal entre R\$1.500,00 a R\$6.000,00. Quanto à satisfação com a profissão, os dados mostraram que os egressos estão parcialmente satisfeitos com a profissão, possuem a Fisioterapia como única fonte de renda e procuram se manter atualizados através da participação em cursos, congressos e leitura de artigos científicos.

Apesar de não investigar a relação entre a formação recebida e o mercado de trabalho, a autora indagou quais as dificuldades encontradas pelos egressos na sua inserção no mercado de trabalho. Mais da metade dos entrevistados (52,1%) afirmaram ter encontrado dificuldade para se inserir no mercado de trabalho devido à alta concorrência e a falta de experiência. Comparando o perfil do egresso da FMUSP com o egresso do Estado de São Paulo, chegou-se a conclusão que aquele apresentou maior dedicação à docência e pesquisa, maior atuação nas universidades, melhores remunerações e encontraram menores dificuldades na inserção no mercado de trabalho.

Santos *et al* (2017) descreveram o perfil e a satisfação de fisioterapeutas egressos de uma Instituição Privada de Ensino Superior de Minas Gerais através de dados colhidos em questionários de 120 diplomados entre os anos de 2003 e 2014. Ao final do estudo concluíram que em sua maioria os egressos fisioterapeutas desta Instituição são mulheres, solteiras que apesar de relatarem satisfação profissional consideram seus salários baixos e que gostariam de maior reconhecimento profissional.

Raposo *et al* (2018) realizaram um levantamento do perfil profissiográfico do profissional de Fisioterapia na região metropolitana do Recife/Pernambuco. Foram utilizados dados secundários do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) com as seguintes variáveis: prevalência dos profissionais em cada município da região estudada, as áreas de atuação, carga horária, tipo de vínculo empregatício e a vinculação com o SUS. Os autores chegaram à conclusão que a maioria dos fisioterapeutas está concentrada na capital Recife, com área de atuação generalista. A maioria possui vinculação com o SUS e grande parte dos profissionais atua com vínculo empregatício não estável, existindo uma predominância dos contratos regidos pela Consolidação das leis trabalhistas (CLT). A carga horária mais predominante foi de 21 a 30 horas semanais. Finalizam afirmando que a forma de contratação dos fisioterapeutas na região ainda é precária, entretanto a atuação generalista e a carga horária estão de acordo com o que preconiza a legislação da profissão.

Por fim, Silva, Grazziano e Carrascosa (2018) investigaram a percepção dos egressos de Fisioterapia da Universidade de Araraquara formados entre 2001 e 2013 sobre sua situação e satisfação profissional. Foram analisados 149 questionários *online* com questões sobre caracterização do egresso, aprimoramento profissional, mercado de trabalho e satisfação profissional. Os resultados mostraram que a maioria dos egressos (75,8%) eram mulheres, 85,9% atuavam com fisioterapia, 82,6% buscaram qualificação profissional. A principal área de atuação foi traumatologia e ortopedia (58,4%). Estavam satisfeitos com a profissão 71,8%, entretanto apenas 17,4% mostraram satisfação econômica.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS EGRESSOS DE FISIOTERAPIA/UFPB

A primeira seção do questionário foi destinada à caracterização do perfil socioeconômico dos egressos de Fisioterapia da UFPB que ingressaram no curso a partir de 2006 e se formaram até 2018.1. Foram analisados aspectos relacionados às características gerais como sexo, idade, estado civil, local de residência e renda mensal. Assim, segue a Tabela com os dados obtidos:

Tabela 1 - Distribuição de frequência das variáveis sexo, idade, estado civil, residência e renda dos egressos de Fisioterapia da UFPB

	Total	%
Total	177	100
Sexo		
Feminino	131	74,0
Masculino	46	26,0
Idade		
23 – 28 anos	113	63,8
29 – 34 anos	59	33,3
Acima de 34 anos	5	2,9
Estado civil		
Solteiro	113	63,8
Casado ou união estável	64	36,2
Residência		
Paraíba	143	80,8
Outros estados da região Nordeste	24	13,6
Outros estados do Brasil	5	2,8
Outros Países	5	2,8
Residência na PB		
João Pessoa	117	81,82
Região Metropolitana	10	7
Outros municípios	16	11,18
Renda		
Menos de 1 salário mínimo	24	13,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1.996,00)	52	29,4
Mais de 2 a 3 salários mínimos (até R\$ 2.994,00)	52	29,4
Mais de 3 a 5 salários mínimos (até R\$ 4.990,00)	30	16,9
Mais de 5 a 7 salários mínimos (até R\$ 6.986,00)	11	6,2
Mais de 7 a 10 salários mínimos (até R\$ 9.980,00)	6	3,4
Acima de 10 salários mínimos (acima de R\$ 9.980,00)	2	1,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa. 2019

Em relação ao perfil coletado do egresso tem-se que a distribuição entre sexo evidenciou uma maior quantidade de mulheres em relação à quantidade de homens, sendo 74% e 26% respectivamente como mostrado na tabela 1.

Em pesquisas semelhantes realizadas com egressos de Fisioterapia, verifica-se também a grande representatividade do sexo feminino, como por exemplo, nas pesquisas de Câmara (2016), Silva, Grazziano e Carrascosa (2018) e Santos *et al* em 2017. Em contrapartida, pesquisando os egressos da FACISA/UFRN, Figueiredo (2015) encontrou um cenário mais equilibrado para os egressos de Fisioterapia, no qual 59,4% são do sexo feminino e 40,6% do sexo masculino.

A idade média dos participantes foi de $27,85 \pm 3,02$ anos. Com relação à distribuição por faixa etária temos que 63,8% dos egressos têm idade entre 23 a 28 anos, 33,3% com idades entre 29 a 34 anos e apenas 2,9% com idade acima de 34 anos. Quanto ao estado civil, a maioria dos egressos (63,8%) declarou-se solteiro, enquanto que 36,2% afirmaram estarem casados ou em união estável.

A pesquisa também buscou conhecer a residência atual dos egressos. A tabela mostra que 80,8% dos entrevistados possuem residência na Paraíba. Os que se deslocaram para outros Estados da Federação (16,4%) moram em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Piauí, São Paulo e Rio Grande do Sul. Daqueles que residem na Paraíba 81,82% estão localizados na capital e 6,99% estão em municípios da chamada região metropolitana de João Pessoa. Esses dados indicam uma permanência dos egressos no Estado da Paraíba, especialmente na capital, onde o curso está localizado. E aqueles que estão no exterior (2,8%) moram no Canadá, México, Estados Unidos, Cabo Verde e Austrália.

Em relação à renda mensal recebida verificou-se que duas faixas salariais apresentaram os maiores percentuais, a faixa dos que recebem de 1 até 2 salários e aqueles que recebem de 2 até 3 salários, ambos com 29,4% cada, observa-se também que 13,2% tem menos de um salário mínimo de remuneração mensal. Considerando o salário-base do Fisioterapeuta na Paraíba, temos que a maioria dos egressos da UFPB, cerca de 57%, possuem renda superior a R\$1.713,71, valor estabelecido através do dissídio coletivo de 2017 entre o Sindicato dos empregados em estabelecimentos de serviço de saúde na Paraíba (SINDESEP) e o Sindicato dos estabelecimentos de serviços em saúde do estado da Paraíba (SINDESS-PB).

6.2 CONHECENDO A TRAJETÓRIA FORMATIVA DOS EGRESSOS DE FISIOTERAPIA/UFPB

Com o objetivo de conhecer a trajetória formativa do egresso de Fisioterapia/UFPB foram indagadas algumas questões conforme a tabela abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de frequência das variáveis acerca da trajetória formativa dos egressos de Fisioterapia da UFPB

Atividades no decorrer do curso de graduação	N	%
Iniciação científica	115	65,0
Monitoria	118	66,6
Extensão	170	96,0
Nenhuma das atividades	1	0,6
Faixa do CRA ou CRE no final do curso		
Entre 6,1 e 7	1	0,6
Entre 7,1 e 8	23	13,0
Entre 8,1 e 9	128	72,3
Entre 9,1 e 10	17	9,6
Não recorde.	8	4,5
Cursos após a conclusão da graduação		
Cursos de aprimoramento profissional	117	68,8
Especialização	110	62,0
Residência	22	12,4
Mestrado	49	27,6
Doutorado	14	7,9
Pós doutorado	-	-
Outra graduação	3	1,8
Não realizou nenhum curso	9	5,0
Participação em eventos científicos na área		
Sim, com frequência	15	8,5
Sim, com pouca frequência	109	61,6
Não participa de eventos científicos	53	29,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa. 2019

Inicialmente foi solicitado que os egressos respondessem sobre quais das atividades acadêmicas eles realizaram durante o curso, dentre elas projetos de extensão, de iniciação científica e projeto de monitoria, esta considerada um projeto de ensino. Observa-se que quase todos estiveram envolvidos com atividades de extensão universitária (96%) e que apenas um egresso relatou não ter participado de nenhuma delas.

As diretrizes políticas que orientam a extensão na UFPB seguem no entendimento da extensão como importante produtora de conhecimento tanto

para a comunidade interna quanto externa à universidade. Neste sentido, as relações do ensino com a pesquisa são prioritárias e se consolidam na prática através da participação dos discentes nos diversos programas e projetos científicos e, principalmente, no contato com a sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições parceiras na produção e troca de conhecimento. (UFPB, 2014).

Nota-se também que houve grande envolvimento com as outras atividades relacionadas, Monitoria (66,6%) e Iniciação Científica (65%). Após uma análise mais específica, pudemos concluir que 77 egressos (43,5%) estiveram envolvidos com as 3 atividades, 73 egressos (41,3%) participaram de 2 atividades, 26 egressos (14,6%) com apenas uma atividade. Estes dados nos mostram o importante envolvimento dos alunos de Fisioterapia pela busca do conhecimento através de atividades oferecidas pelo curso e instituição.

No que diz respeito à continuidade dos estudos pelos egressos observa-se que quase a totalidade (95%) realizou cursos após a diplomação em Fisioterapia. Foram questionados sobre quais cursos eles realizaram após concluir a graduação. É importante frisar que, nessa questão, os egressos poderiam selecionar quantos itens desejassem dentre as opções dadas no instrumento de coleta. Foram colocadas como opções: “Cursos de aprimoramento profissional”; “Especialização”; “Residência”; “Mestrado”; “Doutorado”; “Pós Doutorado”; “Outra graduação” e “Não realizei nenhum curso”. Os itens mais apontados foram os “Cursos de aprimoramento profissional” por 68,8% dos egressos, corroborando com os achados de Thomas, Soares e Braun (2013). Em seguida têm-se os cursos de “Especialização” com 62%. Também merece destaque o item “Mestrado” que aparece como o terceiro percentual mais alto na frequência de respostas dos egressos, com 27,6%. Os quesitos “Residência”, “Doutorado” e “Outra graduação”, tiveram respectivamente 12,4%, 7,9% e 1,8% de respostas. Apenas, 9 egressos (5%) não realizaram curso algum e nenhum egressos realizou curso de Pós-Doutorado.

Figueiredo (2015) afirma que o indivíduo é desafiado a aumentar a sua competência individual através da atualização e da educação permanente. Para a autora, a requalificação e a educação continuada não se constituem em apenas uma opção, mas sim em um requisito do mercado de trabalho atual.

Entretanto, em seu estudo encontrou que a maioria dos egressos da FACISA/UFRN (70%) buscou a especialização como continuidade de seus estudos e que apenas 13% decidiram realizar cursos de aprimoramento profissional. Diferentemente do nosso no qual os “Cursos de aprimoramento profissional” foram os mais procurados para atualização após a conclusão da graduação.

Ainda buscando conhecer a trajetória formativa dos egressos foi solicitada a frequência com que os mesmos participavam de eventos científicos na área como forma de atualização profissional. A maioria dos respondentes (70,1%) participa de eventos na área da Fisioterapia, destes 61,6% participam, mas com pouca frequência. Aqueles que não participam de eventos científicos somaram um total de 29,9%.

A partir dos dados apresentados, observam-se tanto um envolvimento dos alunos ao longo da formação acadêmica, através da participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, quanto a continuidade dos estudos após a graduação, realizando tanto cursos mais curtos, como os de aprimoramento profissional, quanto cursos *lato e stricto sensu*, além da participação em eventos na área.

6.3 ENTENDENDO COMO OS EGRESSOS AVALIAM OS ASPECTOS ESTRUTURAIS E PEDAGÓGICOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA/UFPB

Esta parte do estudo visa atender a um dos objetivos específicos da pesquisa, buscando o conhecimento sobre a avaliação que os egressos atribuem aos aspectos estruturais e pedagógicos do curso. A discussão foi realizada a partir da descrição dos resultados obtidos.

Inicialmente, os egressos foram questionados sobre a avaliação que fazem do curso de Fisioterapia da UFPB de acordo com a experiência profissional atual. Quanto a esse quesito, identificou-se que a maioria (70%) considera o curso como “Bom”, 12% consideram como “Ótimo” e outros 18% afirmam que o curso tem uma qualidade “Regular”, não havendo avaliação para os itens ruim e péssimo. Consideram-se bastante positivos os percentuais obtidos na avaliação do curso, uma vez que somados os números daqueles

que consideraram o curso de boa e ótima qualidade totalizam 82% do total de respondentes.

Depois dessa apreciação voltada para a avaliação do curso, e buscando uma análise mais específica, foi solicitada aos egressos a avaliação de diversos itens acerca da estrutura do curso na época de sua conclusão, como mostrado no quadro 5.

Quadro 5- Percepção dos egressos acerca da estrutura do curso.

Quesitos – estrutura do curso	Péssima N (%)	Ruim N (%)	Regular N (%)	Boa N (%)	Ótima N (%)
Estrutura física, instalações e laboratórios	1(0,6)	10(5,6)	75(42,4)	83(46,9)	8(4,5)
Materiais e equipamentos	1(0,6)	19(10,7)	77(43,5)	71(40,1)	9(5,1)
Qualificação do corpo docente	-	1(0,6)	23(13,0)	109(61,5)	44(24,9)
Didática dos docentes	-	7(4,0)	62(35,0)	95(53,7)	13(7,3)
Estrutura curricular do curso	2(1,1)	14(7,9)	52(29,5)	96(54,2)	13(7,3)
Inter-relação teoria e prática	1(0,6)	13(7,3)	42(23,7)	89(50,3)	32(18,1)
Acervo bibliográfico disponível	2(1,1)	15(8,5)	64(36,2)	75(42,4)	21(11,8)
Estágios supervisionados	-	2(1,1)	33(18,6)	90(50,8)	52(29,5)
Apoio da Coordenação e Departamento	1(0,6)	5(2,8)	38(21,5)	84(47,5)	49(27,6)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2020).

Para uma melhor compreensão dos dados, os quesitos analisados foram organizados em ordem decrescente, de acordo com a avaliação obtida pelo somatório dos itens “Boa” e “Ótima”.

Assim, tem-se que o quesito melhor avaliado segundo este aspecto da avaliação foi a “Qualificação do corpo docente” com uma avaliação positiva de 86,4% dos egressos. A qualificação dos professores também foi o atributo mais valorizado nas pesquisas de Espartel (2009). Para o autor essa qualificação, de acordo com a opinião dos egressos, manifesta-se como imprescindível para que qualquer instituição seja competitiva no mercado, e deve ser constantemente revista e melhorada.

Em segundo lugar, tem-se o quesito “Estágios supervisionados” com 80,3% de avaliação positiva. De acordo com as DCN/FISIO (2002), eles devem assegurar a prática de intervenções preventiva e curativa nos diferentes níveis de atuação. Os estágios fazem parte do eixo de formação profissional dos

componentes curriculares do curso da UFPB, assegurando, desta forma, a vivência com a realidade prática profissional. Corroborando com Câmara (2006) ao afirmar que o estágio é um fator de aproximação do ensino com o mercado de trabalho. A discussão acerca dos estágios supervisionados nesta pesquisa será retomada durante a avaliação qualitativa da atuação profissional dos egressos.

O quesito “Apoio da Coordenação e Departamento” foi avaliado como o terceiro melhor aspecto com 75,1% de avaliação positiva dos egressos. O apoio despendido pela coordenação e departamento torna-se importante para a qualidade de um curso, pois é imprescindível para o acompanhamento da vida acadêmica dos alunos, o diálogo com a instituição e a organização pedagógica do ensino.

De acordo com Espartel (2009), a associação entre teoria e prática é um dos atributos mais relevantes na formação do aluno, visto com uma visão de unidade esta associação é capaz de promover uma formação profissional mais completa. Assim, a “Inter-relação teoria e prática” obteve uma avaliação positiva de 68,3% dos respondentes sendo o quarto melhor quesito avaliado pelos egressos.

Na sequência, a “Estrutura curricular do curso” foi bem avaliada por 61,5% dos egressos. Ao longo de sua formação o fisioterapeuta deve ser orientado por um currículo estruturado que seja capaz de proporcionar a bases fundamentais para o exercício da profissão. De acordo com Câmara (2006), a avaliação da estrutura curricular torna-se importante, pois é nela que estão caracterizados e organizados os conteúdos e conhecimento necessários para a formação do perfil profissional desejado no projeto pedagógico. Como descrito no PPC, as mudanças e avanços tecnológicos, culturais e científicos da sociedade brasileira, da área da saúde, e, especificamente, da Fisioterapia no Brasil justificam a necessidade de atualização curricular.

A “Didática dos docentes” foi bem avaliada por 61% dos egressos, entretanto há de se considerar que 35% a julgaram regular. Conforme visto por Meira (2012), a adoção de uma metodologia ativa é uma das estratégias que favorecem a uma aprendizagem mais significativa pelos discentes. Estratégias de ensino tradicionais, centradas no professor podem interferir no processo

ensino-aprendizagem, este quesito será retomado durante a avaliação qualitativa da atuação profissional dos egressos.

A partir deste momento apresentam-se os quesitos com menor avaliação positiva: “Acervo bibliográfico”, “Estrutura física, instalações e laboratórios” e “Materiais e equipamentos”. Ressalta-se que os três se relacionam com a infraestrutura física e de materiais do curso, dependentes de investimentos e recursos orçamentários. A coordenação do curso não possui uma gestão direta sobre o orçamento que é necessário para a ampliação e manutenção dos quesitos avaliados.

Os quesitos “Acervo bibliográfico” e “Estrutura física, instalações e laboratórios” apresentaram respectivamente 54,2% e 51,4% de avaliação positiva, revelando ainda percentuais consideráveis nos itens “Regular” e “Ruim”. Com relação ao quesito “Materiais e equipamentos”, tem-se que a maioria dos egressos (43,5%) o avaliou como “Regular” e 10,7% como “Ruim”. Somando-se os percentuais dos itens “Boa” e “Ótima” tem-se um total de 45,2% de avaliação positiva, a menor entre todos os quesitos avaliados.

A partir dos dados apresentados, observa-se que de uma maneira geral os egressos avaliam positivamente os aspectos estruturais do curso de Fisioterapia/UFPB, destacando-se a qualificação dos docentes e os Estágios supervisionados. Entretanto devem-se observar aqueles cuja avaliação positiva não apresentou a tendência da maioria dos quesitos, especialmente os Materiais e equipamentos, seguido da Estrutura física, instalações e laboratórios e do Acervo Bibliográfico.

Ao final deste bloco, depois de ter avaliado a estrutura do curso em vários aspectos, foi solicitada uma avaliação acerca das competências e habilidades dos egressos desenvolvidas durante a graduação e que estão presentes no projeto pedagógico do curso. Os quesitos foram avaliados segundo uma escala de concordância e o resultado é mostrado no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6- Percepção dos egressos acerca das competências e habilidades desenvolvidas durante a graduação.

Competências e habilidades	Discordo totalmente N (%)	Discordo N (%)	Não concordo nem discordo N (%)	Concordo N (%)	Concordo Totalmente N (%)
Atuar na promoção, prevenção e recuperação da saúde nos diversos níveis de atenção à saúde	-	16(9,0)	19(10,8)	97(54,8)	45(25,4)
Atuar multi, inter e transdisciplinarmente na equipe de saúde	4(2,3)	20(11,3)	20(11,3)	91(51,4)	42(23,7)
Capacidade de intervir nas diversas áreas da atuação profissional do fisioterapeuta	5(2,8)	30(16,9)	50(28,2)	75(42,4)	17(9,7)
Elaborar criticamente o diagnóstico cinético funcional e a intervenção fisioterapêutica	3(1,7)	7(4,0)	24(13,6)	93(52,5)	50(28,2)
Desenvolver senso crítico e conquistar autonomia pessoal e Intelectual	3(1,7)	14(7,9)	28(15,8)	81(45,8)	51(28,8)
Exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social	1(0,6)	10(5,7)	22(12,4)	93(52,5)	51(28,8)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2020).

Para uma melhor compreensão dos resultados, os quesitos analisados foram organizados em ordem decrescente, de acordo com a avaliação obtida pelo somatório dos itens “Concordo” e “Concordo totalmente”.

A competência em “Exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social” foi o quesito com melhor avaliação, com um retorno positivo de 81,3% dos egressos. Estes dados corroboram com o previsto tanto nas DCN/FISIO quanto o PPC da UFPB, os quais destacam a importância da formação do aluno com a realidade social na qual ele está inserido com o objetivo de aproximar o profissional que a universidade forma com aquele que a sociedade necessita. O fisioterapeuta deve ser capaz de conhecer o indivíduo no seu contexto familiar e social, procurando a solução para os problemas de saúde que ele apresenta, tanto em sua subjetividade pessoal quanto em sua objetividade socioeconômica e cultural (TEIXEIRA; MUNIZ; NAZARÉ, 2017).

O segundo quesito destacado pelos egressos foi capacidade de “Elaborar criticamente o diagnóstico cinético funcional e a intervenção Fisioterapêutica”, em que 80,7% concordaram que esta competência foi desenvolvida durante a formação acadêmica. De acordo com o PPC, esse diagnóstico é imprescindível para eleger e quantificar as técnicas, recursos e condutas fisioterapêuticas apropriadas.

Na sequência, tem-se a capacidade de “Atuar na promoção, prevenção e recuperação da saúde nos diversos níveis de atenção à saúde” com 80,2% dos egressos concordando que esta competência foi elaborada durante a graduação. Este quesito foi o único que não obteve avaliação no item “Discordo totalmente”. Os resultados corroboram com previsto no PPC o qual afirma que o curso deve garantir ao egresso este tipo de conhecimento para o exercício profissional.

Outro aspecto importante para a formação do Fisioterapeuta presente no PPC é a capacidade de “Atuar multi, inter e transdisciplinarmente na equipe de saúde”. Observa-se que 75,1% dos egressos de Fisioterapia asseguram o desenvolvimento desta competência ao longo da formação. Como visto em Borges (2016), uma formação fisioterapêutica pautada na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade é capaz de transformar as práticas profissionais e melhorar o respeito entre os profissionais e o trabalho em equipe.

Para empreender contínua formação na práxis profissional é necessário “Desenvolver senso crítico e conquistar autonomia pessoal e intelectual”, um aspecto previsto no PPC e de grande relevância para o fisioterapeuta. De acordo com os dados observa-se que 74,6% dos egressos concordam que esta habilidade esteve presente ao final do curso caracterizando uma avaliação bastante positiva.

Por fim, tem-se a “Capacidade de intervir nas diversas áreas da atuação profissional do fisioterapeuta”. Enquanto os outros quesitos apresentaram uma avaliação positiva oscilando de 74,6 até 81,3%, este alcançou um percentual de 52%. Apesar de representar uma avaliação positiva pela maioria dos egressos é preciso observar que este quesito não acompanhou a mesma tendência dos anteriores. Além disso, foi o que apresentou maior porcentagem nos itens “Discordo totalmente”, “Discordo” e “Não concordo e nem discordo”. Como visto no PPC o fisioterapeuta deve ser capaz de intervir nas diversas

áreas onde sua atuação profissional seja necessária. Este aspecto pedagógico presente no curso será retomado durante a avaliação qualitativa da atuação profissional dos egressos.

De uma maneira geral os aspectos pedagógicos do curso foram muito bem avaliados, atendendo ao perfil de egresso previsto no projeto pedagógico do curso. Neste sentido, destacam-se positivamente a capacidade de exercer a profissão de forma articulada ao contexto social, de elaborar criticamente o diagnóstico cinético funcional e a intervenção fisioterapêutica e de atuar na promoção, prevenção e recuperação da saúde nos diversos níveis de atenção à saúde. Contudo, a capacidade de intervir nas diversas áreas da atuação profissional do fisioterapeuta foi o único quesito que não acompanhou a avaliação positiva dos demais.

Com a finalidade de conhecer os aspectos que podem ser melhorados no PPC foi realizado o seguinte questionamento aos egressos: De acordo com a sua vivência atual, que mudanças você proporia no Curso de Fisioterapia da UFPB para aprimoramento do processo ensino-aprendizagem?

Após a análise de conteúdo das respostas a esta questão foi possível representar as propostas dos egressos em uma categoria a qual denominamos de “Reestruturação do projeto curricular”. Um dos aspectos mais relatados pelos egressos é que para um aprimoramento do processo ensino-aprendizagem é necessário uma atualização dos conteúdos de disciplinas já existentes na grade curricular. Observa-se que apesar dos egressos avaliarem positivamente a estrutura curricular do curso, como visto anteriormente, ainda percebem a necessidade de algumas mudanças. Neste sentido, faz-se importante observar a atuação da fisioterapia na atualidade, nos novos métodos e técnicas da prática fisioterapêutica e tentar incluí-las na formação acadêmica. Observemos as propostas dos egressos:

A avaliação cinético-funcional poderia ser ministrada de uma maneira que contemple questões mais atuais; o processo de ensino-aprendizagem deveria prezar mais pela autonomia do/a estudante; técnicas de terapia manual poderiam ser mais valorizadas ao longo do curso e ensinadas já durante a graduação; disciplinas como saúde coletiva e estágio em UTI poderiam ser ministradas mais cedo e por pelo menos dois semestres, para que os/as estudantes apreendam os conteúdos de uma maneira mais completa e vivenciem a prática nesses dois níveis tão importante de atenção à saúde. As duas disciplinas acabam acontecendo muito rapidamente, sobretudo a de

UTI e isto dificulta a aprendizagem e reduz a autoconfiança do profissional em formação. (E31)

Mais atualização na aprendizagem dos recursos fisioterapêuticos para tratamento dos distúrbios musculoesquelético e cardiorrespiratório. (E64)

Abordagem de técnicas mais atualizadas nas intervenções. (E69)

Oferta de disciplinas que abrangem de forma mais específica a terapia manual, que não foi tão bem vista nas disciplinas de RTM I e II (E71)

Atualização da grade curricular com a incorporação de disciplinas mais atuais como desportiva e dermatofuncional (não sei se já foram incluídas, inclusive com estágios na área, já que o mercado de trabalho pede muitos profissionais recém-formados com esse tipo de experiência), além de atualização das técnicas fisioterapêuticas nas disciplinas práticas de tratamento e avaliação. (E78)

A inclusão das áreas desportiva e dermatofuncional como disciplinas obrigatórias; reformulação da carga horária de alguns períodos; analisar a possibilidade de incluir alguns cursos que estão sendo cobrados no mercado de trabalho, como disciplinas optativas. (E94)

Mudanças na grade curricular, tem disciplinas que são optativas que deveria ser obrigatória (como radiologia, fisioterapia desportiva, dermatofuncional, psicomotricidade) porque são Disciplinas que faz muita diferença na nossa atuação profissional, principalmente radiologia que é uma peça importante para o nosso diagnóstico cinético funcional. Criar disciplina obrigatória que aborda mais sobre terapia manual ou complementar as disciplinas de RTM porque vimos algumas dessas técnicas mais de uma forma bem superficial. (E99)

UTI e dermatofuncional se tornarem cadeiras obrigatórias e com práticas duradouras. Cadeiras que tragam a terapia manual mais atualizada, bem como recursos da atualidade (ventosaterapia, dry, etc). (E110)

Colocar a disciplina de fisioterapia dermatofuncional como obrigatória e com uma carga horária maior sendo bem distribuída a prática e a teoria, e ter mais contato com a parte de UTI. (E169)

Algumas mudanças em termos de conteúdo nas disciplinas de genitourinário e, principalmente, na disciplina de recursos terapêuticos manuais (1 e 2), pois a disciplina se resume apenas a "massagem" e algumas outras técnicas pouco ou nunca utilizadas na prática profissional (shiatsu, reiki, ayurvedica, etc) e deixa de lado muitas técnicas e conteúdos importantes (técnicas e testes de avaliação postural, maitland, mulligan, osteopatia e quiropraxia, liberação miofascial, etc) dentro da área de terapia manual de grande relevância para avaliação e tratamento fisioterapêutico; mais práticas/estágio na disciplina genitourinário; adição de disciplina

(mesmo que optativa) voltado a desportiva, tendo em vista que em outras faculdades consiste de uma disciplina obrigatória. (E82)

Observa-se uma necessidade de atualização em determinadas áreas do curso, tanto no que diz respeito ao aprimoramento de métodos e técnicas de avaliação quanto de novas abordagens de tratamento, como no caso dos recursos terapêuticos manuais (RTM). Algumas áreas e disciplinas foram mais citadas, tais como Unidade de Terapia Intensiva (UTI), dermatofuncional e desportiva. Para os egressos elas precisam ser mais vivenciadas ao longo da formação. Muitos relatam a necessidade de se criar uma disciplina voltada especificamente para UTI, dada sua importância na atuação fisioterapêutica. Com relação às disciplinas de Fisioterapia em dermatofuncional e desportiva, os egressos concordam que deveriam ser contempladas no currículo como obrigatórias e se fazerem presente durante os estágios ao longo da formação.

Ainda nesta perspectiva de atualização apresentamos outro aspecto relatado, o aprimoramento da preparação para a gestão de negócios. Haja vista que a maioria dos egressos atua como autônomo e está trabalhando na rede privada, existe a necessidade cada vez mais de capacitá-los para atuarem sob este regime de contratação, seja como proprietários de empresa ou empregados. A seguir podemos observar alguns relatos neste sentido:

Mais explanação sobre mercado de trabalho da atualidade. Saímos apenas com noção de que fisioterapia está na clínica, no hospital e na saúde básica. (E32)

Agregaria mais vivência com disciplinas que favorecessem a gestão e o empreendimento. (E44)

Inserir na disciplina de administração uma discussão sobre gestão de negócios mais aprofundada, gestão de tempo, de pessoas, de empresa, organização e planejamento estratégico, até abordar algo relacionado a marketing pessoal e marketing em saúde. para quem pretende ser autônomo ou ter a própria clínica esses assuntos são extremamente relevantes. (E48)

Ter mais discussões em sala sobre o mercado de trabalho, sobre como gerenciar um negocio. Abranger mais algumas áreas que hoje estão mais presentes no mercado. (E50)

Ter cadeira que ensine o aluno a se inserir no mercado de trabalho e sobre gestão de negócios. (E52)

Pensar em como inserir na grade conteúdos de preparação para o mercado e propor estratégias para melhorar a relação escola com

mercado de trabalho (empreendedorismo, carreira, fortalecimento de autonomia profissional, profissionais em novas áreas de atuação incomuns da prática convencional). (E57)

Disciplinas relacionadas a administração, ao mercado, a área de empreendedorismo. (E92)

Sugiro uma disciplina que prepare os profissionais para realmente serem autônomos e tenham um contato básico com o empreendedorismo. (E100)

Uma maior preparação para o mercado, principalmente focando no empreendedorismo. (E165)

Na percepção dos egressos há uma necessidade de aprimoramento no quesito de gestão do negócio no ramo da fisioterapia, dada a vivência dos mesmos no mercado de trabalho, ressalta-se que no Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas contido no PDI da UFPB, o perfil do egresso de graduação deverá ter uma concepção de formação voltada para as novas demandas profissionais, tendências o mercado de trabalho e para os princípios de cidadania.

6.4 CARACTERIZANDO A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DE FISIOTERAPIA

Esta parte do estudo teve como objetivo averiguar as características gerais da atuação profissional daqueles egressos que trabalham como fisioterapeuta. De acordo com os dados, 85% da amostra, portanto 150 egressos atuam na área, e a maioria deles (81%) trabalha exclusivamente como Fisioterapeuta, não fazendo nenhum tipo de complementação na renda com outro tipo de atividade. Examinou-se o motivo pelo qual os 27 egressos não atuam na área de formação, de acordo com a Tabela 3 abaixo:

Tabela 3- Motivo da não atuação na área de formação.

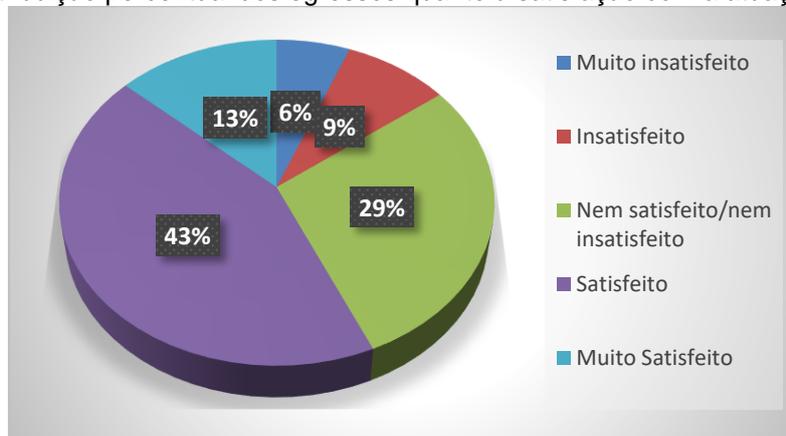
Motivo	N	%
Concurso fora da área	4	14,81
Docência	2	7,41
Não encontrou oportunidade de trabalho	3	11,11
Outro projeto de vida	10	37,04
Pós graduação <i>stricto sensu</i>	8	29,63
Total	27	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019).

Pode-se observar que 37,04% não estão atuando por terem escolhido outro projeto de vida, tais como casamento, família ou negócios familiares. Em seguida, têm-se aqueles que estão realizando estudos em cursos *stricto sensu*, tais como Mestrado e Doutorado, a exemplo de programas de pós-graduação em Educação, Neurociência, Fisioterapia, Ciências Fisiológicas, entre outros. Cerca de 7,41% não atuam como Fisioterapeuta, mas estão envolvidos com atividades de docência em Fisioterapia. Portanto, parte dos que não atuam na área ou estão se qualificando em cursos de pós-graduações ou já exercendo atividades de ensino em Fisioterapia. Ademais, também há egressos que passaram em concursos fora da área, não encontraram oportunidade de trabalho na Fisioterapia ou que por motivos pessoais não estão atuando como fisioterapeutas.

A partir deste momento pretende-se caracterizar melhor a atuação profissional daqueles egressos que afirmaram atuar como Fisioterapeutas. Inicialmente, pesquisou-se o nível de satisfação com a atuação profissional, de acordo com o gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1- Distribuição percentual dos egressos quanto à satisfação com a atuação profissional.



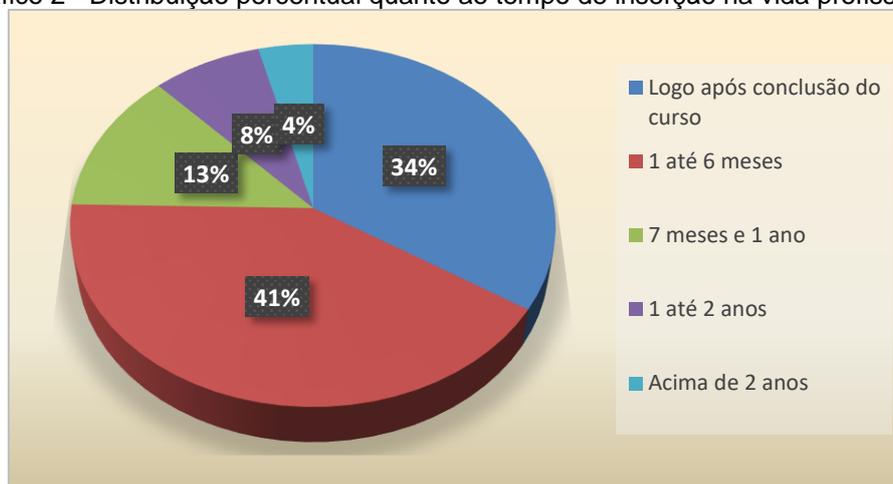
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2020).

Observa-se neste quesito que 43% dos egressos estão satisfeitos com sua atuação profissional e 13% consideram-se muito satisfeitos, somando uma avaliação positiva de satisfação de 56% dos respondentes. Ao passo que 29% tiveram uma postura neutra, relatando não estarem satisfeitos nem insatisfeitos e uma avaliação negativa de 15% dos egressos, uma vez que 9% e 6% respectivamente relataram estar insatisfeitos e muito insatisfeitos.

Estes dados corroboram com os achados de Bueno e Nunes (2011), ao detectarem a realização profissional e segurança na atuação por parte de, respectivamente, 65,08% e 76,19% dos fisioterapeutas pesquisados e com a pesquisa de Câmara (2006) ao obter um nível de satisfação pela maioria dos egressos da UFMG (85,8%)⁵. Porém, difere dos resultados de Shiwa (2015) ao encontrar satisfação profissional de apenas 29,3% entre os Fisioterapeutas de São Paulo.

Os egressos foram questionados sobre o tempo decorrido até a inserção na vida profissional como fisioterapeuta. O gráfico 2 abaixo demonstra o resultado:

Gráfico 2 - Distribuição percentual quanto ao tempo de inserção na vida profissional.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2020).

De acordo com os dados, tem-se que a maioria dos respondentes (41%) se inseriram no mercado de trabalho de 1 até 6 meses após a conclusão do curso, seguidos de 34% que tiveram inserção imediata o que caracteriza uma ótima inserção na vida profissional pela maioria dos egressos de Fisioterapia da UFPB. Estes dados corroboram com os estudos de Figueiredo (2015) ao relatar que 43% dos egressos da FACISA/UFRN levaram de 1 até 6 meses até encontrar o primeiro emprego e com a pesquisa de Santos *et al* (2017) ao indicar um valor de 47,5% de egressos que ingressaram imediatamente no mercado de trabalho e 36% em menos de 6 meses.

⁵ Câmara (2006) e Buenos e Nunes (2011) utilizaram uma escala binária para medir a satisfação dos egressos, enquanto Shiwa (2015) utilizou uma escala de concordância de Likert. Além disso, ressalta-se que o contexto econômico presente no período de realização dos estudos pode influenciar a percepção de satisfação dos egressos.

A caracterização da atuação profissional segue com a investigação acerca do local e área de atuação e tipo de contrato dos egressos, de acordo com o gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 - Distribuição do local de atuação dos egressos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2020).

O gráfico acima mostra a distribuição percentual dos locais de atuação dos egressos de Fisioterapia/UFPB, considerando que os mesmos poderiam assinalar mais de uma opção caso fosse necessário. Desta forma, observa-se que o local de trabalho mais recorrente é o atendimento realizado no domicílio do paciente com 34% das respostas. Este dado pode responder o porquê de os egressos conseguirem rápida inserção na vida profissional, pois após a conclusão do curso os egressos já estão aptos para esta atuação que não exige vínculo empregatício com o contratante. Na sequência temos a atuação em clínicas como o segundo percentual mais alto com 23,5% das respostas.

Os dados da pesquisa corroboram com os resultados obtidos por Shiwa (2015) e Santos *et al* (2017). Por sua vez, a pesquisa de Câmara (2006) indica que 41,3% dos egressos de Fisioterapia da UFMG estão atuando em Instituição de ensino, diferentemente deste estudo em que apenas 6,5% estão atuando em Universidades e Faculdades.

Por fim, destaca-se que 63,3% dos egressos atuam em mais de um local de trabalho, com 46,7%, 12,7%, 3,3% e 0,6%, respectivamente atuando em 2, 3, 4 e 5 locais de trabalho sendo esta uma característica comum na área da saúde.

O gráfico 4 a seguir mostra a distribuição percentual da área de atuação profissional dos egressos de Fisioterapia/UFPB, neste quesito também deve ser considerado que os respondentes poderiam assinalar mais de uma opção

caso fosse necessário. Isto posto, tem-se que o percentual mais elevado das respostas indica que a área de maior atuação dos egressos é a de Traumatologia com 19,1% de frequência. Em seguida tem-se a área de Terapia manual com 14,9%, Pilates e Neurofuncional com 12,8% cada uma e a área de Fisioterapia Desportiva com 8,2%, completando as 5 áreas de maior atuação dos egressos.

Gráfico 4- Distribuição percentual quanto à área de atuação profissional dos egressos.



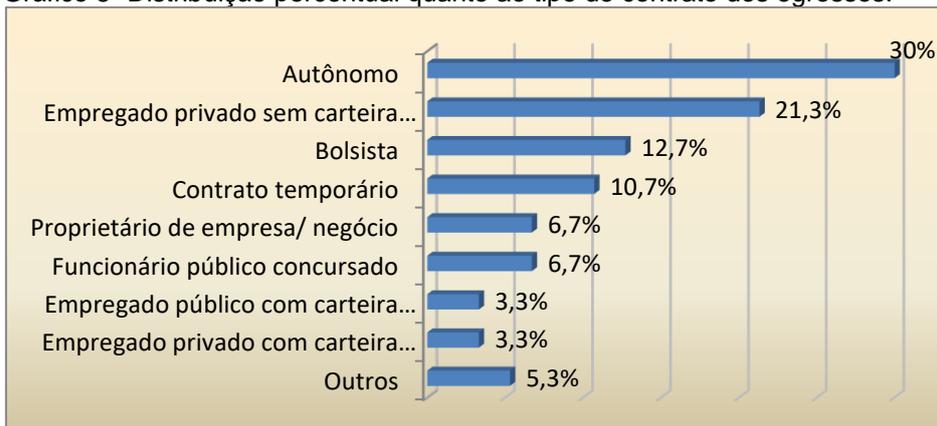
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2020).

Após uma análise minuciosa dos dados, foi possível evidenciar que 80,7% dos egressos trabalham em mais de uma área de atuação, sendo os maiores destaques de 27,3% em 2 áreas, 22% em 3 áreas e 20,7% em quatro áreas distintas da fisioterapia. Existindo egressos que trabalham em até 8 áreas.

A observação de que mais da metade dos egressos trabalham e exerçam suas funções em pelo menos dois locais de trabalho e duas áreas de atuação também foi encontrada nos estudos de Silva *et al* (2017). Estes dados podem indicar a necessidade de melhorar os rendimentos devido a uma baixa remuneração, mas também aponta uma característica importante do processo formativo que é o caráter generalista, conforme preconizado pelas DCN/FISIO (2002) e PPC de Fisioterapia da UFPB (2005).

O gráfico 5 abaixo mostra a distribuição percentual quanto ao tipo de contrato de trabalho dos egressos:

Gráfico 5- Distribuição percentual quanto ao tipo de contrato dos egressos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2020).

É possível observar nos dados acima que a maioria dos egressos (30%) não possui vínculo empregatício, trabalha por conta própria, como autônomo. Esses achados corroboram os de Medeiros e Gonçalves (2009), Silva, Grazziano e Carrascosa (2017). Segundo Shiwa (2015) o aumento da oferta desses profissionais acaba saturando o mercado de trabalho, permitindo a precarização dos vínculos e condições de trabalho. Como visto anteriormente nesta pesquisa, até o ano 2000 havia 3 cursos de Fisioterapia no Estado da Paraíba, atualmente existem 16 instituições oferecendo o curso totalizando 2.545 vagas anualmente. Este tema não é aprofundado nesta pesquisa, porém observa-se a necessidade de estudos para conhecer as condições de trabalho do fisioterapeuta na Paraíba e o quantitativo de vagas de emprego ofertadas.

Na sequência dos dados, têm-se aqueles que trabalham em empresas privadas, mas não têm a carteira assinada, totalizando 21,3%. A opção Bolsista surge em terceiro lugar (12,7%), apontando aqueles que realizam residência multiprofissional, modalidade de ensino de pós-graduação. Todavia, esta é uma atividade ligada ao ensino, e não uma relação de trabalho. O contrato temporário aparece na sequência com 10,7%. A minoria dos egressos possui negócio próprio (6,7%), seguido de formas de trabalho com vínculo empregatício, funcionário público concursado, empregado público com carteira e empregado privado com carteira com respectivamente 6,7%, 3,3% e 3,3%. importante ressaltar que a maioria dos egressos possui um vínculo como autônomo ou vínculo empregatício sem carteira no setor privado.

A partir dos dados da pesquisa foi possível realizar uma análise de associação entre as variáveis renda e tempo de formado e entre renda e

desempenho acadêmico, medido através do Coeficiente de rendimento acadêmico (CRA), utilizando o teste Qui-quadrado de Pearson com nível de significância de 0,05. Para esta análise foram considerados 3 níveis para o tempo de formado: até 2 anos, entre 3 a 5 anos e mais de 5 anos de formados e cinco níveis para o desempenho acadêmico: nível 1 para CRA's entre 6,1 e 7, nível 2 entre 7,1 e 8, nível 3 entre 8,1 e 9, nível 4 entre 9,1 e 10 e nível 5 para os que não souberam responder. Os resultados são mostrados nos quadros abaixo:

Quadro 7 - Associação entre renda e tempo de formação dos egressos de Fisioterapia/UFPB.

			Renda					Total		
			até 1 salário	1-2 salários	2-3 salários	3-5 salários	5-7 salários		7-10 salários	acima de 10 salários
Tempo_d e_formad o	até 2 anos	Contagem	10	14	13	1	0	2	0	40
		% em Renda	55,6%	30,4%	28,9%	4,0%	0,0%	40,0%	0,0%	26,7%
	3-5 anos	Contagem	7	25	21	14	6	0	1	74
		% em Renda	38,9%	54,3%	46,7%	56,0%	66,7%	0,0%	50,0%	49,3%
	mais de 5 anos	Contagem	1	7	11	10	3	3	1	36
		% em Renda	5,6%	15,2%	24,4%	40,0%	33,3%	60,0%	50,0%	24,0%
Total		Contagem	18	46	45	25	9	5	2	150
		% em Renda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração a partir dos dados do SPSS (2020).

Quadro 8 - Associação entre renda e CRA dos egressos de Fisioterapia/UFPB

			Renda						Total	
			até 1 salário	1-2 salários	2-3 salários	3-5 salários	5-7 salários	7-10 salários		acima de 10 salários
CRA	1	Contagem	0	1	0	0	0	0	0	1
		% em Renda	0,0%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	,7%
	2	Contagem	2	8	6	4	1	0	0	21
		% em Renda	11,1%	17,4%	13,3%	16,0%	11,1%	0,0%	0,0%	14,0%
	3	Contagem	14	29	31	17	8	5	2	106
		% em Renda	77,8%	63,0%	68,9%	68,0%	88,9%	100,0%	100,0%	70,7%
	4	Contagem	2	4	6	2	0	0	0	14
		% em Renda	11,1%	8,7%	13,3%	8,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,3%
	5	Contagem	0	4	2	2	0	0	0	8
		% em Renda	0,0%	8,7%	4,4%	8,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,3%
Total		Contagem	18	46	45	25	9	5	2	150
		% em Renda	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração a partir dos dados do SPSS (2020).

De acordo com a análise, há associação significativa entre as variáveis renda e tempo de formação com o Valor-p= 0,005 corroborando com os achados de Câmara (2006) e Shiwa (2015). Como pode ser observado no Quadro 7, a maioria dos egressos com até 2 anos de formado recebe até 3 salários, não apresentando nenhum egresso com renda maior do que 10 salários. Aqueles que têm entre 3 e 5 anos de formado já apresentam um nível salarial melhor apresentando egressos que recebem entre 5 e 7 salários, com a presença de um egresso recebem mais de 1 salários. Esta relação continua com aqueles que possuem mais de 5 anos de formação, abrangendo egressos com rendimentos entre 7 e 10 salários e um com renda maior do que 10 salários. Assim, de acordo com os dados e análise estatística quanto maior o tempo de formado, maior será a renda recebida pelo egresso.

Entretanto, não foi observada nenhuma associação estatisticamente significativa entre a renda e o CRA ao final do curso corroborando com os achados de Crisóstomo (2009) e Ferreira e Abranches (2018). Os dados

retornaram um valor- $p=0,987$ demonstrando que nesta pesquisa um bom desempenho acadêmico não está associado com rendimentos mais elevados dos egressos, como demonstrado no Quadro 8.

Intencionando uma investigação mais profunda acerca da atuação profissional, os egressos foram questionados, através de perguntas abertas, sobre quais aspectos da formação acadêmica que facilitaram e dificultaram esta atuação. Como abordado a seguir:

6.4.1 Aspectos da formação acadêmica que facilitaram a atuação profissional

Após a análise de conteúdo das respostas dos egressos à primeira pergunta “Que aspectos de sua formação facilitaram sua atuação profissional?” foi possível estabelecer duas categorias, as quais foram nomeadas de I - “Vivência prática ao longo do curso” e II - “Participação em projetos”.

I - Categoria “Vivência prática ao longo do curso”:

Como apresentado no PPC de Fisioterapia (2005), existe a necessidade de tornar o currículo mais flexível e de proporcionar um estudo vinculando a teoria com a prática, consolidando-se através da extensão e da pesquisa, buscando uma formação com caráter generalista à luz do espírito científico e do pensamento reflexivo. Para tanto, o documento sinaliza a importância da prática fisioterapêutica desde o início do curso. Primeiramente, nos dois primeiros anos do curso, através de um estágio de observação nos locais vinculados ao curso onde há prática clínica. A partir do terceiro ano por meio de atividades práticas de intervenção direta sob supervisão dos professores. Estas atividades devem estar, preferencialmente, correlacionadas às linhas de pesquisa e extensão definidas para o curso.⁶

6 As linhas de pesquisa definidas como prioritárias são: 1) Cinesiologia e Biomecânica do movimento humano; 2) Recursos Cinesioterapêuticos Aplicados; 3) Avaliação Fisioterapêutica e/ou Propedêutica Cinética-funcional; e 4) Fisioterapia na Saúde Coletiva. A extensão universitária do Curso de Fisioterapia terá como áreas prioritárias: 1) Abordagens fisioterapêuticas na saúde da criança, da mulher e do idoso, 2) Abordagem fisioterapêutica nas disfunções de origem postural e/ou relacionadas ao trabalho 3) Abordagem fisioterapêutica na prática desportiva e nas disfunções do sistema osteomioarticular, 4) Fisioterapia na Saúde

Dentro do eixo de formação instrumental pré-profissional os componentes curriculares deverão abranger 70% de atividades teóricas, 20% de práticas e 10% de estágio de observação. No eixo de formação profissional os componentes terão um percentual teórico mínimo de 30% e 70% de prática, esta deverá oferecida na forma de estágio de iniciação e intervenção. Desta forma, o curso consegue oferecer uma vivência com a realidade prática profissional durante toda a formação. As respostas dos egressos evidenciam que essa proposta da formação acadêmica está se concretizando e que a vivência prática tem sido importante na atuação profissional, tais como observado nas seguintes respostas:

A prática oferecida nos campos de estágio. (E171)

Práticas desenvolvidas em estágio, formação acadêmica e autonomia adquirida (E72)

Principalmente a atuação prática durante a faculdade e a possibilidade de publicação. (E86)

Prática profissional. (E87)

Estágios, atividades práticas, vivências da atuação fisioterapêutica. (E90)

A partir das análises das respostas identificamos uma tendência bastante positiva relacionada às diversas possibilidades de estágios vivenciados durante o curso. As considerações dos egressos acerca da importância dos estágios para a atuação profissional confirma a avaliação positiva (80,3%) obtida pelo quesito “Estágios supervisionados” durante a avaliação dos aspectos estruturais do curso. Neste momento, consideram-se como estágios tanto as disciplinas de disfunções⁷ em que ocorre atendimento aos pacientes quanto aos estágios supervisionados propriamente ditos. Esta consideração foi feita porque em muitos momentos as disciplinas de disfunções são confundidas com o termo estágio, justamente pelo caráter prático ao qual elas são planejadas. Sendo assim, analisam-se as diferentes perspectivas acerca do caráter prático dos estágios. Um ponto bastante relatado na presente

Coletiva 5) Abordagens fisioterapêuticas nas disfunções do sistema cardiovascular e respiratório e, 6) Abordagens fisioterapêuticas nas disfunções do sistema neuromuscular.

7 Disciplinas teórico-práticas presentes no Eixo 4: Formação Profissional.

questão foi com relação à quantidade de campos de atuação nos diferentes níveis de atenção a saúde, como observado a seguir:

Os estágios obrigatórios facilitaram e nos deram um pouco de experiência nas diversas áreas da fisioterapia. (E84)

Acho muito importante a quantidade de estágios que a universidade oferece, para todos os alunos, pois existem muitos cursos que o aluno precisa procurar o estágio por fora. Assim, no nosso curso, todos saem com uma experiência de atendimento muito boa. (E105)

Fazer estágios em diversos campos e níveis de atenção para conhecer várias realidades de atuação. (E48)

Um leque relativamente grande quanto aos campos de disciplinas aplicadas e de estágios que atuamos dentro da grade curricular. Consegui justamente ter experiência, mesmo que por pouco tempo, em diversas áreas da fisioterapia e nos níveis de atenção à saúde. (E154)

No curso de Fisioterapia, as atividades de ensino são desenvolvidas em diversos estabelecimentos, como o HULW, Clínica Escola de Fisioterapia, Serviço de Fisioterapia Infantil do HULW, Escolas, Hospitais públicos e Centros de Saúde abrangendo uma grande quantidade de campos de atuação nos diferentes níveis de atenção. (UFPB, 2005). Para Casanova, Moraes e Ruiz-Moreno (2010), as atividades de inserção no cenário real da prática devem ser integradas a todas as disciplinas, atravessando o currículo ao longo de todos os seus ciclos, para que o aluno consiga, gradativamente, desenvolver suas competências e habilidades necessárias para a atuação clínica.

II – “Participação em projetos”:

A segunda categoria formulada a partir das falas dos egressos diz respeito à participação em projetos dentro das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O envolvimento dos alunos de Fisioterapia da UFPB com as atividades acadêmicas de monitoria, projetos de iniciação científica e projetos de extensão é intenso durante toda sua formação. A partir dos dados quantitativos da pesquisa foi possível observar que 99,43% dos alunos estão envolvidos em pelo menos uma destas atividades, apenas um egresso informou que não participou de nenhuma das atividades durante sua formação. O maior envolvimento dos alunos (96%) é com extensão

universitária, a monitoria vem na sequência com 66,7% e os projetos de iniciação científica com 65%. Estes dados mostram tanto a preocupação do aluno em ter uma formação participativa e de qualidade quanto o compromisso do curso e instituição com o tripé ensino, pesquisa e extensão.

A indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão é um dos princípios da universidade brasileira, e está fundamentada no artigo 207 da Constituição Federal: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Esse princípio se refere à garantia de qualidade na formação universitária. Como mostrado a seguir, os egressos enfatizam que a vivência dentro de projetos envolvendo essas atividades facilitou a atuação profissional:

A vivência da extensão para a prática na atenção básica, sendo um grande diferencial na minha atuação recém-formada. (E9)

O ensino, pesquisa e extensão. Este tripé possibilitou na prática profissional um olhar crítico e um raciocínio clínico bastante aguçado na atuação como profissional da fisioterapia. (E35)

Tive ainda boas oportunidades em pesquisa e extensão, além de entender melhor minha inserção na sociedade e o papel da educação a partir de uma universidade pública. (E38)

Boa carga horária prática e inserção na tríade ensino-pesquisa-extensão em todas áreas que me envolvi - extensão em saúde coletiva (a citar PEPASF/ PET SAUDE/ projeto sobre estratégias de acessibilidade ao SUS para pessoas com deficiência física), saúde da criança e do adolescente (aqueles com alterações posturais); pesquisa (em genitourinário, em que desenvolvi trabalho de conclusão de curso) e ensino (fui monitor em recursos manuais terapêuticos e fisioterapia aplicada a disfunções respiratórias). (E57)

Os projetos foram bastante importantes, pois me identificava cada vez mais com a área escolhida, devido às reuniões, questionamentos e discussões com os professores, monitoria também. (E81)

Vivências práticas da profissão como também a atuação em projetos de extensão, pesquisa e monitoria. (E88)

A participação dos alunos nos diversos projetos oferecidos pelo curso e instituição, especialmente a extensão, revelou-se um grande diferencial na formação como sendo de grande importância para a atuação no mercado de trabalho. A vivência em projetos de monitoria, iniciação científica e extensão, bem como nas diversas disciplinas práticas e estágios possibilitam uma prática profissional com um olhar crítico para diversos contextos sociais, os quais

fazem parte da vida profissional de muitos egressos. Assim, o curso procura oferecer uma formação integral e adequada ao estudante através de uma vivência prática presente ao longo do curso, articulando sempre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência como preconizado pelo PPC (2005) e pelas DCN/FISIO (2002).

6.4.2 Aspectos da formação que dificultaram a atuação profissional

Após a análise de conteúdo das respostas dos egressos à segunda pergunta “Que aspectos de sua formação dificultaram sua atuação profissional?” foi possível estabelecer 3 categorias de análise, a saber: I - Estratégias de ensino, II - Organização dos conteúdos curriculares e III – Gestão de negócios.

I – Categoria “Estratégias de ensino”

Após a análise das respostas dos egressos, sobre quais aspectos de sua formação dificultaram sua atuação profissional, foi possível identificar falas relacionadas à metodologia de ensino utilizada por alguns docentes. Como observado na avaliação dos aspectos estruturais do curso, a “Didática dos docentes” apresentou um percentual considerável (35%) no item “Regular”. Os discursos aqui proferidos pelos egressos podem responder a esta avaliação regular obtida pelo quesito. Merecem destaque as referências feitas sobre a estratégia de ensino, como sendo fundamental para o processo ensino-aprendizagem. A seguir temos algumas falas que mostram o reconhecimento dos egressos nesse sentido:

Metodologia arcaica de alguns professores. (E25)

Algumas disciplinas de avaliação cinético-funcional ainda possuem metodologias arcaicas que não promovem o diálogo entre docente/estudante, mas produzem e reproduzem o sistema hierárquico e depositário do conhecimento. (E31)

Falta de domínio e didática por parte de professores que não dominavam certa disciplina. (E44)

Didática de professores específicos, gerando uma maior dificuldade em determinadas áreas. (E136)

De acordo com as DCN em Fisioterapia (2002) o curso de graduação em Fisioterapia deve possuir um projeto pedagógico centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Alguns egressos também fazem referência ao termo Bancário, como sendo um tipo de metodologia de ensino:

Outro ponto que dificultou foi a forma dos professores ministrarem as aulas, adotando a pedagogia bancária. (E99)

Ainda ser o método de ensino da forma antiga, método bancário. (E107)

Uma educação com metodologia ou pedagogia “bancária” pressupõe uma relação vertical entre o educador e educando. Neste caso o educador é o sujeito que detêm o conhecimento, pensa e prescreve, enquanto o educando é aquele que recebe, passivamente, o conhecimento, é pensado e segue a prescrição. Este tipo de educação predispõe a formação de indivíduos acomodados e não questionadores (FREIRE, 1996). O PPC de Fisioterapia/UFPB reconhece a existência deste tipo de concepção de educação, no qual o aluno funciona como receptor e reproduzidor de conhecimentos e que apesar de todas as críticas feitas a ela, ainda tem predominado nos cursos da área de saúde. E para isto, propõe um PPC que seja:

... pautado na compreensão de que uma concepção de educação onde o aluno seja sujeito no processo de construção do conhecimento, possibilitando a abordagem do ser humano inserido num contexto sócio-político-econômico, cultural e científico, instigará a busca de respostas aos problemas sociais, ao mesmo tempo em que facilitará o entendimento destes problemas e sua relação com o adoecer e morrer humanos, suas relações sociais, afetivas e ecológicas. Pretende-se que este processo educativo auxilie o estudante de Fisioterapia a alargar sua compreensão da realidade e, conseqüentemente, as possibilidades de intervenção terapêutica (UFPB, 2005, p.4).

As falas dos egressos relatando uma metodologia de ensino tradicional adotada por alguns professores, vão de encontro ao processo de construção de pensamento preconizado pelo PPC de Fisioterapia o que prejudica o processo ensino-aprendizagem do aluno.

O discurso presente no PPC se volta para o estímulo à inclusão de metodologias que privilegiam a participação ativa do aluno na construção do conhecimento, a fim de promover um melhor aprendizado do estudante em coerência com a proposta de formação profissional objetivada nas DCN/FISIO.

Entretanto, percebe-se que, embora o PPC considere a utilização de metodologia que privilegie este tipo de construção do conhecimento, não há indicação de como esse papel ativo será efetivamente realizado no curso. Ou seja, não há indicação de como este ator social será incluído na formulação de suas práticas formativas.

Para que seja realizada uma mudança real na metodologia do ensino na educação superior, no sentido de buscar o formato de ensino pretendido, não basta apenas sua indicação no PPC. É necessário que exista uma profunda transformação de pensamento e reorganização metodológica de todos os envolvidos neste processo.

II – Categoria “Organização dos conteúdos curriculares”

Após a leitura e análise das respostas dos egressos também foi possível observar que um dos aspectos da formação acadêmica que dificultou a atuação profissional está relacionado à organização de alguns conteúdos curriculares. Esta organização diz respeito a uma reduzida vivência e experiência em algumas áreas e a falta de determinadas áreas do conhecimento na estrutura curricular.

Primeiramente, observam-se algumas falas dos egressos com relação à reduzida experiência e vivência em algumas áreas que são contempladas no currículo:

Disciplinas como Administração em Fisioterapia, Anatomia II, RTM e Cinesioterapia não foram muito bem exploradas; vimos poucos conteúdos, tivemos poucas práticas, dentre outras situações. (E8)

A falta de práticas nas áreas de Desportiva e Dermatofuncional em estágios obrigatórios, pois só tem práticas em projetos de extensão/pesquisa e nem todo mundo consegue acesso. (E84)

Percebo déficit na formação em algumas áreas, principalmente nas disciplinas básicas do curso como Cinesioterapia, RTM. Porém corri atrás do prejuízo para não prejudicar minha carreira, desde a academia, até hoje, a carreira profissional. (E119)

A maior dificuldade foi a falta de ênfase suficiente na área de atuação com pacientes críticos, na UTI, pois o suporte maior foi dado no último ano/último estágio do curso. (E137)

Algumas disciplinas base, que são fundamentais para a atuação profissional, foram dadas de forma insatisfatória. (E133)

Pouca vivência/estudo na área de UTI. (E124)

Estes achados estão em concordância com as propostas feitas anteriormente pelos egressos para melhorar o processo ensino-aprendizagem do curso, no que diz respeito à atualização de conteúdos já existentes na estrutura curricular.

Após análise das respostas dos egressos foi possível identificar um padrão indicando os componentes curriculares que eles julgam terem tido uma menor vivência e experiência. Nos Conteúdos Básicos houve maior ocorrência para aquelas disciplinas do Eixo pré-profissionalizante, como Cinesioterapia e RTM, e do Eixo profissionalizante, como Fisioterapia Cardiovascular e Respiratória, bem como da área de Terapia Intensiva. Nos Conteúdos Complementares houve maior concentração no Conteúdo Optativo, com as disciplinas de Fisioterapia Desportiva e Fisioterapia Dermatofuncional.

Em alguns momentos é relatada a falta de uma disciplina específica para UTI e de disciplinas práticas e estágios obrigatórios na área de Desportiva e Dermatofuncional. Isto mostra a importância dessas disciplinas na atuação profissional dos egressos e remete a relevância de disciplinas optativas serem incluídas nos componentes curriculares de Conteúdos Básicos. Vejamos alguns relatos sobre este aspecto:

... por exemplo, na área que mais gosto, que foi UTI, acredito que precisaríamos de uma cadeira só para UTI, este universo é muito rico para ser apenas visto em um mês. (E81)

... ausência de uma disciplina voltada para assistência em UTI. (E83)

Falta de estágio em dermato e de uma cadeira obrigatória que tivesse uma carga horária boa. (E165)

A disciplina de fisioterapia desportiva não foi disponibilizada durante minha graduação. (E171)

Falta de disciplina prática e estágio em dermatofuncional e falta de disciplina teórica e prática em desportiva. (E2)

Em outros momentos os egressos falam da necessidade de introdução de novos conteúdos curriculares com relação à introdução de novas disciplinas, técnicas e métodos de reabilitação, como podemos observar a seguir:

Atualização da grade para novas áreas como pilates, dermatofuncional, osteopatia, terapias manuais modernas. (E130)

A falta de disciplinas que nos capacite a atuar em áreas que hoje estão crescendo no mercado de trabalho, como por exemplo, cuidados paliativos, urgência e emergência, nefrologia, oncologia, desportiva... (E154)

Falta de atualização de alguns docentes sobre novas técnicas e métodos de reabilitação. (E12)

A falta de algumas áreas de atuação da Fisioterapia e atualização na estrutura curricular, como destacado acima, podem responder à baixa avaliação positiva auferida pela competência “Capacidade de intervir nas diversas áreas da atuação profissional do fisioterapeuta” analisada anteriormente nesta pesquisa durante a avaliação dos aspectos pedagógicos do curso. Ademais, observa-se a necessidade de se ter algumas áreas no currículo visto que algumas delas foram indicadas pelos egressos como as principais áreas de atuação, tais como Terapia manual, Pilates e Desportiva. Este fato pode indicar o alto percentual de egressos (68,8%) que fizeram cursos de aprimoramento profissional, como indicado no tópico da trajetória formativa dos egressos.

A fisioterapia vem avançando no campo do conhecimento e nas áreas em que pode atuar profissionalmente. O fisioterapeuta a ser formado deverá ser dotado de capacidade para atuar com competência e senso crítico nas diversas áreas e nos diversos níveis de atenção a saúde. (COPETTI, 2004). De acordo com as DCN de Fisioterapia (2002), os conteúdos essenciais para os cursos de Fisioterapia devem estar relacionados com o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade e estar integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidado em Fisioterapia. Deste modo, os currículos dos cursos devem estar sempre em atualização, relacionando os conteúdos curriculares à realidade profissional e epidemiológica da época.

Bispo Jr (2009) acrescenta que a formação profissional do fisioterapeuta deve aproximar-se do paradigma da promoção da saúde e do campo da saúde coletiva, ampliando as possibilidades de sua atuação, inclinadas, principalmente, para os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença.

Como foi apresentado, o próprio COFFITO reconhece algumas especialidades em Fisioterapia, destacando a importância da atuação do Fisioterapeuta nas mais diversas áreas. A falta de algumas dessas especialidades na grade curricular do curso, tais como osteopatia, oncologia e desportiva, foi considerada pelos egressos como pontos frágeis na atuação profissional. É válido informar que, apesar de estar na grade curricular, a disciplina de Desportiva não é mais ofertada pela Coordenação do curso, portanto os egressos de nossa amostra podem ter cursado ou não esta disciplina.

O PPC do curso (2005) previa que o projeto seria acompanhado e avaliado pelo colegiado do curso periodicamente, entretanto, de acordo com relatos de uma Professora efetiva e ex-coordenadora do curso, não há documentos que comprovem que estas avaliações foram realizadas. Uma avaliação deste porte é necessária para averiguar como o PPC esta sendo colocado em prática, tanto com relação à organização e distribuição das disciplinas, ao método de ensino utilizado, quanto à necessidade de atualizações nos componentes curriculares.

III – Categoria “Gestão de negócios”

Outra categoria que foi possível estabelecer, após a análise das respostas, expressa a compreensão que o egresso tem de uma estrutura curricular que permita o preparo do aluno para a gestão de negócios em Fisioterapia. Os discursos a seguir enfatizam alguns aspectos no que diz respeito à administração e gerenciamento das atividades fisioterapêuticas, revelando pontos que dificultaram sua atuação:

A parte de administração de carreira. (E23)

A falta de preparo para administração e mercado de trabalho. (E155)
Falta de conhecimento em administração e gestão de negócios. (E48)

Alguns egressos relatam a necessidade de um caráter mais empreendedor na formação acadêmica, inclusive com sugestões de novas disciplinas:

(...) déficit em preparação do aluno para o mercado (como construir carreira, captar e manter clientes, prestar entrevistas para contratação, empreendedorismo e oportunidades de inovação, negócios de escala, marketing ético, colaborações de parcerias) (E57)

Falta de estímulo ao empreendedorismo (E77)

Falta de noções de empreendedorismo (E87)

Aspectos de empreendedorismo, como conduzir uma clínica? Apenas a teoria não é suficiente para suprir as demandas da prática profissional. (E88)

A falta de formação mais voltada para o mercado de trabalho, exemplo: aspectos burocráticos de atuar como autônomo ou como empregado, ou como empreender na área da fisioterapia. (E104)

Poderia ter disciplinas voltadas para o mercado de trabalho melhor elaboradas. Como Gestão, marketing, empreendedorismo, etc. (E134)

Falta de preparo para o mercado de trabalho quanto ao empreendedorismo e valorização do trabalho. (E152)

Como visto anteriormente, uma das propostas dos egressos para melhorar o processo ensino-aprendizagem foi a questão da preparação para a gestão de negócios, o que sugere a necessidade de atualização curricular neste aspecto.

De acordo com o artigo 4º das DCN/FISIO, uma das competências e habilidades gerais requeridas pelo Fisioterapeuta no seu exercício profissional é a:

Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde (CNE, 2002, p.1)

Seguindo as orientações das DCN, o PPC de fisioterapia informa que:

O curso tem o propósito, ainda, de formar um profissional dotado de capacidade de comunicação e liderança junto à equipe multiprofissional, **com competências de administração e gerenciamento de serviços de saúde** (UFPB, 2005, p. 9, grifo nosso).

O curso possui em sua grade curricular a disciplina de Administração em Fisioterapia, como componente do conteúdo complementar obrigatório. De acordo com sua ementa, a disciplina visa o “estudo dos princípios administrativos utilizados pela Fisioterapia e das relações interpessoais entre a equipe de saúde, terapeutas e clientela”.

As DCN/FISIO e o próprio PPC se preocupam com a questão administrativa e de gerenciamento das atividades e serviços da Fisioterapia, entretanto os egressos apontam uma fragilidade em sua formação nesta temática. Esta dificuldade com relação à falta de preparação em gestão de negócios em Fisioterapia pode estar relacionada com o tipo de vínculo empregatício dos egressos, uma vez que 30% atuam como autônomo e 21,3% trabalham em empresas privadas, mas não têm a carteira assinada. Nesta perspectiva, os egressos sentem uma maior necessidade de conhecimento na área de gestão como forma de se posicionar melhor no mercado de trabalho.

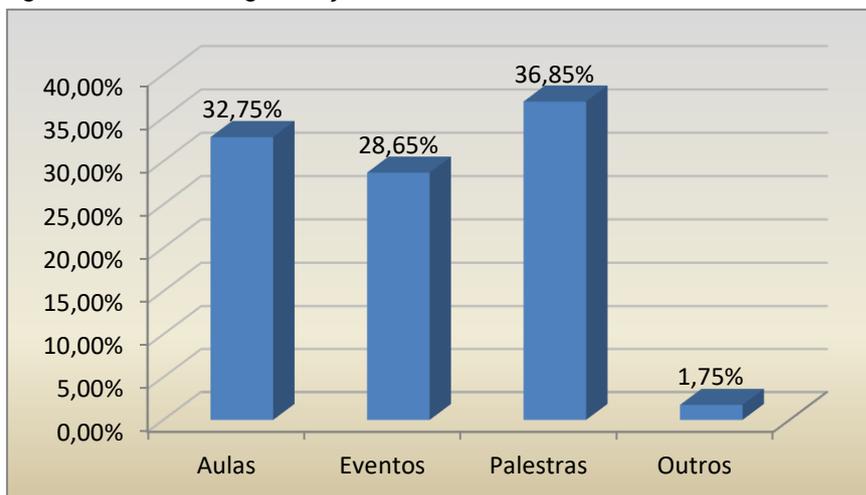
6.5 AVALIAÇÃO SOBRE O NÍVEL DE ENVOLVIMENTO COM A INSTITUIÇÃO E CURSO

O acompanhamento de egressos, presente na 9ª dimensão do SINAES, constitui-se numa das possibilidades de avaliação institucional e deve ser visto como ferramenta essencial para melhorar o desempenho do ensino superior, pois possibilita evidenciar a qualidade da formação recebida na instituição formadora. Entretanto, um dos problemas mais frequentes em pesquisas com egressos diz respeito à dificuldade para contatar estes sujeitos após a conclusão dos estudos, pois a maioria acaba perdendo o vínculo com a instituição (BRANDALISE, 2012; PAUL, 2015; LIMA, ANDRIOLA, 2018).

Neste sentido foi proposto avaliar o nível de envolvimento dos egressos de Fisioterapia/UFPB com a instituição e curso. Inicialmente, questionou-se se durante a graduação a UFPB ou o curso promoveram algum tipo de contato

com os egressos de Fisioterapia da instituição, pois considera-se relevante a integração e comunicação entre instituição formadora e ex-alunos para que possa existir um sistema de acompanhamento efetivo. A pesquisa evidenciou que um pouco mais da metade dos respondentes (54,24%) teve algum tipo de envolvimento com os egressos de Fisioterapia/UFPB durante a graduação. O gráfico 6 apresenta o tipo de contato que eles tiveram com os egressos durante a graduação. É importante destacar que, nessa questão, os egressos poderiam selecionar quantos itens desejassem dentre as opções dadas no instrumento de coleta.

Gráfico 6 - Distribuição percentual quanto ao tipo de contato com os egressos durante a graduação.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2020).

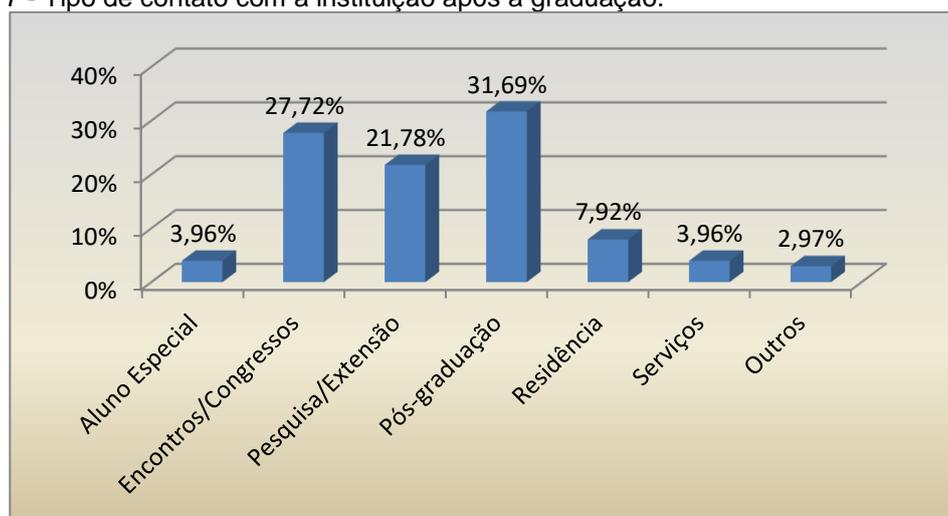
Esta avaliação mostra que o contato mais frequente foi através de palestras (37%), seguidos de participação em sala de aula (33%), eventos (29%) e outros tipos de contato apenas (2%).

De acordo com os dados da pesquisa, 98% dos respondentes consideram importante a integração com os egressos de Fisioterapia ao longo da formação acadêmica. O que demonstra o interesse deles, ainda como aluno, no envolvimento com os egressos do próprio curso criando uma via de articulação entre o espaço formativo e o espaço profissional. Este relacionamento corrobora com os achados de Michelan *et al* (2009) ao enfatizar a necessidade do desenvolvimento de relações estratégicas de

relacionamento na busca de maximizar os resultados das práticas de acompanhamento de egressos.

Investigando melhor este tipo de relacionamento foi solicitado que respondessem qual o tipo de contato que eles tiveram com a Instituição UFPB após sua formação no curso de Fisioterapia. Apesar de a maioria dos respondentes afirmar que teve contato com os egressos da UFPB durante a graduação, o contrário não ocorre quando eles assumem condição de ex-aluno. Observa-se que estando na condição de egresso, um pouco mais da metade (58,2%) não apresentou nenhum tipo de envolvimento com a Instituição. Conseqüentemente, 41,8% dos egressos afirmaram ter tido algum tipo de contato. Para estes foi solicitado que assinalassem o meio por qual este relação foi efetivada. Neste quesito, os egressos poderiam selecionar quantos itens desejassem dentre as opções dadas, como mostra o gráfico 7 a seguir:

Gráfico 7 - Tipo de contato com a instituição após a graduação.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2020).

A partir dos dados pode-se observar que a maior incidência nas respostas foi no item Pós-graduação (31,69%), seguido de Encontros e congressos (27,72%) e 21,78% das respostas acerca da participação em projetos de pesquisa e extensão. Um percentual razoável das respostas (7,92%) destinou-se aos programas de residência universitária existente na instituição. Isto mostra que egressos buscam a instituição formadora como centro de conhecimento capaz de proporcionar uma melhor qualificação e atualização profissional, seja através da continuidade dos estudos a nível

stricto sensu e lato sensu, participando de atividades relacionadas à pesquisa ou envolvendo-se em eventos científicos na instituição. Corroborando com a missão de geração e difusão do conhecimento contida no PDI (2019-2023) da UFPB.

Para entender melhor essa integração entre instituição e egressos foi realizado o seguinte questionamento: Na sua opinião, em que a UFPB pode contribuir na continuidade de sua formação na condição de egresso?

A partir da análise de conteúdo das respostas foi possível estabelecer duas categorias: I - Atualização e aprimoramento profissional e II – Oportunidade para troca de experiências entre os egressos e os acadêmicos. De acordo com os egressos, a primeira categoria pode ser realizada através da disponibilização de programas de mestrado, doutorado, residências e cursos de especialização, incentivo à participação de projetos, bem como a organização de eventos e congressos na área de Fisioterapia. A segunda categoria pode ser efetivada tanto através de palestras, participações em aulas, quanto em encontros de egressos. Vejamos alguns exemplos a seguir:

Realizar encontros de egressos para dialogar com os acadêmicos sobre o que se enfrenta depois da graduação. (E1)

Integração ensino-serviço, participação em eventos e atividades teóricas de disciplinas, trazendo a vivência prática de egresso. (E9)

Oferecer cursos, workshops de atualização; encontros científicos; abrir um programa de doutorado. (E25)

Abrir novos cursos de pós-graduação lato sensu (especialização). (E26)

Com convites para palestras e minicursos. (E27)

A UFPB pode continuar contribuindo para minha formação promovendo eventos, cursos, oficinas, abrindo espaços para a de revisão conteúdos e para a realização de debates entre vários profissionais. (E31)

Atualização profissional, troca de conhecimento e de experiência profissional, tanto com os professores como com os alunos. (E48)

Favorecer a inserção de egressos em pesquisa e extensão, dar continuidade divulgação de eventos pertinentes a fisioterapia, elaborar e executar eventos onde os egressos e estudantes possam trocar experiências. (E51)

Evento anual de networking com empresas interessadas que exponham suas demandas e tenha contato com profissional; eventos científicos que integrem acadêmicos e egressos - talvez palestras

conduzidas por egressos, rodas de conversa com acadêmicos; um banco de dados que divulguem cursos para novas habilidades profissionais e até oportunidades de trabalho (empresas, concursos em áreas de gestão ou assistencialista etc.) (E57)

Dando a oportunidade de voltarmos para mostrar o quanto a profissão pode crescer. (E67)

*Promoção de curso de qualificação profissional e encontros de egressos
Oferecendo mais oportunidades de vínculos de estudo (cursos de aprimoramento, especialização, treinamento) e participação dos egressos, com sua experiência, na formação dos atuais discentes da instituição. (E78)*

Fornecer incentivos educacionais e atualizações de acordo com o feedback dos egressos. (E112)

Eventos e convites de ex-alunos para expor a prática clínica e auxiliar aos alunos que tem dúvidas na área que vai seguir. (E123)

As respostas mostram a preocupação que os egressos têm com a busca do aprimoramento e qualificação profissional tendo a UFPB como grande mediador de oportunidades. Abrir espaços que promovam o retorno do egresso à instituição, seja abrindo programas de pós-graduações *lato sensu*, *stricto sensu* ou promovendo encontros científicos na área é considerado por eles de grande importância para sua formação enquanto fisioterapeutas. Igualmente, os egressos consideram relevante a troca de experiência entre eles e os acadêmicos. A troca de conhecimento e de experiência profissional podem abrir espaços para grandes debates acerca da prática clínica e da atividade fisioterapêutica no mercado de trabalho, além de apresentar os novos rumos e diversas possibilidades da atuação profissional.

Corroborando com os achados da nossa pesquisa, Michelan *et al* (2009) acredita na existência de possibilidades que vão além do acompanhamento do egresso, alcançando o nível de interação e relacionamento com o egresso da IES sob a perspectiva de vínculo institucional, retorno e marketing institucional. Este ponto de vista também é relatado na proposta de acompanhamento de egressos da UFPB no PDI anterior (2014 – 2018) a qual mencionava a manutenção constante dos registros atualizados dos egressos e, sempre que possível, a manutenção do vínculo com a instituição através da participação em grupos de pesquisa da instituição. Ademais, sugeria a possibilidade de permitir a concessão de uma condecoração ou uma premiação para aqueles egressos

que se destacaram profissionalmente tornando visível à sociedade a excelência da educação concedida pela instituição. Entretanto, no atual PDI (2019-2023) não há mais propostas nesta perspectiva, considerando o acompanhamento dos egressos apenas com relação à inserção no mercado de trabalho e à variação salarial.

6.6 PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA INTEGRAÇÃO E AVALIAÇÃO CONTÍNUA DOS EGRESSOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA/UFPB.

Para a construção de diretrizes com a finalidade de integração e avaliação contínua dos egressos é preciso considerar alguns aspectos importantes. Inicialmente que a educação superior deve ser avaliada constantemente através de políticas que possam subsidiar, por exemplo, as análises e reformulações curriculares, de acordo com a realidade social, econômica e cultural, a fim de garantir ao profissional um perfil que atenda às rápidas transformações do mundo do trabalho.

Além disso, o acompanhamento de egressos é uma preocupação observada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, e integra a sua 9ª dimensão, a Política de Atendimento aos Estudantes. Essa preocupação com o egresso da graduação também aparece no PDI (2019-2023) da UFPB em que os egressos da instituição são acompanhados no tocante à inserção ocupacional no mercado de trabalho e à variação salarial. Entretanto, não existe, até o momento, uma proposta que possibilite a integração IES e egresso ou estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida que possa subsidiar ações de melhorias do ensino relacionadas às demandas da sociedade e do mercado de trabalho, como prevê o instrumento de avaliação externa do SINAES.

Esta proposta foi organizada a partir das respostas dos egressos de Fisioterapia/UFPB nesta pesquisa, como também apoiada em diversos estudos presentes na literatura que realizaram pesquisas evidenciando o acompanhamento dos egressos (LOUSADA; MARTINS, 2005; ANDRIOLA, 2006; MEIRA, KURGANT, 2009; MICHELAN ET AL, 2009; BRANDALISE,

2012; LIMA; ANDRIOLA, 2018; PEREIRA, 2018). A opinião dos egressos a partir deste acompanhamento sendo utilizada como um efetivo indicador para avaliação institucional, avaliação de cursos, capaz de promover o reconhecimento das potencialidades e fragilidades da formação recebida, bem como conhecer a trajetória profissional e a continuidade da qualificação após a conclusão do curso. Evidenciando, desta forma, a relevância do acompanhamento de egressos como mecanismo pedagógico para atualização e adequação dos cursos de graduação às novas demandas profissionais e das tendências do mercado.

As diretrizes propostas nesta pesquisa têm como objetivos:

- Possibilitar a pesquisa e análise do perfil profissional;
- Criar um cadastro atualizado dos egressos de Fisioterapia/UFPB;
- Constituir banco de dados relativos à inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- Reunir informações sobre a formação oferecida pelo curso;
- Promover ações que envolvam os egressos com o curso e com os alunos em formação.

Para que o curso de Fisioterapia seja capaz de realizar uma interação e avaliação contínua dos egressos são sugeridas algumas ações:

- Participação ativa da coordenação do curso e NDE;
- Criação vínculo mais efetivo entre egresso e curso;
- Implementação de uma cultura de avaliação;
- Organização de um encontro de egressos do curso de Fisioterapia da UFPB;
- Criação de canal de comunicação;
- Oferecer serviços e benefícios aos egressos;
- Criação de um perfil em rede social.

A interação curso e egresso é considerada um fator importante para que o curso consiga acompanhar o seu egresso dentro do mercado de trabalho, com a intenção de obter elementos para avaliar periodicamente o ensino. Através desta interação, o curso e a IES poderão reunir informações acerca do

perfil, situação ocupacional e desempenho profissional dos seus egressos, identificar os aspectos limitadores do acesso ao mercado de trabalho, verificar o grau de compatibilidade entre a formação e as demandas do mercado, além de obter um *feedback* necessário para o modelo pedagógico adotado, análises do currículo, tendências do mercado, métodos e técnicas fisioterapêuticas atuais, etc, facultando ao curso o atendimento das necessidades da sociedade.

Desta forma, sugere-se que esta proposta seja conduzida pela coordenação do curso com participação ativa do NDE, haja vista o papel de destaque deste núcleo no processo de consolidação do projeto pedagógico dos cursos de graduação. A gestão da informação colhida durante todo o processo também deverá ser realizada pelos dois atores.

Esta proposta de diretrizes para a integração e avaliação contínua dos egressos de Fisioterapia/UEPB baseia-se na necessidade de se criar um vínculo do egresso, ainda como aluno, com o curso e instituição através de uma cultura de avaliação. Uma das maiores dificuldades em estudos com egressos relatadas na literatura diz respeito à falta de localização ou contato atualizado dos egressos, pois após a conclusão dos estudos grande parte perde o vínculo com a instituição ou se distanciam do centro de formação em busca de oportunidades de emprego nas mais diversas localidades. Através de um maior envolvimento dos alunos na graduação com o processo de acompanhamento de egressos é possível constituir vínculos mais efetivos entre instituição e ex-alunos.

A proposta de integração e avaliação deve valorizar a importância do desenvolvimento do vínculo entre curso e egresso. Esta conscientização pode ser realizada através de discussões com os alunos da graduação acerca do papel da avaliação institucional e do acompanhamento dos egressos na qualidade do curso. Outra estratégia para fortalecer a cultura de avaliação e potencializar o vínculo é trazer o egresso do curso para o convívio com os alunos. Aquele egresso que se sente grato pela instituição tem uma possibilidade maior de contribuir com o curso após sua formação. Desta forma, como destacado pelos próprios egressos nesta pesquisa, os ex-alunos podem

ser convidados para encontros acadêmicos, workshops, rodas de conversa, participação em sala de aula.

A partir do resultado desta pesquisa sugere-se a organização de um encontro de egressos do curso de Fisioterapia da UFPB com a finalidade de promover integração entre egressos, alunos e o curso, destacar a carreira profissional dos ex-alunos e disseminar o conhecimento adquirido pelos egressos que atuam nas diversas áreas e segmentos da saúde. O público-alvo seriam os fisioterapeutas que se graduaram na UFPB e alunos ainda em formação acadêmica. Este encontro promoveria uma discussão de temas atuais do mercado de trabalho por meio de palestras, oficinas e outras atividades. Uma boa ocasião para incentivar alunos no início do curso e para a busca de novas experiências no mercado. Os alunos em formação teriam a oportunidade de conhecer a experiência e atuação profissional dos egressos, suas dificuldades, desafios e sucesso, além do surgimento de novas ideias, parcerias e oportunidades. E os egressos teriam a oportunidade relatar as suas experiências profissionais e pessoais, ressaltando a importância da graduação em suas vidas, assim como as perspectivas que os acadêmicos podem ter sobre o mercado de trabalho.

Para que ocorra uma integração entre egresso e o curso que permita uma avaliação contínua é necessário que exista um canal de comunicação. Sugere-se a reestruturação do site da coordenação com a inclusão de uma área exclusiva para os egressos que contenha informações atrativas e interessantes. A página deve informar que tem o objetivo de manter um vínculo do curso com seus egressos e acompanhá-los na sua vida profissional no mercado de trabalho para conhecer seus sucessos e dificuldades. Além de reforçar que este acompanhamento tem como intuito o direcionamento da formação acadêmica às necessidades do profissional fisioterapeuta, a partir da troca continuada de informações.

Com o intuito de evoluir neste tipo de interação e despertar a vontade de participar voluntariamente das pesquisas, o curso deve oferecer alguns serviços e benefícios aos egressos. Considerando que este relacionamento é uma via de mão dupla poderão ser oferecidas informações de contato e links de notícias do curso e Universidade, depoimentos e espaço para destaques,

galeria de fotos e vídeos, perguntas e respostas sobre dúvidas frequentes (FAQ) dos egressos e acesso às informações dos egressos do curso.

A coordenação também poderá promover a divulgação de cursos, seleções de programas de pós-graduações, oportunidades de emprego e eventos ligados à Fisioterapia, sempre com o objetivo de deixar os egressos informados das atividades realizadas pelo curso e instituição.

Outra forma de despertar o interesse dos egressos em se cadastrar voluntariamente e participar das pesquisas é disponibilizar a participação em núcleos e laboratórios de pesquisas para orientar e subsidiar os ex-alunos que queiram produzir conhecimento e se preparar para a pós-graduação. Ademais, o curso poderá disponibilizar vagas para alunos especiais em algumas disciplinas da estrutura curricular e divulgá-las aos egressos, como forma de atualização e qualificação profissional. A PRG periodicamente lança editais de alunos especiais, para aqueles que desejam se matricular em disciplinas isoladas em cursos de graduação. Além destas ações, o curso poderá conceder uma condecoração para demonstrar o reconhecimento daqueles egressos que se destacaram em suas atividades fora da Universidade.

Na página exclusiva para os egressos deverá ocorrer o cadastramento do participante e disponibilizado o instrumento de pesquisa para a captação atualizada das informações. Propõe-se também a criação de um perfil em rede social considerando a dinâmica tecnológica de relacionamento e comunicação atual da sociedade.

A coordenação do curso deverá enviar email a todos os egressos com o objetivo de convidá-los a acessarem o site institucional e realizarem o seu cadastro e preencherem o questionário eletrônico. Uma forma de manter uma lista de contato dos egressos é solicitar a atualização dos dados cadastrais dos alunos no último semestre do curso. O convite também poderá ser realizado via rede social.

Com o intuito de fomentar novas iniciativas é interessante que exista uma ação conjunta da coordenação de Fisioterapia com a PRG e a ODG considerando que o cruzamento de informações destes atores seja importante para a avaliação institucional e do curso.

Esta integração e avaliação dos egressos não devem ser realizadas de forma isolada. Para que o curso possa conhecer o perfil do seu egresso e obter

as informações necessárias para avaliar sua estrutura pedagógica é necessário que seja um estudo de caráter longitudinal, através de uma avaliação sistemática e contínua. A estrutura curricular e modelo pedagógico precisam ser avaliados repetidamente durante um período prolongado, levando em consideração as mudanças ocorridas na sociedade e mercado de trabalho.

Sugere-se que o instrumento de pesquisa deva reunir questões acerca de 4 categorias de informação: I) Informações socioeconômicas (nome, endereço, estado civil, formas de contato e salário recebido); II) Trajetória formativa (desde a graduação até os estudos após a conclusão, através da educação continuada); III) Trajetória profissional (dados acerca da atuação profissional); e IV) Avaliação do curso (estrutura física e pedagógica). A coordenação deverá planejar qual a periodicidade com que irá realizar a pesquisa com os egressos.

Assim, uma proposta de integração e avaliação contínua deve ser pautada no desenvolvimento de ações que fortaleçam o vínculo com os egressos. Inicialmente, através da promoção de uma cultura de avaliação entre gestores, alunos e docentes e com a integração dos egressos no ambiente acadêmico. Esta interação feita inicialmente através de uma área exclusiva para os egressos em que são disponibilizados alguns serviços e benefícios.

Sugere-se um investimento neste tipo de canal de relacionamento no qual eles são convidados a participar fornecendo periodicamente informações que possam contribuir para melhorar a qualidade da formação ofertada, obtendo algumas vantagens que os façam permanecer vinculados ao curso e instituição.

A utilização de um sistema de acompanhamento que permita a integração e avaliação dos egressos é imprescindível para atender as diretrizes da avaliação institucional prevista no SINAES. Além de fornecer dados relevantes aos gestores para o estabelecimento de estratégias, reformulação de modelo pedagógico e currículos mais consistentes que respondam ao mundo do trabalho contribuindo para a prestação de serviços de fisioterapia com qualidade.

Por fim, destaca-se que as diretrizes aqui colocadas baseiam-se no estudo realizado com a perspectiva do egresso do curso de fisioterapia, analisando a percepção destes em relação à formação obtida ao longo do

curso e sua atuação profissional. Deste modo, tem como norte a interação com o egresso como meio de prover o curso de informações que possibilitem sua contínua evolução numa perspectiva da melhora da formação ofertada.

Entretanto, para uma construção sistêmica de como o curso deve avaliar-se para possíveis mudanças, sugere-se que o curso estruture formas de captação da percepção não só dos alunos e egressos, mas também como o seu corpo docente compreende esta formação e como os empregadores a avaliam. Ademais, deve seguir os elementos norteadores que pautam as DCNs, bem como as políticas de saúde tanto Nacionais, regionais e locais, para que a formação ofertada se atrele as reais necessidades e condições do local em que o curso se encontra.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou conhecer um pouco mais sobre a formação acadêmica do egresso de Fisioterapia da UFPB, a avaliação que fazem do curso e os aspectos da formação que facilitaram e dificultaram sua atuação profissional. Ademais, esta pesquisa visou contribuir para o atendimento à Lei do SINAES que, pela primeira vez, incorporou o egresso no processo de avaliação da educação superior, identificando-o como importante fonte de informações para a avaliação da qualidade dos cursos e instituições.

Para realizar a pesquisa, o seguinte objetivo geral foi formado: compreender como os egressos de Fisioterapia da UFPB avaliam a formação acadêmica recebida no curso. Para alcançar este objetivo foi necessário dedicar-se profundamente aos dados da pesquisa e se debruçar sobre a realidade dos egressos que trouxeram suas falas e inquietações presentes na atuação profissional. Desta forma, os resultados desta pesquisa contemplaram a caracterização do egresso e de sua atuação profissional, bem como opiniões e reflexões de cada um. O encontro da pesquisa quantitativa com qualitativa foi de grande valor para este estudo e possibilitou um bom entendimento dos objetivos colocados inicialmente.

O desmembramento do objetivo geral encadeou cinco objetivos específicos que retomados ajudam na compreensão das perspectivas da pesquisa. O primeiro “traçar o perfil socioeconômico dos egressos de Fisioterapia /UFPB”, no sentido de destacar dados sociais e econômicos dos egressos que possibilitem a caracterização deste grupo.

No que diz respeito ao perfil dos egressos, observa-se uma predominância do sexo feminino com 74%, e apenas 26% do sexo masculino, a maioria tem entre 23 a 28 anos e é solteiro. Com relação à residência atual, 80% dos entrevistados residem no Estado da Paraíba e destes, 81,82% moram na capital indicando uma forte permanência dos egressos de Fisioterapia próxima ao centro formador (UFPB). Quanto à renda mensal recebida verificou-se que a maioria dos egressos da UFPB, cerca de 57%, possui renda superior a R\$1.713,71, valor estabelecido pelo Sindicato dos empregados em estabelecimentos de serviço de saúde na Paraíba (SINDESEP) e o Sindicato

dos estabelecimentos de serviços em saúde do estado da Paraíba (SINDESS-PB).

O segundo objetivo elencado “Conhecer a trajetória formativa dos egressos de Fisioterapia/UFPB” buscou compreender os movimentos experienciados pelos egressos durante a graduação, quanto à participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão, bem como o percurso profissional após a formação, buscando perceber os caminhos percorridos pelos mesmos na formação como fisioterapeuta.

A universidade constitui-se em um espaço de construção do conhecimento tendo como eixo central a formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento social. Para tanto, lança mão dos três pilares balizadores da formação universitária, ensino, pesquisa e extensão, de forma que se tornem complementares e interdependentes. O envolvimento dos alunos nessas atividades proporciona um rico aprendizado e experiência profissional. O nível de interação e articulação entre esses três pilares diz muito sobre a qualidade e o sucesso dos profissionais formados pelas universidades.

Os dados apontados nesta pesquisa indicam uma maciça participação dos egressos de Fisioterapia da UFPB nestas atividades nas quais apenas um egresso não se envolveu em nenhuma delas. A extensão universitária foi a mais vivenciada, com 96% de participação. Importante destacar, também, que 73% deles se envolveram com no mínimo duas atividades mostrando o interesse dos alunos de Fisioterapia pela busca do conhecimento através de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com relação à trajetória formativa dos egressos após a graduação, tem-se que a busca pela atualização foi realizada, principalmente através de cursos de aprimoramento profissional e *Lato Sensu* (Especialização), além da participação de eventos científicos na área de Fisioterapia. Assim, tem-se que o egresso de Fisioterapia da UFPB é aquele tem grande participação nas atividades de ensino, pesquisa e principalmente de extensão oferecidas pelo curso e instituição e que busca sua qualificação e atualização profissional através de cursos de aprimoramento e especialização e da participação em eventos científicos em Fisioterapia.

Outro aspecto importante para compreender como os egressos de Fisioterapia da UFPB avaliam a formação acadêmica recebida no curso foi “Entender como os egressos avaliam os aspectos estruturais e pedagógicos do

curso”, caracterizando o terceiro objetivo específico. Em relação aos aspectos estruturais, os resultados da pesquisa indicam uma avaliação positiva, destacando-se, nesse caso, a qualificação dos docentes, os estágios supervisionados e o apoio da coordenação e departamento. Entretanto, alguns aspectos precisam de uma maior atenção, tais como a estrutura física, instalações, laboratórios e materiais e equipamentos. No tocante aos aspectos pedagógicos avaliados de acordo com o PPC, os resultados da pesquisa denotam uma avaliação bastante satisfatória. Destaca-se a capacidade de “Exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social” como o ponto mais relevante da formação, seguido da capacidade de “Elaborar criticamente o diagnóstico cinético funcional e a intervenção fisioterapêutica” e “Atuar na promoção, prevenção e recuperação da saúde nos diversos níveis de atenção à saúde”. É importante apontar que a “Capacidade de intervir nas diversas áreas da atuação profissional do fisioterapeuta”, foi o item que obteve a menor avaliação positiva pelos egressos e a maior avaliação negativa.

A pesquisa abriu espaço para a discussão acerca das mudanças no curso que os egressos consideram relevantes para aprimoramento do processo ensino-aprendizagem baseadas na vivência atual de cada uma. As propostas apresentadas giraram em torno de uma reestruturação da grade curricular fundamentada na atualização nos conteúdos curriculares. Para os egressos alguns conteúdos precisam ser mais vivenciados durante a graduação, tais como dermatofuncional, desportiva, recursos em terapia manual, terapia intensiva e gestão de negócios.

Com as informações recebidas, foi possível colher dados acerca da inserção, área e local de atuação e tipo de contratação, além de conseguir a opinião dos egressos sobre os aspectos da formação que facilitaram e dificultaram a atuação profissional. Para tanto, respondeu-se ao quarto objetivo específico: “Caracterizar a atuação profissional dos egressos de Fisioterapia/UFPB”.

A partir dos resultados da pesquisa pode-se inferir que 85% dos egressos seguem como fisioterapeutas e que a satisfação com a atuação profissional é observada por 56%. Aqueles que não atuam na profissão não o fazem, principalmente por ter iniciado algum projeto de vida, tais como casamento, família ou negócios familiares, ou estão realizando se qualificando

em programas de Mestrado ou Doutorado. Os egressos da UFPB possuem uma boa inserção laboral visto que 75% conseguem se inserir no mercado de trabalho até 6 meses após a conclusão do curso. Contudo, observamos que esta inserção ocorre de maneira informal, pois a maioria dos egressos trabalha como autônomo, empregados sem carteira assinada ou por contrato temporário, indicando uma precariedade de vínculos de trabalho. Analisando as informações pertinentes à atuação profissional, verificamos que as áreas de Traumatologia, Terapia Manual, Pilates e Neurofuncional são as mais procuradas pelos egressos, tendo o atendimento em domicílio e clínicas os locais de trabalho mais frequentes.

Através da análise qualitativa foi possível conhecer os aspectos da formação acadêmica que mais facilitaram e dificultaram a atuação profissional dos egressos. Com relação aos aspectos facilitadores, temos a vivência prática ao longo do curso evidenciada, segundo os egressos, pela quantidade de disciplinas aplicadas e estágios durante a graduação e a participação em projetos ligados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estes aspectos possibilitam uma prática profissional com um olhar crítico em diversos cenários sociais, os quais fazem parte da vida profissional de muitos egressos.

No que diz respeito aos aspectos dificultadores têm-se as estratégias de ensino, a organização dos conteúdos curriculares e a gestão de negócios. Considerada pelos egressos como sendo fundamental para o processo ensino-aprendizagem, a estratégia de ensino por parte de alguns professores foram caracterizadas como arcaica ou do tipo bancária. Isto vai de encontro ao previsto no PPC o qual encoraja a inclusão de metodologias ativas para promover um melhor aprendizado do aluno de acordo com a proposta de formação profissional objetivada nas DCN/FISIO.

A organização dos conteúdos curriculares mencionada está relacionada a dois fatores: reduzida vivência e experiência em algumas áreas e a falta de atualização no currículo de determinadas áreas do conhecimento. Inicialmente foi observada uma reduzida vivência nas disciplinas de Cinesioterapia e RTM do eixo pré-profissionalizante e na disciplina de Fisioterapia Cardiovascular e Respiratória, bem como da área de Terapia Intensiva do Eixo profissionalizante. Além dessas, as disciplinas de Fisioterapia Desportiva e

Fisioterapia Dermatofuncional presentes nos conteúdos optativos, sendo sugeridas para integrar os conteúdos obrigatórios.

Quanto à atualização curricular os egressos relatam que a falta de algumas disciplinas, técnicas e métodos de reabilitação atuais dificultaram a atuação profissional. Podem ser citadas algumas áreas do conhecimento, tais como: pilates, osteopatia, oncologia, cuidados paliativos, entre outros. Esta observação pode justificar a avaliação mediana recebida pelo item “Capacidade de intervir nas diversas áreas da atuação profissional do fisioterapeuta” e faz recomendar a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre as áreas de atuação do fisioterapeuta presentes no mercado de trabalho.

Os discursos dos egressos também revelam alguns aspectos a respeito da administração e gerenciamento das atividades fisioterapêuticas, nomeada nesta pesquisa como gestão de negócios. Enfatizam que a falta de uma preparação em administração de carreira, marketing e empreendedorismo foi um dos aspectos que dificultou a atuação na profissão, haja vista o tipo de vínculo empregatício da maioria dos egressos.

O último objetivo específico “Propor diretrizes para a integração e avaliação contínua dos egressos do curso de Fisioterapia/UFPB” foi formulado a partir de princípios da avaliação da educação superior preconizados pelo SINAES sobre o acompanhamento de egressos e da importância que a interação do egresso é capaz de proporcionar o curso, através de informações que possibilitem sua contínua evolução com a finalidade de melhorar a formação ofertada.

Desta forma, foi avaliado o nível de envolvimento dos egressos com a instituição e curso. Os resultados mostraram que a maioria (54,24%) teve, enquanto aluno do curso, algum tipo de contato com os egressos de fisioterapia da instituição, principalmente através de palestras ou participação em sala de aula. E que este tipo de interação é considerado um aspecto importante na relação entre formação acadêmica e atuação profissional. Sobre este ponto, os egressos compreendem a importância da UFPB como instituição capaz de promover atualização e aprimoramento profissional, tanto a partir da disponibilização de cursos *lato e stricto sensu* e incentivo a participação de projetos quanto na organização de eventos na área de fisioterapia. Além de

considerarem importante a oportunidade de troca de experiências entre os egressos e os acadêmicos no ambiente universitário.

O reconhecimento pelo SINAES do acompanhamento de egressos como subsídio para a avaliação de cursos e IES, assim como, o entendimento dos egressos desta pesquisa sobre a importância da integração de ex-alunos com a universidade foram indispensáveis para propor diretrizes visando a integração e avaliação contínua dos egressos do curso de fisioterapia/UFPB. Recomenda-se que este acompanhamento seja realizado por meio de uma pesquisa de caráter longitudinal considerando as mudanças ocorridas na sociedade e mercado de trabalho o que pode levar a atualização do modelo pedagógico utilizado no curso.

Sugere-se a constituição de vínculo efetivo do egresso, ainda como aluno, com o curso e instituição através de uma cultura de avaliação. Esta sendo realizada mediante ações e estratégias promovidas pelo curso, tais como debates acerca da importância da avaliação institucional, do acompanhamento de egressos e trazendo ex-alunos ao convívio acadêmico. É necessário que exista um canal de comunicação, através de site institucional e rede social, entre o egresso e o curso para que possam ser disponibilizadas informações de interesse ao egresso bem como o instrumento de pesquisa para a avaliação periódica.

Assim, de acordo com esta pesquisa podemos concluir que o curso de Fisioterapia da UFPB apresenta uma boa avaliação da formação acadêmica, respondendo às DCN de Fisioterapia e ao PPC no que diz respeito ao modelo pedagógico utilizado. Destacam-se a qualificação dos docentes, os estágios supervisionados, a capacidade de exercer a profissão de forma articulada ao contexto social, vivência prática e participação de projetos ao longo do curso. Entretanto, é necessário observar alguns pontos que parecem dificultar a formação e atuação profissional, como a estrutura física e de materiais, a metodologia de ensino por parte de alguns docentes, a atualização de conteúdos curriculares de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade e aprimoramento em gestão de negócios. Para tanto, é preciso que ocorra uma flexibilização e dinamização de currículo de forma a garantir adequadamente adaptações às demandas do mercado de trabalho.

Finalmente, o estudo aqui realizado teve como propósito colocar em pauta o acompanhamento de egressos como importante instrumento para a avaliação institucional e cursos, sem a pretensão de indicá-lo como o melhor caminho a seguir, mas de incentivá-lo de modo a propiciar uma avaliação contínua da formação oferecida pelo curso de Fisioterapia da UFPB. Para um entendimento mais amplo sobre o modelo pedagógico adotado sugere-se uma investigação mais abrangente, para além do objetivo desta pesquisa. Propõe-se observar a visão dos docentes do curso, especialmente aqueles integrantes do NDE, e captar informações daqueles que empregam os fisioterapeutas formados pela instituição para que haja uma profunda reflexão sobre o realinhamento da estrutura curricular, bem como as especificidades para a formação do fisioterapeuta no contexto atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério Moreira. **As bodas de prata do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação Diagnóstica dos Egressos de 2003 e 2004 dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 11, n. 4, dez, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/952/949>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 54, p. 203-219, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n54/a13n54.pdf>>. . Acesso em: 12 jan. 2019

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. “Sinaes” contraditórios: considerações sobre a elaboração e a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 955-977, out. 2006.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: Análise dos Documentos do PARU, CNRES, GERES E PAIUB. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008

BISPO JUNIOR, José Patrício. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(Supl. 1): 1627-1636, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700074&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BISPO JUNIOR, José Patrício. Formação em fisioterapia no Brasil: reflexões sobre a expansão do ensino e os modelos de formação. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 3, p. 655-668, Set. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BORGES, Kamylla Pereira. **A formação do fisioterapeuta na perspectiva das diretrizes curriculares nacionais e das competências no âmbito da promoção da saúde**. 2016. 169f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/handle/10402/10402](#)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20591/1/2016_KamyllaPereiraBorges.pdf> Acesso em: 27 set. 2019.

BRANDALISE, M. A. T. **Avaliação dos cursos de graduação na perspectiva dos egressos**: um indicador de avaliação institucional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <www.ucs/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/download>. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. [Internet] Brasília, 2004. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. [Internet] Brasília, 2004b. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf> Acesso em: 15 out 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação. SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira. Brasília, 2003. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br>> Acesso em: 10 out 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília, 2004c. Disponível em:< http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf>. Acesso em: 10 out 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Comissão Nacional de Avaliação. Roteiro de Auto-avaliação Institucional: orientações gerais**. Brasília, 2004d. em:<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto-avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2>>. Acesso em: 10 out 2018. Disponível

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 40, de 12 de dezembro 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: n. 239, p. 39-40, seção 1, 13 dez. 2007

BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SINAES: **da concepção à regulamentação** /. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília : INEP, 2009. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 out 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica n 08 CGACGIES/DAES/INEP: **reformulação dos instrumentos de avaliação institucional externa do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SINAES: **Política Institucional de Integração e Avaliação do Egresso na melhoria da IES**/. vol. 3, Brasília : INEP, 2015. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 out 2018.

BRASIL. Lei nº10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em 22 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 300 de 30 de janeiro de 2006, aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Dou nº 22 – Seção I** – 31/01/2006, p. 5-7. Disponível em:<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=197099>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no 1.264, de 17 de outubro de 2008, aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. **Dou nº 203 – Seção 1**, 20 out. 2008, p. 22. Disponível em:<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=211137>>. Acesso em 19 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 92, DE 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica. **DOU nº 24**, 4 de fevereiro de 2014, Seção 1, Página 5. Disponível em:<<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1520/portaria-mec-n-92>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. ENADE 2016. **Relatório de desempenho de curso, Fisioterapia - Universidade Federal da Paraíba**. Disponível em:< <http://enadeies.inep.gov.br/enadeles/enadeResultado/>> Acesso em 29 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES: **novos instrumentos de avaliação externa: instrumento de avaliação institucional externa – presencial e a distância (IAIE); instrumento de avaliação de cursos de graduação – presencial e a distância (IACG)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES n. 1210**, de 7 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces1210_01.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Definição: fisioterapia. [201-?]. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=2344>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Áreas de atuação. [201-?b]. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=2341>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 1ª Região. **Quem somos:** a história. [201-?c]. Disponível em: <<http://www.crefito1.org.br/o-conselho/quem-somos/>>. Acesso em: 25 Set. 2019.

BUENO, Geisi Corrêa; NUNES, Mayco Moraes. **Análise da satisfação profissional dos Fisioterapeutas egressos pela UDESC de 2005 – 2010**. Florianópolis, 2011.

BUTTROS, Viviane Lorena. **O acompanhamento de egressos da educação superior como critério de avaliação institucional do SINAES: um estudo exploratório**. Dissertação. Programa de Mestrado em Educação. Universidade cidade de São Paulo, 2016. Disponível em: < <https://www.unicid.edu.br/wp-content/uploads/2016/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Viviane-Lorena-Buttros.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

CÂMARA, Ana Maria Chagas Sette. **A formação e a atuação do profissional Fisioterapeuta um estudo com egressos da UFMG (1982-2005)**. 2006. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/HJPB-55Y5FT>>. Acesso em 03 fev. 2019.

CASANOVA, Isis Alexandrina; MORAES, Ana Alcídia de Araújo; RUIZ-MORENO, Lidia. O ensino da promoção da saúde na graduação de fonoaudiologia na cidade de São Paulo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 219-234, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072010000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE. **Histórico**. Disponível:<<http://www.ccs.ufpb.br/dft/frameDeptoHist.html>>. Acesso em: 18 set. 2019.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE. **Aprovação do Programa de Pós-graduação em Fisioterapia da UFPB, nível mestrado (PPGFIS/UFPB)**. 2018. Disponível em:< <http://www.ccs.ufpb.br/cfisio/contents/noticias/aprovacao-do-programa-de-pos-graduacao-em-fisioterapia-da-ufpb>>. Acesso em 18 set.2019.

COELHO, Maria do Socorro da Costa; OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. Os egressos no processo de avaliação. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.8 n.2 agosto 2012. Disponível em:< <http://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/10855/0>>. Acesso em: 12 abr 2019.

COLENCI, Raquel; BERTI, Heloísa Wey. Formação profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de egressos de graduação em enfermagem. **Rev Esc Enferm USP**. 2012; 46(1): 158-66. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n1/v46n1a22.pdf>>. Acesso em 10 abr 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES**, 4 de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia. Brasília, 2002. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

COPETTI, Solange Maria Bertol. Fisioterapia: de sua origem aos dias atuais. **Revista In Pauta**. Pato Branco, v.2 julho/dezembro, 2004. Disponível em:< <file:///F:/Projeto%20de%20Pesquisa%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o/Textos%20-%20egressos/Egressos%20%20FISIOTERAPIA%20-%20Trajetoria%20Profissional/Copetti%20%20%20Fisioterapia%20de%20sua%20origem%20aos%20dias%20atuais.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

COSTA, Dayane Aparecida Silva *et al* . Diretrizes curriculares nacionais das profissões da Saúde 2001-2004: análise à luz das teorias de desenvolvimento curricular. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 22, n. 67, p. 1183-1195, Dec. 2018. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000401183&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 10 Ago. 2019.

CRISÓSTOMO, Júlia. **A correlação entre desempenho acadêmico versus desempenho profissional um estudo de caso em um curso de engenharia metalúrgica**. (2009) 53f. Trabalho de conclusão de curso. (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2009. Disponível em:< https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/429_111_Egresso_Submetido_S eget_2009.pdf>. Acesso em: 05 jan 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação**, Campinas, v.1, jul, 1996. Disponível em:< <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/722/pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas. 2010, vol.15, n.1, pp.195-224. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ESPARTEL, Lélis Balestrin. O uso da opinião dos egressos como ferramenta de avaliação de cursos: o caso de uma Instituição de Ensino Superior Catarinense. **Revista Alcance** – Eletrônica, v. 16, nº 01. ISSN 1983-716X, UNIVALI p. 102 – 114, jan/abr. 2009. Disponível em:< <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/1050/859> >. Acesso em: 02 jul. 2019.

FERREIRA, André; ABRANCHES, Caroline Salles. Desempenho acadêmico versus renda: análise comparativa realizada com egressos de um curso de administração. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 01-19, setembro 2018. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n3p01/37277>>. Acesso em 07 jan. 2020.

FIGUEIREDO, Juliana de Lima. **A formação acadêmica e a inserção profissional do egresso da faculdade de ciências da saúde do traíri (FACISA/UFRN)**. 2015. 140f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucionais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em:< <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20360>>. Acesso em: 7 out 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (FORGRAD). **Plano Nacional de Graduação**: um projeto em construção. XII Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, Ilhéus/BA, mai. 1999. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/png.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FRANCISCO, Anete Maria *et al.* Avaliação da formação de enfermeiros: o reflexo dos métodos de ensino-aprendizagem e pressupostos curriculares na prática profissional. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 479-502, July 2016. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000200479&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOUVEIA, Andréa Barbosa *et al.* Trajetória da Avaliação da Educação Superior no Brasil. **Estudos em avaliação educacional**. V.16, n. 31, jan-jun, 2005.

LEITÃO, Araújo. **Elementos de Fisioterapia** (medicina física). 2. Ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1967.

LIMA, Leonardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 104-125, mar. 2018. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/aval/v23n1/1982-5765-aval-23-01-00104.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

LOUSADA, ACZ; MARTINS, GA. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de ciências contábeis. **Rev. Cont. Finanç.** 2005; 16(37): 73–84. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v16n37/v16n37a06.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2019.

MACHADO, Antônio de Souza. **Acompanhamento de egressos**: caso CEFET-PR - unidade de Curitiba. [Dissertação] Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Programa de Pós-Graduação em Engenharia De Produção. 2001. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81600?show=full>>. Acesso em 18 mai. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARQUES, Marília Rossato. **Introdução à profissão**: Fisioterapia. [recurso eletrônico] Porto Alegre: SAGAH, 2017.

MEDEIROS, Maria da Guia Araújo de; GONÇALVES, Silma Ferreira. **Perfil dos profissionais egressos dos cursos de Fisioterapia do Distrito Federal**. 2009. 45f. Monografia. Curso de Fisioterapia no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. 2009. Disponível em:< <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/4452/3/Perfil%20dos%20Profissionais%20Egressos%20-%20Fisioterapia.pdf>>. Acesso em: 15 fev 2019.

MEIRA, Maria Dyrce Dias. **Avaliação da formação do enfermeiro**: percepção dos egressos de um curso de graduação em enfermagem. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:< <http://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7131/tde-13072007-100618/pt-br.php>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MEIRA, Maria Dyrce Dias; KURCGANT, Paulina. Avaliação da formação de enfermeiros segundo a percepção de egressos. **Acta Paul Enferm.** 2008; 21(4):556-61. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103100200800040004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 10 abr 2019.

MEIRA, Maria Dyrce Dias. **Avaliação de um curso de graduação em enfermagem por egressos, empregadores e docentes.** 2012. 163f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7140/tde-11102012-172554/pt-br.php>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MELO FILHO, Edilson; ALVES, Eduardo Carvalho. Trajetórias profissionais: por onde andam os egressos do PPGCI/UFPB. **PÁGINAS a&b.** S.3, 3 (2015) 196-210. Acesso em: 20 mai 2019. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/673>>.

MICHELAN, Luciano Sérgio *et al.* **Gestão de egressos em Instituições de Ensino Superior:** possibilidades e potencialidades. IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América Latina. Florianópolis, novembro de 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/36720/Gest%C3%A3o%20de%20egressos%20em%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior%20Possibilidades%20e%20potencialidades.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 jun. 2019

MIRANDA, C. S.; PAZELLO, E. T.; LIMA, C. B. Egressos como instrumento de avaliação institucional: uma análise da formação e empregabilidade dos egressos da FEA-RP/USP. **Revista GUAL,** v. 8, n. 1, p. 298-321, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n1p298/28706>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; DUARTE, Michelle Matilde Semigueem Lima Trombini; PEREIRA, Isabel Cristina Auler. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. **Avaliação,** Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 373-384, jul. 2017.

PAUL, Jean-Jacques. Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH,** Salvador, v. 28, n. 74, p. 309-326, Maio/Ago. 2015. Acesso em: 10 jun. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n74/0103-4979-ccrh-28-74-0309.pdf>>.

QUEIROZ, Camila Cardoso *et al.* **Perfil egresso de Fisioterapia e sua relação com o processo de formação e profissional.** Anais da semana universitária FACAPE & UPE, 2017. Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, Universidade de Pernambuco, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322399018_Perfil_Egresso_de_Fisiot>

erapia_e_sua_relacao_com_o_processo_de_formacao_e_profissional_-_Camila_Cardoso>. Acesso em: 18 jan. 2019.

RAPOSO, Jakelline Cipriano dos Santos *et al.* Perfil Profissiográfico dos Fisioterapeutas Atuantes na Região Metropolitana de Recife. **Race: Revista de Administração**, v. 1, ano 2018. Disponível em:<<https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/administracao/article/view/801/671>>. Acesso em 7 out. 2018.

RAYMUNDO, Camila Sotello *et al.* Perfil do Egresso de Fisioterapia entre 2001 e 2016 da Universidade Anhembi Morumbi (UAM). **Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia**, v. 4, n. 8, 2017. Disponível em:<<http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/cadernos-educacao-saude-fisioter/article/view/1473>>. Acesso em 18 jan. 2019.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales. SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 143-161, mar. 2015. Acesso em: 10 jun. 2019. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00143.pdf>>.

SANTOS, Waléria Vieira dos *et al.* Estudo do perfil e da satisfação profissional do egresso de Fisioterapia de uma Instituição Privada de ensino superior de 2003 a 2014. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas – MG** 2017, 1(2): 16-25. Disponível em:<<http://revista.fcmmg.br/ojs/index.php/ricm/article/download/18/17>>. Acesso em 20 jan. 2019.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SHIWA, Sílvia Regina. **Perfil do Fisioterapeuta do Estado de São Paulo**. 2015. 80f. Tese (Doutorado em Ciências da Reabilitação). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5170/tde-24112015-102529/pt-br.php>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SILVA, Danielle Chagas Pereira da; GRAZZIANO, Carlos Roberto; CARRASCOSA, Andréa Corrêa. Satisfação profissional e perfil de egressos em Fisioterapia. **ConScientiae Saúde**, 2018;17(1):65-71. Acesso em 22 mai 2019. Disponível em:<<https://pdfs.semanticscholar.org/684e/2be5cdad7c1d4e03d4f4ea528064d5b2c249.pdf>>.

SILVA, Vinício Oliveira da; SANTANA, Patrícia Maria Mattos Alves de. Conteúdos curriculares e o Sistema Único de Saúde (SUS): categorias analíticas, lacunas e desafios. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 19, n. 52, p. 121-132, Mar. 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000100121&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jan. 2020.

TEIXEIRA, Renato da Costa; MUNIZ, José Wagner Cavalcante; NAZARÉ, Daniela Lobato. O currículo para a formação do fisioterapeuta e sua construção histórica. **Cad. Edu Saúde e Fis.** 2017/1, v. 4, n. 7. Disponível em:< <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/cadernos-educacao-saude-fisioter/article/view/764>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

THOMAS, Débora Regina; SOARES, Marcelo Ferreira; BRAUN, Dante Saul. Perfil dos Egressos do curso de Fisioterapia do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo. **Revista Saúde Integrada.** Santo Ângelo, RS, v. 6, n. 11-12, p. 309-325, 2013. Disponível em:< <http://local.cneccsan.edu.br/revista/index.php/saude/article/view/168/139>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: **a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **A UEPB:** Histórico. Disponível em:< <http://www.uepb.edu.br/a-uepb/historico/>> Acesso em: 20 Set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução N° 12/2005** Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Fisioterapia, da UFPB. João Pessoa, 2005. Disponível em:< www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2005/Rsep12_2005.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** João Pessoa, 2014. Disponível em:<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi_ufpb_2014-2018.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.** João Pessoa, 2019. Disponível em:<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi_2019-2023_posconsuni-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Centro de Ciências da Saúde (CCS). **Apresentação do curso de Fisioterapia.** João Pessoa, 2016. Disponível em:< <http://www.ccs.ufpb.br/cfisio/contents/paginas/apresentacao>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Pró Reitoria de Graduação (PRG). **Orientações sobre procedimentos acadêmicos e administrativos para professores, colegiados departamentais, colegiados de cursos de graduação e núcleos docentes estruturantes.** João Pessoa, 2019. Não publicado.

VIEIRA, Risomar da Silva. **Institucionalização da Fisioterapia:** um olhar sobre o processo histórico nos cenários internacional, brasileiro e paraibano. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. -2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/12.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA SOB A PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DE FISIOTERAPIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

1 – PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS EGRESSOS DE FISIOTERAPIA /UFPB

1.1 Sexo

() Feminino () Masculino

1.2 Estado Civil

() Solteiro(a) () Casado(a) ou União estável
() Divorciado(a) ou Separado(a) () Viúvo(a)

1.3 Idade

1.5 Em que Estado você mora atualmente?

1.6 Em que cidade reside?

1.7 Caso more no exterior, qual o seu país de residência?

1.8 Qual sua renda mensal em termos de salários mínimos?

- () De zero até 1 Salário Mínimo (R\$998,00)
- () Mais de 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1.996,00)
- () Mais de 2 a 3 salários mínimos (até R\$ 2.994,00)
- () Mais de 3 a 5 salários mínimos (até R\$ 4.990,00)
- () Mais de 5 a 7 salários mínimos (até R\$ 6.986,00)
- () Mais de 7 a 10 salários mínimos (até R\$ 9.980,00)
- () Acima de 10 salários mínimos (acima de R\$ 9.980,00)

2 – TRAJETORIA FORMATIVA EM FISIOTERAPIA

2.1 No decorrer do curso de graduação você participou de quais das atividades abaixo relacionadas: *(Pode marcar mais de uma alternativa)*

() Projeto de iniciação científica () Projeto de Extensão () Monitoria

Não participei de nenhuma das atividades

2.2 Assinale a faixa do seu CRA ou CRE no final do curso:

Até 6 Entre 6,1 e 7 Entre 7,1 e 8 Entre 8,1 e 9

Entre 9,1 e 10 Não recordo.

2.3 Depois que concluiu a graduação em Fisioterapia realizou ou está realizando quais dos cursos abaixo? *(Pode marcar mais de uma alternativa)*

Cursos de aprimoramento profissional

Especialização Residência Mestrado Doutorado Pós-doutorado

Outra Graduação Não realizei nenhum curso.

2.4 Participe de eventos científicos na área de Fisioterapia:

Sim, com frequência

Sim, mas não com a frequência que gostaria

Não participo

3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DE FISIOTERAPIA/UFPB

3.1 Você atua como Fisioterapeuta?

Sim *(Segue para a questão 3.2)* Não *(segue para a questão 3.8)*

3.2 A sua inserção na vida profissional como fisioterapeuta se deu:

Logo após a conclusão do curso

Entre 1 mês até 6 meses

Entre 7 meses e 1 ano

Entre 1 ano e 2 anos

Mais de 2 anos

3.3 Qual o seu local de atuação? *(Pode marcar mais de uma alternativa)*

Atendimento Domiciliar Consultório Particular Hospital

Atenção básica Clínica Universidade/ Faculdade – docência

Academia Outros _____

3.4 Qual a sua área de atuação na Fisioterapia? *(Pode marcar mais de uma alternativa)*

- Neurofuncional Terapias Manuais Pilates Traumato-ortopedia
 Uroginecologia Terapia Intensiva Cardiorrespiratória Pediatria
 Acupuntura Saúde Coletiva Dermatofuncional
 Saúde do trabalhador Desportiva Outro _____

3.5 Qual o seu tipo de contratação atual?

- Empregado privado com carteira assinada Empregado sem carteira assinada
 Empregado Público com carteira assinada
 Funcionário público concursado Autônomo Contrato temporário
 Bolsista Proprietário de empresa/negócio Outro _____

3.6 Qual o seu nível de satisfação com sua atuação profissional?

- Muito insatisfeito Insatisfeito Nem insatisfeito, nem satisfeito
 Satisfeito Muito satisfeito.

3.7 Exerce algum trabalho fora da área de Fisioterapia?

- Sim Não

3.8 Porque não atua como Fisioterapeuta?

- Não encontrei emprego na área Encontrei emprego em outra área
 Fiz outra graduação
 Outro projeto de vida (casamento, família, negócios familiares)
 Concurso público fora da área de Fisioterapia
 O salário oferecido não correspondia às expectativas
 Não me identifiquei com a profissão Outros _____

4 - AVALIAÇÃO DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA UFPB

4.1 Com a sua experiência profissional atual como você avalia o curso de Fisioterapia da UFPB?

- Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

4.2 Na sua opinião, como você avalia a estrutura do curso na época de sua conclusão no tocante a:

	Péssima	Ruim	Regular	Boa	Ótima
--	---------	------	---------	-----	-------

Estrutura física, instalações e laboratórios					
Materiais e equipamentos					
Qualificação do corpo docente					
Didática dos docentes					
Estrutura curricular do curso					
	Péssima	Ruim	Regular	Boa	Ótima
Inter-relação teoria e prática					
Acervo bibliográfico disponível					
Estágios supervisionados					
Apoio da Coordenação e Departamento					

4.3 Julgue as Competências e Habilidades desenvolvidas durante a graduação.
Ao final do curso você se considerou apto a:

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Atuar na promoção, prevenção e recuperação da saúde nos diversos níveis de atenção à saúde					
Atuar multi, inter e transdisciplinarmente na equipe de saúde					
Capacidade de intervir nas diversas áreas da atuação profissional do fisioterapeuta					
Elaborar criticamente o diagnóstico cinético funcional e a intervenção Fisioterapêutica					
Desenvolver senso crítico e conquistar autonomia pessoal e Intelectual					
Exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social					

4.4 Que aspectos de sua formação facilitaram sua atuação profissional?

4.5 Que aspectos de sua formação dificultaram sua atuação profissional?

4.6 De acordo com a sua vivência atual, que mudanças você proporia no Curso de Fisioterapia da UFPB para aprimoramento do processo ensino-aprendizagem?

5 - AVALIAÇÃO SOBRE O NÍVEL DE ENVOLVIMENTO COM A INSTITUIÇÃO E CURSO APÓS A GRADUAÇÃO

5.1 Durante sua graduação a UFPB ou o curso promoveram que tipo de contato com os egressos de Fisioterapia da instituição?

Palestras Participação em aula Eventos Não tive contato

Outros _____

5.2 Você acha importante a integração com egressos do curso de Fisioterapia ao longo da formação acadêmica?

Sim Não

5.3 Que tipo de contato você teve com a Instituição UFPB após sua formação?

Residência Pós-graduação Encontros e/ou Congressos

Projeto de Pesquisa ou Extensão Aluno Especial

Serviços da Universidade - Fisioterapia, Psicologia, Odontologia, Hospital Universitário. Outros _____

5.4 Na sua opinião, em que a UFPB pode contribuir na continuidade de sua formação na condição de egresso?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante,

Esta pesquisa esta sendo desenvolvida por Danielle Dorand Amorim Sampaio, aluna do Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho. Com o objetivo de compreender como os egressos de Fisioterapia da UFPB avaliam a formação acadêmica recebida no intuito de prover o curso de informações que possam dar subsídios para a avaliação do processo ensino-aprendizagem e para o planejamento e revisão do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) contribuindo, desta forma, para a formação profissional. Solicitamos a sua colaboração para participar da coleta dos dados através do preenchimento de um questionário.

Sua participação é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário. Além disso, pedimos autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos da área da saúde e educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento livre e esclarecido para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Aceita participar da pesquisa?

() Sim () Não

ANEXO

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA SOB A PERSPECTIVA DE EGRESSOS DE FISIOTERAPIA

Pesquisador: DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20060419.7.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.667.697

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa egresso do MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR- MPPGAV, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO, sob orientação do Prf. Dr. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho, com término previsto para março de 2020. O presente estudo será realizado por meio de uma pesquisa considerada aplicada, a qual tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender como os egressos de Fisioterapia da UFPB avaliam a formação acadêmica recebida no curso.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em relação aos riscos, a pesquisadora discorre que "os indivíduos estarão expostos aos riscos considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, para que isso não venha a ocorrer, será escolhido um local privado sem a interferência de pessoas alheias ao estudo". E relativo aos benefícios, discorre que a pesquisa pretende "Prover o curso de informações que possam dar subsídios para a

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.667.697

avaliação do processo ensinoaprendizagem e para o planejamento e revisão do seu Projeto Pedagógico do Curso -PPC, contribuindo desta forma, para a formação profissional".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma estudo descritivo, bibliográfico e documental do tipo estudo de caso em que se pretende aplicar um questionário on line do Google Docs para egressos de fisioterapia/UFPB. Para a análise dos dados, serão utilizados recursos estatísticos básicos da inferência percentual e a análise de conteúdo de Bardin. O referencial teórico abordará os processos de avaliação da educação superior, com foco no SINAES e no acompanhamento dos egressos, nos estudos realizados com os egressos de cursos de graduação, em especial de Fisioterapia, a formação e institucionalização da profissão no Brasil e a criação do curso na UFPB.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta o projeto de pesquisa conforme formatação da ABNT, os termos TCLE, certidão de aprovação do PPGE/UFPB, carta de anuência da PRG/UFPB (STI-UFPB) e Folha de Rosto devidamente assinadas e carimbadas.

Recomendações:

Foram acatadas

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que o projeto de pesquisa encontra-se devidamente instruído, conforme Resolução do CNS No. 486/2012, somos de parecer favorável a sua execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	01/10/2019		Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
 Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.667.697

Básicas do Projeto	ETO_1409191.pdf	15:28:30		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_NOVO_PROJETO_DETALHADO.pdf	01/10/2019 15:25:54	DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO	Aceito
Folha de Rosto	NOVA_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	01/10/2019 15:21:27	DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO	Aceito
Outros	8_INSTRUMENTO_PARA_COLETA_D E_DADOS.pdf	08/08/2019 09:40:25	DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIV RE_E_ESCLARECIDO.pdf	08/08/2019 09:40:03	DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO	Aceito
Orçamento	6_PREVISA0_ORCAMENTARIA.pdf	08/08/2019 09:39:49	DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pd f	08/08/2019 09:39:04	DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_TERMO_DE_ANUENCIA.pdf	08/08/2019 09:35:22	DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO.pdf	08/08/2019 09:35:04	DANIELLE DORAND AMORIM SAMPAIO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 29 de Outubro de 2019

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
 Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br